



**UFAM**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**ENLACES E DESENLACES IDENTIFICATÓRIOS DO POLICIAL MILITAR EM  
PROCESSO DE RESERVA**

**FLÁVIA CAMPOS LUCENA DIAS**

MANAUS

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**FLÁVIA CAMPOS LUCENA DIAS**

**ENLACES E DESENLACES IDENTIFICATÓRIOS DO POLICIAL MILITAR EM  
PROCESSO DE RESERVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração Processos Psicológicos e Saúde.

Orientadora Profa. Dra. Denise Machado Duran Gutierrez

MANAUS

2017

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

D541e Dias, Flávia Campos Lucena  
Enlaces e desenlaces identificatórios do policial militar em  
processo de reserva / Flávia Campos Lucena Dias. 2016  
117 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Denise Machado Duran Gutierrez  
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do  
Amazonas.

1. Aposentadoria. 2. Reserva. 3. Policial militar. 4. Psicanálise. 5.  
Análise do Discurso. I. Gutierrez, Denise Machado Duran II.  
Universidade Federal do Amazonas III. Título

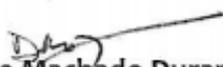
**FLÁVIA CAMPOS LUCENA DIAS**

**ENLACES E DESENLACES IDENTIFICATÓRIOS DO POLICIAL MILITAR  
EM PROCESSO DE RESERVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Processos Psicológicos e Saúde.

Aprovada em 05 de dezembro de 2016.

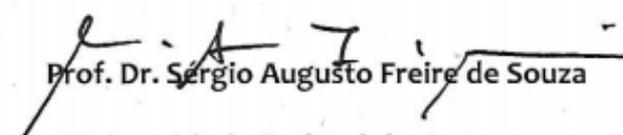
**BANCA EXAMINADORA**

  
**Prof.ª Dr.ª Denise Machado Duran Gutierrez**

Universidade Federal do Amazonas

  
**Prof.ª Dr.ª Socorro de Fátima Moraes Nina**

Universidade Estadual do Amazonas

  
**Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza**

Universidade Federal do Amazonas

Dedico este trabalho a todos os policiais militares que literalmente “vestem a farda” e saem para trabalhar diariamente sem a certeza de seu regresso. Àqueles que participaram da pesquisa, obrigada por compartilharem um pouco do seu cotidiano, experiências e desafios sobre o que é ser policial militar. Que a aposentadoria de vocês seja vivida de forma plena e saudável!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por se fazer presente em todas as caminhadas de minha vida e ser fonte de força e iluminação diária. Sem a Sua companhia, nada disso seria possível.

Agradeço aos meus pais, grandes incentivadores em todos os aspectos de minha vida e a quem devo muito daquilo que me tornei. A meu pai, pela compreensão e apoio em todas as horas que busquei. À minha mãe, sempre acolhedora e sinônimo de força e determinação para mim.

Agradeço ao meu marido, companheiro de todas as horas. Seu amor e compreensão me transformaram e me estimulam a ser uma pessoa melhor todos os dias.

Agradeço aos meus irmãos, por entenderem a minha ausência ao longo desse período e me motivarem a crescer sempre.

Agradeço à minha sobrinha Cecília, minha afilhada, fonte de alegria, e que me mostra sempre o lado lúdico da vida. Obrigada por compreender a minha falta.

Agradeço à minha orientadora, pelo seu incentivo e por suas contribuições primorosas. Essa caminhada ao seu lado proporcionaram várias (re)descobertas, inclusive a mim mesma. Minha admiração por sua pessoa e por suas palavras, sempre preciosas e honestas.

Agradeço aos membros da banca examinadora, professores a quem devoto respeito e admiração, e que contribuem de forma nobre ao meu trabalho.

Agradeço a instituição Polícia Militar, por viabilizar a pesquisa.

Agradeço aos participantes da pesquisa, que dispuseram do seu tempo de folga preciosíssimo e se propuseram gentilmente a contribuir comigo suas percepções.

Agradeço aos amigos mestrandos Fabiane e Josafá, pela amizade e parceria firmada ao longo de todo o curso. Suas contribuições foram fantásticas e o apoio fundamental para a manutenção da saúde mental ao longo da realização do trabalho.

Agradeço aos amigos que me incentivaram ao longo desse percurso e que puderam compreender as minhas ausências.

Agradeço à amiga Renata, profissional exemplar, com quem junto idealizamos a possibilidade de discutir a aposentadoria em uma instituição policial militar.

Eu vivo sem saber até quando ainda estou vivo  
Sem saber o calibre do perigo  
Eu não sei, da onde vem o tiro

Por que caminhos você vai e volta?  
aonde você nunca vai  
e que esquinas você nunca para?  
à que horas você nunca sai?  
Há quanto tempo você sente medo?  
Quantos amigos você já perdeu?  
Entrincheirado vivendo em segredo  
e ainda diz que não é problema seu

E a vida já não é mais vida  
no caos ninguém é cidadão  
as promessas foram esquecidas  
Não há Estado, não há mais nação  
perdido em números de guerra  
rezando por dias de paz  
não vê que a sua vida aqui se encerra  
com uma nota curta nos jornais

*Paralamas do Sucesso*

## RESUMO

O trabalho permeia a história de vida dos sujeitos, promovendo sentidos para suas existências. Quando há uma interrupção dessa dinâmica, é possível que o sujeito perceba uma crise, como na aposentadoria. No meio militar, o servidor apresenta uma intensa vinculação à instituição, o que pode dificultar a vivência da Reserva. A pesquisa teve como objetivo investigar os vínculos e os processos de identificação do policial militar no momento de sua passagem para a reserva a partir da interpretação psicanalítica dos discursos. Este estudo propôs-se também a: analisar nos discursos de policiais militares o vínculo que os mesmos estabelecem com o trabalho e suas implicações na passagem para a reserva; identificar que mecanismos de defesa os policiais militares em processo de reserva fazem uso durante esta etapa de transição; e problematizar os possíveis reflexos que o momento de passagem para a Reserva tem sobre os processos identificatórios dos sujeitos e suas implicações sobre suas subjetividades. A pesquisa, de nível descritivo e exploratório, é de abordagem qualitativa. Utilizou-se da técnica de entrevista semidirigida, do procedimento de Desenhos-Estória com Tema. Os participantes são policiais militares, que estão a contar de dois anos para aposentaria. Os dados coletados nas entrevistas foram analisados segundo o método da Análise do Discurso (AD), seguindo-se a proposta de Souza (2014). Quanto ao dispositivo de interpretação, utilizou-se o referencial psicanalítico. O Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema foi analisado com base nas teorias e práticas da Psicanálise, das Técnicas Projetivas e da entrevista clínica. Os resultados demonstraram que os sujeitos percebem a reserva como uma vitória, em virtude dos riscos cotidianamente enfrentados na profissão e porque esta assinala o cumprimento de seu juramento. À medida que assimilam isto e se aproximam do cumprimento dos trinta anos de serviço, esses profissionais vão se desvinculando da instituição e se abrindo para a possibilidade de exercerem outras funções, assumindo novas identidades. Entretanto, o processo é permeado por alguns mecanismos defensivos, com predominância, ao final da etapa de transição, da capacidade sublimatória.

**Palavras-chave:** Aposentadoria, Reserva, Policial Militar, Psicanálise, Análise do Discurso.

## ABSTRACT

The work permeates the life story of the subjects, promoting meanings for their existences. When there is an interruption of this dynamic, it is possible that the subject realizes a crisis, as in retirement. In the militarism, the government employee is strongly linked to the institution, which may make it difficult for living the retirement. The research had as objective to investigate the links and the processes of identification of the military police officer at the moment of their passage to the military retirement considering the psychoanalytical interpretation of the speeches. This study also aims to: analyze in military police speeches the link that they establish with the work and its implications in the passage to the retirement; identify which defense mechanisms police officer in military retirement make use of during this transition stage; and to problematize the possible reflections that the moment of passage to the retirement has on the identification processes of the subjects and their implications on their subjectivities. The research, in a descriptive and exploratory level, is of qualitative approach. The semi-directed interview technique, the Drawings-Story with Story procedure were used. Participants are military police officers, who are two years away to retirement. The data collected in the interviews were analyzed according to the Discourse Analysis (DA) method, followed by the proposal of Souza (2014). For the interpretation, the psychoanalytic framework was used. The Drawings-Story with Story procedure was analyzed based on the theories and practices of Psychoanalysis, Projective Techniques and clinical interview. The results demonstrated that the subjects perceive the military retirement as a victory, because of the risks faced daily in the career and because it indicates the fulfillment of their oath. As they assimilate this and approach the fulfillment of the thirty years of service, these professionals are moving away from the institution and opening up to the possibility of exercising other functions, assuming new identities. The process is permeated by some defense mechanisms with predominance of the sublimation capacity at the end of this transition stage.

**Keywords:** retirement, military retirement, military police officer, psychoanalysis, discourse analysis.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações gerais sobre os sujeitos .....	50
Quadro 2 - Quadro Analítico da Discursividade da Ativa .....	65
Quadro 3 - Quadro Analítico da Discursividade da Ativa para a Reserva .....	81
Quadro 4 - Quadro Analítico da Discursividade da Reserva .....	93

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Passo a missão para os próximos .....	76
Figura 02 - Família unida .....	77
Figura 03 - Planos futuros .....	78
Figura 04 - Transformação .....	79
Figura 05 - Brilho .....	79
Figura 06 - Não às drogas e sim à saúde .....	80
Figura 07 - Vida segura .....	91
Figura 08 - Satisfeito por ter estado aqui .....	92
Figura 09 - Buscando felicidade .....	100
Figura 10 - Perseverança .....	100
Figura 11 - Voltando à sociedade .....	101
Figura 12 - Retorno à família .....	101

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 MARCO TEÓRICO .....</b>	<b>19</b>
2.1 VÍNCULO .....	20
2.2 IDENTIFICAÇÃO.....	27
2.3 MECANISMOS DE DEFESA.....	34
<b>3 MARCO METODOLÓGICO .....</b>	<b>46</b>
3.1 NATUREZA DA PESQUISA .....	46
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	48
3.3 OPERACIONALIZAÇÃO .....	49
3.4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MÉTODO DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA....	58
3.5 CUIDADOS ÉTICOS .....	63
<b>4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>64</b>
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	64
4.2 DISCURSIVIDADE DA ATIVA.....	65
4.3 DISCURSIVIDADE DA PASSAGEM DA ATIVA PARA A RESERVA.....	81
4.4 DISCURSIVIDADE DA RESERVA.....	93
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>114</b>
I – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA .....	114
II – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	115
<b>ANEXOS.....</b>	<b>116</b>
I – ANUÊNCIA INSTITUCIONAL .....	116
II – PARECER DO CEP .....	117

## 1 INTRODUÇÃO

Determinadas características podem ser destacadas ao longo das etapas do desenvolvimento humano, sendo estas etapas pertinentes a um dado momento de vida do sujeito. Na vida adulta, e muitas vezes durante a velhice também, de forma geral, o trabalho aparece comumente como uma particularidade. Ele desempenha papel fundamental no modo como o indivíduo se insere no mundo e interage com este.

Freud cita trabalhar e amar como importantes fontes de satisfação libidinal (FREUD, 1930). Em o *Mal-Estar da Civilização*, ao abordar alternativas para fontes de satisfação e felicidade na vida que pudessem assegurar ao homem o emprego da sua libido e garantia de um lugar seguro numa parte da comunidade humana.

Como resultado de processos sublimatórios do sujeito, o trabalho exerce fator determinante para a manutenção do equilíbrio psíquico. É o trabalho que garante diferentes destinos pulsionais tais como a criação e, principalmente, a inserção social deste, por meio dos relacionamentos humanos a ele vinculados (FREUD, 1930).

Nesse sentido, o trabalho pode se constituir como forte componente na configuração de identidade do sujeito. Ao permear sua história de vida singular e coletiva, ele promove sentidos para sua existência. Da mesma forma, o processo de subjetivação humana está imerso na relação que o homem mantém com seu trabalho. Esse papel estruturante que o trabalho desempenha se aprofunda mais à medida que o trabalho tem sua função cada vez mais valorizada socialmente (SANTOS, 1990).

Quando há uma interrupção no direcionamento desse investimento, o sujeito vê-se diante de uma crise, como pode ser o caso da aposentadoria. Ao ser excluído do espaço de produção e de desempenho de suas capacidades laborativas, o sujeito fica situado à margem do imaginário de homem ativo, ou seja, do modelo de sujeito produtivo, que caracteriza o ideal valorizado pela sociedade na qual vivemos (SANTOS, 1990).

A transformação moderna do significado da palavra trabalho, representando a mais valorizada das atividades humanas, aponta para o ato de trabalhar enquanto positividade. Essa construção histórica pode conferir registros dicotômicos na representação coletiva entre trabalho e não trabalho. Representando a ausência de

trabalho, a aposentadoria remete-se também à ideia de separação entre o espaço doméstico e o espaço do trabalho, reforçando, assim, o desvalor que lhe é atribuído (CARLOS, JACQUES, LARRATÉA e HEREDIA, 1999).

Aliado a esse cenário, a depender da forma como o sujeito desempenhou o seu papel profissional, a sua percepção acerca da chegada da aposentadoria pode ser consideravelmente diferente. Nessa perspectiva, a maneira como se identificou no interjogo entre aquilo o que ele é e aquilo o que faz terá papel determinante nas consequências vivenciadas no processo de transição para a aposentadoria.

A temática da aposentadoria vem sendo amplamente discutida na literatura científica. É possível perceber um aumento no número de estudos (nas mais diversas abordagens) focados na compreensão do funcionamento da vida psíquica dos trabalhadores inseridos nas organizações, denotando assim a complexidade de circunstâncias envolvidas nesse processo (CARLOS *et al*, 1999; LEÃO & GIGLIO, 2002; SELIG & VALORE, 2010; KEGLER, 2011; SCHMIDT & MAGNABOSCO-MARTINS, 2011; CAPUTO, 2013; CRUZ, 2013; KEGLER & MACEDO, 2015; MARTINS & RECH, 2016).

Esse incremento nas pesquisas parece estar estreitamente ligado ao crescimento da expectativa de vida da população de idosos, problematizações referentes a novas formas de organização social e o conseqüente aumento no número de aposentadorias (CARLOS *et al*, 1999; SELIG & VALORE, 2010; LEÃO & GIGLIO, 2002).

Some-se a isso a crescente preocupação das instituições com o desenvolvimento de programas de preparação para a aposentadoria. Esses trabalhos têm movido esforços no sentido de facilitar o momento de transição do profissional, negociando para a manutenção de seu equilíbrio biopsicossocial mesmo após o desligamento institucional.

Algumas pesquisas brasileiras que abordam a questão da aposentadoria têm retratado esse momento como um símbolo de ruptura com o trabalho e com o ideal de homem produtivo, característico das sociedades atuais. Essa mudança do ritmo de vida, segundo os estudos, pode gerar uma experiência traumática ou mesmo preditora de crise, a depender decisivamente do sentido e da importância que o trabalho ocupa na construção da imagem que o sujeito tem dele próprio (SANTOS, 1990; FELIPPE *et al*, 1999; BERTONCINI, 2002; SIQUEIRA, 2007; SCHMIDT & MAGNABOSCO-MARTINS, 2011; SELIG & VALORE, 2010; LEÃO & GIGLIO, 2002; CRUZ, 2013; KEGLER & MACEDO, 2015).

Dialogando com autores que trabalham essa temática, ao abordarem imagens concernentes à aposentadoria no discurso de pré-aposentados, Selig e Valore (2010) retratam-na como sendo frequentemente sentida como a perda do próprio significado da vida, gerando prejuízos quanto aos referenciais na organização pessoal. Vê-se, assim, como a possibilidade de se aposentar acena para um cenário de perdas significativas, em especial de um papel ou imagem que por um longo período de tempo integrou-se à definição do sujeito, fazendo parte de sua imagem (LIMA, 2013).

O senso comum frequentemente relaciona a aposentadoria à velhice, ao ócio e à inutilidade. Essa compreensão pode corroborar para uma intensificação nos sujeitos pré-aposentados de um sentimento de medo e de rejeição para com o afastamento da vida laboral. Segundo os estudiosos dessa temática, do ponto de vista histórico, sempre houve uma relação entre a aposentadoria, o trabalho e a velhice, sendo o critério da idade muitas vezes utilizado como determinante para definição desta etapa da vida (LEÃO & GIGLIO, 2002; SCHMIDT & MAGNABOSCO-MARTINS, 2011; KEGLER & MACEDO, 2015; MARTINS & RECH, 2016).

Para Lima, Viana e Lima (2015), a aposentadoria e, muitas vezes, a própria condição de ser velho privam o sujeito de atividades que lhe proporcionavam prazer e vínculos sociais. Socialmente são comuns situações discriminatórias em que se observa que o envelhecimento torna os sujeitos – inclusive os próprios trabalhadores – obsoletos, encarando-os como biológico e intelectualmente incapazes de acompanhar as mudanças no mundo do trabalho (SCHMIDT & MAGNABOSCO-MARTINS, 2011).

Com base na produção bibliográfica a respeito da aposentadoria, é possível constatar o impacto do rompimento com o papel profissional nas mais diversas classes trabalhistas. Ainda que se reconheça o impacto do fator financeiro (na forma do baixo valor pecuniário das aposentadorias), parecem ser os fatores de ordem subjetiva os principais responsáveis pela manutenção do vínculo do trabalhador com a instituição.

Segundo Carlos, Jacques, Larratúa e Heredia (1999), o desejo de reconhecimento e de continuar se sentindo útil são as principais justificativas. Para os autores, o espaço de trabalho e as categorias profissionais, em geral associados a prestígio ou desprestígio social, podem proporcionar atributos de qualificação ou desqualificação do eu. Isso trará implicações para a carga afetiva que o vínculo proporciona ao sentimento de pertença do trabalhador junto à instituição em que trabalha.

Em se tratando da realidade militar, Kegler (2011) retrata esse cenário ao constatar um alto índice de complicações sociais de militares que passaram para a reserva, inclusive com aumento de ocorrência de queixas médicas e/ou psicológicas. O que se observa é que na realidade da atividade militar essa temática se apresenta de forma bastante específica, dado o caráter da relação do servidor com sua atividade e para com a instituição.

A autora ressalta que, devido à tipicidade do serviço, o trabalhador apresentará uma intensa vinculação com a instituição. Isso, por sua vez, dificultará a saída do militar do serviço ativo em direção à vida na reserva. Aqui a aposentadoria não se encontra atrelada ao envelhecer ou a perdas financeiras, mas sim ao tempo de serviço, diferenciando-se de outras atividades laborais (KEGLER, 2011).

Em virtude disso, a forma como esse processo é conduzido pelos militares muitas vezes indica a presença de motivações circunscritas para além da racionalidade. Em um dos poucos estudos voltados para as especificidades do trabalho e da aposentadoria militar, Kegler e Macedo (2015) identificaram a utilização de mecanismos psíquicos pelos profissionais, com a finalidade de afastar de si mesmo a percepção da aposentadoria como uma vivência de crise.

A relação do militar com o trabalho é permeada por uma atividade continuada e inteiramente devotada as suas finalidades. Em se tratando da instituição Polícia Militar do Amazonas – PMAM, esse compromisso é selado no momento da entrada para o serviço, prestado por meio de juramento em solenidade oficial. Segundo o Estatuto da instituição, o policial militar deve apresentar amor a sua profissão, espírito de corpo, fé na elevada missão e um necessário sentimento de servir à comunidade, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o seu dever, mesmo que com o risco da própria vida (AMAZONAS, 1975).

Calcado nos pilares da hierarquia e da disciplina, o regime militar difunde determinados comportamentos e filosofias para esses trabalhadores. Eles devem exercer suas funções de forma ininterrupta, respeitando e seguindo os preceitos institucionais mesmo que nos momentos de folga. A dedicação e a fidelidade perpassam aqui o espaço privado, migrando para suas vidas pessoais de forma bastante intensa.

Nessa perspectiva, dado o regime de dedicação exclusiva requerido pelo trabalho, os policiais militares, muitas vezes, distanciam-se de outros grupos sociais. É

frequente o afastamento até mesmo do meio familiar, em função do seguimento de sua profissão.

Na PMAM, ao completar trinta anos de efetivo exercício, independentemente de sua faixa etária, o militar é compulsoriamente aposentado ou, como conhecido no meio militar, é transferido para a reserva remunerada (vulgarmente intitulada de inatividade). Ainda que muitas vezes no seu pleno vigor físico, jovem (geralmente com idades entre 48 e 55 anos), e realizando de forma exemplar suas funções laborais, o servidor é compelido a se desligar da instituição.

Constata-se, nesse caso, que inevitavelmente entrarão em cena aqui aspectos concernentes ao percurso identificatório traçado pelo sujeito. Terá igualmente de ser repensado o seu processo de vinculação para com a instituição, demandando do sujeito a mobilização de importantes dinâmicas psíquicas.

Nesse contexto institucional, observou-se o surgimento de uma demanda organizacional para realizar trabalhos específicos referentes ao público que se encontrava prestes a se aposentar nos anos seguintes, na PMAM. Como psicóloga do quadro de Oficiais de Saúde da instituição, a pesquisadora em questão integra a equipe responsável pelo trabalho intitulado Programa de Preparação para a Reserva – PPR. O Programa consiste em um conjunto de ações para facilitar a passagem para a aposentadoria dos policiais militares. A partir dessa atividade, pôde-se perceber a recorrência de queixas, preocupações e conflitos os mais diversos desse público frente a essa etapa de suas vidas.

A própria participação dos policiais militares no programa desde o princípio mostrou-se como importante indicativo de resistência à aposentadoria. O máximo de participantes que o programa já conseguiu alcançar atingiu apenas 20% do público-alvo. Some-se a isso a mínima presença de oficiais durante os módulos, mostrando que a maior parte dos presentes se constitui de praças, sendo eles devidamente encaminhados (via memorando) de suas unidades. Além disso, há uma movimentação institucional que batalha para a extensão do período de efetivo exercício de 30 para 35 anos de trabalho, outro claro exemplo de luta para se manter de alguma forma ligado à instituição.

A partir dessa realidade, vislumbrou-se a possibilidade de realizar um estudo que buscasse uma melhor compreensão desse problema. As reflexões proporcionadas pela

pesquisa, além de seu interesse mais propriamente acadêmico, também poderiam fornecer subsídios técnico-científicos para orientar futuras diretrizes para o PPR e dar contribuições à própria política institucional nessa área.

Dado que uma instituição militar é caracterizada pela austeridade, cunhada por normas e regulamentos rígidos, há uma escassez de pesquisas no meio, em especial no que diz respeito à área psicológica. Localizou-se apenas um estudo científico que apresentou uma análise sobre determinados processos psíquicos relacionados ao momento de passagem para a reserva em uma instituição policial militar estadual. Ao investigar peculiaridades inerentes ao trabalho e à passagem para a reserva no âmbito militar, a pesquisa realizada por Kegler (2011) aprofundou acerca do papel e do trabalho na dinâmica e na economia psíquicas, considerando sua função narcísica para o psiquismo humano.

Essa carência de produções aponta a existência de uma lacuna significativa bem como demonstra a frutífera possibilidade de estudos concernentes às peculiaridades que envolvem o processo de aposentadoria no meio militar. Esse processo é marcado por uma concepção bastante particular de trabalho e da necessária vinculação que o servidor deve estabelecer com a instituição a fim de desempenhar sua função.

Em face dessas considerações, tem-se como fundamental neste estudo o propósito de investigar os vínculos e os processos de identificação do policial militar no momento de sua passagem para a reserva. Nesse sentido, a pesquisa norteia-se pela seguinte questão: que repercussões psíquicas o processo de reserva acarreta para a constituição subjetiva dos policiais militares, em especial aos seus processos identificatórios e de vinculação?

Por meio da Análise do Discurso (AD), fazendo uso dos aportes teóricos da Psicanálise, pretende-se compreender as vivências dos sujeitos e os sentidos que eles atribuem para este importante momento de suas vidas.

A partir do questionamento apresentado, busca-se também: analisar nos discursos de policiais militares o vínculo que os mesmos estabelecem com o trabalho e suas implicações durante suas vivências na passagem para a reserva; identificar que mecanismos de defesa os policiais militares em processo de reserva fazem uso durante essa etapa de transição; e, problematizar os possíveis reflexos que o momento de

passagem para a Reserva têm sobre os processos identificatórios dos sujeitos e suas implicações sobre suas subjetividades.

A eleição da teoria psicanalítica se dá em função de que esse referencial apresenta capacidade bastante robusta no que se refere à compreensão das manifestações da vida psíquica do sujeito. Assim sendo, ela é rica ao fornecer suporte para refletir sobre o trabalho psíquico que o policial militar dispense neste momento, sendo competente para conjecturar acerca dos fenômenos de identificação, vínculo e da subjetividade, propostas deste trabalho. A noção de vínculo, como forma de enlaçamento afetivo que une as pessoas, inclui uma matriz vincular inconsciente (CORREA, 2002).

Ao trabalhar com a representação, a Psicanálise investiga os sujeitos em suas singularidades, atentando para os detalhes, para questões inconscientes e dispondo de recursos teóricos e técnicos para propor leituras do homem em sua interação com o meio.

Freud (1930) teceu importantes contribuições ao longo de sua obra ao se referir ao trabalho como importante caminho frente à tarefa de evitar o sofrimento. Sendo assim, compreender a dinâmica do homem com o seu trabalho e o impacto que o afastamento do serviço pode acarretar para ele à luz da Psicanálise pode trazer reflexões importantes e auxiliar no manejo do processo de preparação para a reserva.

Nessa perspectiva, a construção do presente trabalho se pautou pela abordagem dos principais conceitos teórico-metodológicos que nortearam a compreensão do objeto de estudo. Assim sendo, no primeiro capítulo são apresentados os conceitos essenciais para o entendimento dos aspectos psíquicos do policial militar em processo de reserva, tais como: vínculo, identificação e mecanismos de defesa.

Em seguida, no segundo capítulo, é esmiuçado o percurso metodológico da pesquisa. Expõe-se a natureza do estudo, o cenário de pesquisa e dos sujeitos, detalhamento do processo de operacionalização e, por fim, abordagem do referencial teórico-analítico dos procedimentos utilizados para tratamento e interpretação dos dados coletados.

No terceiro capítulo, são apresentadas as discussões e análises dos resultados. Essa seção comporta aquilo que foi possível compreender sobre o percurso identificatório do policial militar em processo de reserva, suas vinculações e os

mecanismos de defesa de que se utilizaram nesse momento; todos em função do discurso produzido pelo mesmo, seja por meio da fala, seja pelas suas produções representativas.

Nas considerações finais, além de uma breve síntese acerca das conclusões possibilitadas por este estudo, assinala-se a importância de ampliar os espaços para a fala do profissional. Conclui-se que ele se depara com adversidades não apenas no momento de aposentadoria, mas, sobretudo ao longo de sua carreira. Nesse sentido, apesar do evidente impacto que o processo de reserva pode acarretar para o policial militar, a possibilidade de poder se aposentar de forma plena ratifica o cumprimento de sua missão e glorifica a vida.

O trabalho de pesquisa em psicanálise parte do singular, busca apreender as determinações dessa singularidade, valorizando a fala e a escuta. Ao permitir que os sujeitos participantes da pesquisa dessem vazão a uma gama de significados emocionais possíveis, os quais se organizam segundo o fio condutor do desejo, a pesquisa em psicanálise ilumina o momento sublime da emergência do sujeito e do seu mundo, ratificando a importância dada ao inconsciente (SILVA, 1993).

No capítulo seguinte, abordaremos o marco teórico sob o qual se constrói o trabalho.

## **2 MARCO TEÓRICO**

Todo trabalho de pesquisa necessita da teoria para definir os caminhos de análise do objeto. Os aportes teóricos considerados como fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho foram os estudos a respeito dos processos de vinculação, a teoria da identificação e a compreensão do surgimento – bem como da funcionalidade – dos mecanismos de defesa, todos inseridos no arcabouço psicanalítico.

As discussões que envolvem a abordagem do vínculo incluem diversos autores da Psicanálise. Dentre eles, destacam-se Pichon-Rivière (1988), Bowlby (1988; 1990; 1997), Bion (1973) e Kaës (1990; 2002; 2014). No que se refere à teoria da identificação, originada na obra freudiana, esta adquire uma nova dimensão a partir da leitura lacaniana, sendo ambas as concepções abordadas neste contexto, mas não somente

elas. E, por fim, os mecanismos de defesa, por sua vez, serão analisados conforme foram aparecendo na proposta freudiana, abrangendo, inclusive, complementações posteriores de Anna Freud (2006[1946]) e de Melanie Klein (1935; 1936; 1940; 1946; 1958).

## 2.1 VÍNCULO

Com origem no latim, o vocábulo *Vínculo* remete a tudo o que liga, ata ou aperta. Essa noção é importante para definir o espaço psíquico intrassubjetivo, referido ao mundo interno de cada sujeito, espaço de circulação de suas fantasias, bem como o espaço intersubjetivo – de enlaçamento – que une as pessoas dentro de uma continuidade temporal (CORREA, 2002).

Segundo Zimerman (2010), a expressão provém da mesma raiz que a palavra *vinco*, referindo-se também ao mesmo significado, aludindo a alguma forma de ligação entre as partes que estão unidas e inseparáveis, embora elas permaneçam claramente delimitadas entre si. O autor pontua que *vínculo* pode ser entendido como um estado mental, que pode ser expresso por meio de distintos modelos e com variados vértices de abordagem.

Na teoria psicanalítica é muito comum utilizar a noção de relações de objeto. Contudo, a noção de vínculo é vista como mais concreta. Relação de objeto é a estrutura interna do vínculo (PICHON-RIVIÈRE, 1988). Nas palavras do autor, vínculo é algo diferente, que inclui a conduta. Pode-se definir vínculo como uma relação particular com o objeto.

Foi por meio do desenvolvimento de uma teoria que propõe o interjogo estabelecido entre sujeito e seus objetos internos e externos que este autor imprimiu uma predominante relação de interação dialética, concebendo o vínculo como uma estrutura dinâmica em contínuo movimento.

Correa (2002) sinaliza que é possível encontrar em Freud referências ao vínculo produzido e instituído pelo que hoje conhecemos como instituições. Diz a autora que “o que lhe interessa é, além de tudo, a consciência psíquica inconsciente do vínculo nas diversas formas, sejam ou não estas instituídas”. A mesma autora continua discorrendo que no vínculo instituído está presente o desejo dos sujeitos de inscrever o vínculo num

dado temporal e as variadas formas sociais que o sustentam. A exemplo de uma das formas sociais que funcionam como sustentáculo do vínculo, Correa (2002) dispõe:

(...) como modelo de todo grupo na sua dimensão fantasmática, a família atravessa os diversos territórios institucionais sendo por vezes necessário a explicação e discriminação dos diferentes espaços psíquicos intra e intersubjetivos comprometidos no trabalho psíquico solicitado pela pertença institucional (p. 8).

Vale esclarecer que essas alianças, segundo Correa (2002), são permeadas de investimentos libidinais e mútua proteção em torno dos interesses comuns derivados da instituição do vínculo – vínculo esse que será organizado e defendido a partir dos objetivos comuns e das alianças conscientes e inconscientes.

Já Oliveira (2000) se utiliza de Bowlby (1988) para expor que há na constituição do vínculo a atuação de uma pulsão primária diferente da libido ou dos comportamentos de alimentação: a pulsão de vinculação. Com o avançar de seus estudos acerca do tema, ele chegou à concepção de comportamento de vinculação para descrever toda e qualquer ação de um indivíduo com o objetivo de manter proximidade de um outro percebido como mais apto a conduzir situações de modo geral.

Contudo, em Winnicott (1965) têm-se estudos que dão aos comportamentos de vinculação um plano secundário à relação propriamente dita, em se tratando de processo de desenvolvimento. O que Klein (in J. R. Petot, 1982, p.143) corrobora ao afirmar que existe uma comunicação do bebê com a mãe que é corporal e anterior ao comportamento direcionado à alimentação, e que se traduz numa expressão precoce da capacidade de se relacionar e vincular (OLIVEIRA, 2000).

A estrutura dinâmica configurada no vínculo funcionará condicionada por motivações psicológicas. Daí resulta uma determinada conduta, que tenderá a se repetir tanto na relação interna como na relação externa com o objeto. Ressalte-se que é o vínculo interno que condiciona muitos dos aspectos externos e visíveis da conduta do sujeito.

Mas cabe esclarecer que o vínculo dispõe de dois campos psicológicos: um interno e um externo. Esse duplo campo possibilita ao sujeito estabelecer uma relação com um objeto interno e também com um objeto externo. Do ponto de vista psicossocial, o que mais importa é o vínculo externo; do ponto de vista da psicanálise,

aquilo que mais interessa é o vínculo interno, a forma particular que o eu tem de se relacionar com a imagem de um objeto colocado dentro do sujeito (PICHON-RIVIÈRE, 1988).

Ao perspectivar desta forma os processos de vinculação, deu-se um salto qualitativo, de uma teoria predominantemente intrapsíquica para o social, considerando o sujeito como um resultado dinâmico, não da mera ação dos instintos e dos objetos interiorizados, mas sim do interjogo estabelecido entre o próprio sujeito e os objetos internos e externos, numa predominante relação de interação dialética, que se expressa através de certos comportamentos (OLIVEIRA, 2000, p. 164).

Orientado também por um contexto social, mas claramente seguindo um viés evolutivo, o psicanalista Bowlby foi um importante estudioso desta temática. Ele denominou originalmente sua teoria de *attachment*, “Teoria do Apego”, na sua tradução para o português (BOWLBY, 1990). Após uma extensa revisão da literatura psicanalítica à época, o autor incluiu uma revisão crítica das principais teorias que versavam a respeito da natureza e da origem do vínculo infantil, em especial à chamada Teoria do Impulso Secundário.

A abordagem de Bowlby, por meio de estudos comparativos entre o homem e diversas outras espécies animais, propõe que o vínculo de uma criança com sua mãe é um produto da atividade de certo número de sistemas comportamentais que têm a mãe como resultado previsível (BOWLBY, 1990).

O comportamento de apego refere-se a qualquer forma de comportamento que uma criança comumente adota para conseguir e/ou manter uma proximidade desejada (BOWLBY, 1990). Dizer que uma criança é apegada ou tem um apego por alguém significa afirmar que a mesma está fortemente disposta a buscar proximidade e contato com uma figura em específico, principalmente nas situações em que ela estiver assustada, cansada ou doente.

Durante a fase da adolescência, o apego de uma criança a seus pais sofre uma mudança. Tanto outros adultos podem assumir uma importância igual ou maior do que a dos pais, bem como a atração sexual por companheiros da mesma idade e sexo começa a ampliar o quadro. Consequentemente, a variação individual, já grande, torna-se ainda maior. Para a maioria dos indivíduos, o vínculo com os pais prossegue na vida adulta e afeta o comportamento de inúmeras maneiras (BOWLBY, 1990).

Certa proporção do comportamento de apego é comumente dirigida não só para pessoas fora da família, mas também para outros grupos e instituições além da família, em especial durante a adolescência e a vida adulta.

Sabe-se que o comportamento de apego na vida adulta é uma continuação direta do comportamento na infância. Isto é demonstrado pelas circunstâncias que levam o comportamento de apego de um adulto a ser mais facilmente apresentado.

Em *Formação e Rompimento dos Laços Afetivos*, Bowlby (1997) chama de *teoria da ligação* essa tendência dos seres humanos a estabelecer vínculos com outros. O autor sugere que os defensores dessa teoria entendem que muitos distúrbios psiquiátricos derivam de desvios no desenvolvimento do comportamento de ligação ou a uma falha em seu desenvolvimento, sem deixar de ressaltar que a mesma teoria tem a chave da origem e do tratamento dessas afecções.

No mesmo trabalho, Bowlby (1997) retoma a questão da reprodução do padrão de vinculação na fase adulta pelos modelos aprendidos na infância. Ele sustenta que o comportamento de ligação, embora seja mais evidente na infância, acontece por toda a vida dos seres humanos – até a morte. E resume esse ponto ao esclarecer que o cerne de sua tese é que é inquestionável a relação de causa entre as vivências de um indivíduo com seus pais e a capacidade que ele apresentará posteriormente para se vincular afetivamente. Diz que tal capacidade tende a ser descortinada por meio de problemas conjugais e dificuldades com os filhos, bem como por sintomas neuróticos e distúrbios de personalidade.

Segundo Zimerman (2010), foi Bion, psicanalista britânico, quem aprofundou, sistematizou e divulgou as múltiplas facetas dos vínculos e das respectivas configurações vinculares. Para esse autor, vínculos são elos de ligação – emocional e relacional – que unem duas ou mais pessoas, ou duas ou mais partes dentro de uma mesma pessoa. O conceito de vínculo foi estendido por ele a qualquer função ou órgão que, desde a condição de bebê, esteja encarregado de vincular objetos, sentimentos e ideias, uns aos outros.

Para Bion há três vínculos fundamentais, do *Amor*, do *Ódio* e do *Conhecimento*. Para cada um destes o autor designou uma letra (respectivamente, L, H, K), sinalizando-os tanto de forma positiva quanto de forma negativa, a depender da configuração do vínculo e das emoções abarcadas nele (ZIMERMAN, 1995).

O autor deu um grande salto qualitativo ao propor, em lugar do clássico conflito entre amor e ódio, uma ênfase no conflito entre as emoções e as antiemoções presentes em um mesmo vínculo. Estas últimas representam as categorias negativas dos vínculos efetivos, diferenciando, por exemplo, “menos amor” (-L) de ódio. Sua contribuição trouxe grande ampliação e enriquecimento da compreensão das inter-relações humanas em geral e da situação psicanalítica em particular (ZIMERMAN, 2010).

A partir de sua definição, o autor ressalta a importância de três aspectos subjacentes a sua concepção: a existência de relações de recíprocas influências entre as pessoas, as quais habitam tanto o mundo interior quanto o mundo exterior do sujeito; a necessária presença de algum tipo de emoção nos elos de ligação entre duas ou mais pessoas, dentro ou fora do sujeito; e o fato de como habitualmente o vínculo designa as relações humanas exteriores (ZIMERMAN, 2010).

Além das supracitadas, a conceituação de vínculo para esse autor necessariamente requer as seguintes características:

- (...) 3. Eles são imanentes (isto é, são inatos, existem sempre como essenciais em um dado indivíduo e são inseparáveis dele);
- 4. Comportam-se como estrutura (vários elementos, em combinações variáveis);
- 5. São polissêmicos (permitem vários significados);
- 6. Comumente atingem as dimensões inter-, intra- e transpessoal;
- 7. Um vínculo estável exige a condição de o sujeito poder pensar as experiências emocionais, na ausência do outro;
- 8. Os vínculos são potencialmente transformáveis;
- 9. Devem ser compreendidos através do modelo da inter-relação *Continente-Conteúdo* (p. 28).

Bion (*apud* ZIMERMAN, s/d) também utiliza a expressão configurações vinculares para designar o fato de que cada pessoa contrai com uma outra, ou com várias outras pessoas, uma configuração típica de inter-relacionamento, com a participação dos quatro tipos de vínculos com os seus respectivos derivados, provindos de todos os participantes no relacionamento (ZIMERMAN, 2010).

Também tratando dos derivados dos vínculos, Correa (2002) cita que uma “aliança como formação psíquica intersubjetiva é construída pelos integrantes do vínculo (...). Essa aliança possibilita uma troca afetiva e emocional intensa e complexa que sustenta diversas perspectivas do desejo” (p. 80).

Para Pichon-Rivière, é por meio do vínculo que toda a personalidade do sujeito se comunica. Tudo depende do contexto social em que esse vínculo está se configurando e enriquecendo. Assim sendo, os conceitos de papel e vínculo são dois aspectos que se misturam muito. Isso quer dizer que na situação do vínculo sempre se inclui o papel (PICHON-RIVIÈRE, 1988).

Uma vez que foi abordada a questão do contexto social, convém apontar que Oliveira (2000) salienta que há nos vínculos de integração social que os sujeitos estabelecem uma conotação social da identidade que se constitui por meio dos mecanismos de identificação projetiva e introjetiva. A essa realidade é atribuída uma interdependência dos sistemas vinculativos com as características da experiência relacional adulta da personalidade e que é fundamental na compreensão da capacidade relacional e transformativa.

E como se dariam os mecanismos de identificação projetiva e introjetiva? Oliveira (2000) cita Hinshelwood (1991) para expor que:

(...) os indivíduos podem colocar os seus conflitos internos em pessoas do mundo externo, podem inconscientemente seguir o curso do conflito, por meio da identificação projetiva e podem reinternalizar o curso e o resultado do conflito externamente percebido por meio de identificações introjetivas (p. 168).

Cabe, ainda, abordar a questão das mudanças nas relações e métodos sociais. São elas que impõem aos membros de uma instituição a reestruturação das relações no campo das fantasias. Isso porque mudanças em uma instituição colocam para o indivíduo a necessidade de produzirem alterações nos seus padrões defensivos contra ansiedades.

Kaës (2014) aponta para dois grandes tipos de operações de defesa constitutivas do inconsciente que atuam diretamente sobre as alianças inconscientes. O primeiro tipo inclui as defesas por meio do recalque e o segundo inclui as defesas fora do recalque – a negação (ou desaprovação) e a rejeição (ou forclusão). O autor caracteriza a necessidade do recalque como condição da aliança. De igual modo, a negação e a rejeição são constitutivas dos conteúdos inconscientes. O recalque, a negação ou a forclusão são exigidas de cada sujeito para servir seus próprios interesses e os de conjuntos de pessoas ao qual eles estiverem vinculados.

Para esse mesmo autor, falar de vínculo é tratar de alianças. Os indivíduos vinculam-se uns aos outros por meio de alianças, algumas secretas e em parte até inconscientes. A aliança passa a ser entendida aqui, com efeito, como uma experiência fundamental para a vida humana, uma instituição necessária para sua manutenção (KAES, 2014).

Conforme exposto, Kaës (2014) refere-se à existência de alianças inconscientes. Para ele, trata-se de fenômeno que se inscreve em dois espaços psíquicos, o do inconsciente do sujeito e o do inconsciente na relação com um outro ou com mais de um outro. Define o autor que alianças inconscientes são:

os fenômenos psíquicos comuns e compartilhados que se confundem na conjunção e relações inconscientes que envolvem sujeitos de uma relação entre eles e com um grupo ao qual eles estão vinculados enquanto tomam parte e enquanto são partes constituintes (p. 43).

Os objetivos dessas alianças seriam assegurar os investimentos vitais para a manutenção da relação e da existência de cada um de seus membros. Isso exigirá, por sua vez, uma reciprocidade e uma comunidade de investimentos narcísicos e objetivos. Assim, é sobre essas alianças que são confeccionadas as realidades psíquicas na relação por um lado, e a realidade psíquica inconsciente dos sujeitos e relação (KAES, 2014).

Para que tenha eficácia, diz o autor, a aliança deve ser reconhecida e garantida por instituições sociais, religiosas, políticas e jurídicas. Nesse sentido, entende-se que uma vez assumida a sua finalidade, a aliança é criadora de um acordo e de um consenso – consciente ou inconsciente. Dessa forma, ela não apenas une, mantendo relações e evitando conflitos, como também exclui, uma vez que para se estabelecer alianças, algumas representações, alguns pensamentos devem ser recalcados, negados, admitindo-se algumas renúncias e até mesmo sacrifícios (KAES, 2014).

Em virtude de ela engendrar uma série de intercâmbios simbólicos, em que a palavra é, ao mesmo tempo, condição e expressão, a aliança constitui uma ordem fundamentalmente humana. Para se relacionar uns com os outros, desde a origem de sua vida psíquica e posteriormente viver em família, associar-se em grupo, os sujeitos põem-se de acordo entre si e estabelecem trocas. Por meio de todos esses processos, eles se vinculam uns aos outros (KAES, 2014).

Por fim, é possível resumir o tema dizendo que “em todo vínculo o inconsciente se inscreve e se expressa várias vezes, em diversos registros e em várias linguagens, tanto na do sujeito quanto na do próprio vínculo” (KAES, 2002). Onde há vínculo, há identificação.

## 2.2 IDENTIFICAÇÃO

O mecanismo da identificação está relacionado com a teoria dos papéis. Pichon-Rivière (1988) analisa o processo de identificação (seja a introjetiva, como resultando do mecanismo de internalização de um determinado personagem com a assunção de seu papel, seja a projetiva, resultante de projeção sobre um personagem externo) na situação do vínculo. Para ele, todas as nossas relações com os outros estão fundamentadas no interjogo de assumir e adjudicar papéis.

A assunção desses papéis pode exigir dois tipos de processos, segundo o autor. Por um lado, podemos assumi-los consciente e voluntariamente. Por outro, quando o ambiente ou os outros nos adjudicam um determinado papel, podemos assumi-lo de forma inconsciente. Nas relações sociais ocorre um intercâmbio permanente entre a assunção e a adjudicação de um determinado papel (PICHON-RIVIÈRE, 1988).

O conceito de identificação assume especial importância e centralidade na teoria psicanalítica. Esse termo designa um processo psicológico fundamental, realizado ativamente pela parte inconsciente do ego, pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, parcial ou totalmente, dos aspectos, atributos ou traços das pessoas mais íntimas que o cercam (ZIMERMAN, 2001).

Segundo Roudinesco e Plon (1998), a definição sistemática desse importante conceito só foi concebida tardiamente no arcabouço psicanalítico. Isso se deu no âmbito de uma grande reformulação desenvolvida por Freud na década de 1920, ainda que preponderante para toda a teoria freudiana do desenvolvimento psicosssexual do indivíduo.

Apesar de utilizar o termo de forma ainda muito descritiva em suas correspondências com Wilhelm Fliess e de dar algum tratamento teórico ao conceito em *A Interpretação dos Sonhos* (1900) – ao mencionar a identificação utilizada na histeria – e em *Sobre o Narcisismo: uma introdução* (1914), é em *Psicologia das Massas e a Análise*

*do Ego* (1921) que Freud dedica um capítulo inteiro à identificação, ressaltando sua importância metapsicológica (ROUDINESCO & PLON, 1998).

Nessa obra, Freud compreende três modalidades de identificação. Ele inicia, assim, sua teorização a respeito desse processo, destacando-o como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa, segundo a psicanálise (FREUD, 1921).

Em primeiro lugar, a identificação é reconhecida como desempenhando um papel na história primitiva do complexo de Édipo. É nesse momento que o menino mostrará interesse especial pelo pai. Essa figura será tomada como seu ideal: o menino gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar o seu lugar em tudo, em suma, identifica-se com ele (FREUD, 1921).

O pai é tomado como modelo e se começa a desenvolver uma catexia de objeto verdadeira em relação à mãe, de acordo com o tipo analítico de ligação. Caracteriza-se, assim, o que Freud intitula por dois laços psicologicamente distintos. Por ser passível de assumir um colorido hostil com o passar do tempo, Freud clarifica que a identificação é ambivalente desde o início, podendo tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto um desejo de afastamento de alguém (FREUD, 1921).

Esse modelo de identificação refere-se ao estágio oral. É esse o momento da incorporação do objeto segundo o modelo canibalesco. O autor esclarece que a mesma coisa se aplica às meninas, feitas as devidas substituições. Por fim, a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo (ROUDINESCO & PLON, 1998).

O segundo caso de identificação é o da identificação regressiva. Esse é discernível no sintoma histérico, de cujas modalidades de formação constituem-se da imitação não da pessoa, mas de um sintoma da pessoa amada. Conforme afirma o autor, a identificação aparece no lugar da escolha do objeto e a escolha do objeto regride no lugar da identificação (FREUD, 1921).

Freud afirma a esse respeito que, nessas situações, a identificação pode tomar emprestado “apenas um único traço da pessoa-objeto”. Trata-se do famoso traço único – o *einzigster Zug* (ROUDINESCO & PLON, 1998).

Existe ainda uma terceira modalidade, na qual a identificação deixa inteiramente fora de consideração qualquer relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada.

Aqui a identificação se efetua na ausência de qualquer investimento sexual. Trata-se então do produto da capacidade ou da vontade de se colocar numa situação idêntica à do outro ou a dos outros (ROUDINESCO & PLON, 1998).

Particularmente frequente e importante, esse terceiro caso pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é o objeto de instinto sexual. Quanto mais importante é essa qualidade comum, mais bem-sucedida pode se tornar essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço (FREUD, 1921).

Contudo, Dias (2009) aponta para um respeitável esclarecimento. Esse investimento que Freud assinalou como sendo livre de qualquer investimento sexual é, na verdade, uma alteração do laço libidinal, uma reserva da vida sexual. Diz a autora:

Talvez fosse mais adequado falar em “vínculo libidinal inibido em seu objetivo”, ou mesmo em recalçamento da sexualidade, em vez de dessexualização, uma vez que as pulsões inibidas em seus objetivos, das quais dependem os laços entre os membros de um grupo, se originam daquelas diretamente sexuais, cuja satisfação foi impedida de ser alcançada devido a obstáculos externos ou internos e, portanto, submetidas a recalçamento (p. 26).

Ademais, retomando o conceito de identificação, tem-se que ele é enriquecido por diversas contribuições de Freud, como na noção de incorporação oral, encontrada em *Totem e Tabu* (1913) e *Luto e Melancolia* (1917); em *Sobre o Narcisismo: uma introdução* (1914), o autor atribui a escolha narcísica de objeto à identificação. Pode-se ver também que na elaboração dos efeitos do complexo de Édipo, como no desenvolvimento da segunda teoria do aparelho psíquico, é crescente a importância do conceito de identificação como estruturador do sujeito (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001).

Não obstante o reconhecimento da valiosa contribuição de Freud para a compreensão do estabelecimento da identificação em face do enlaçamento social, Dias (2009) dedicou-se a uma minuciosa pesquisa por toda a obra psicanalítica e definiu a identificação como o resultado da ligação afetiva com o Outro<sup>1</sup>. Ele esclarece que tal ligação se dá pela introjeção do ideal, do significante (o traço único) e do desejo, todos originados no campo do Outro.

---

<sup>1</sup> Para Lacan, o Outro é o lugar do significante, é o registro do Simbólico, que o autor denomina de Outro na medida mesma em que o campo dos significantes é faltoso, é incompleto e nele há sempre a possibilidade de introduzir, por meio de um ato criativo, um novo significante (JORGE, 2008).

Para a autora, esse processo é tratado como uma alteridade radical, no sentido em que ela o compreende como uma alienação ao Outro a serviço do enlaçamento social. De maneira muito esclarecedora, ela sugere que essa identificação parte da premissa do desejo de ser como o Outro, e não do desejo de tê-lo. Isso porque esses processos são, na sua origem, independentes, passam a coexistir em torno de um mesmo objeto (eu) no decorrer do desenvolvimento libidinal. E vai ser no complexo de Édipo que esses processos irão se dirigir às figuras parentais para então, ao final dele, serem transportados para o social no seu sentido mais amplo. O final do complexo de Édipo marca o início das identificações que promoverão o enlaçamento social (DIAS, 2009).

Dias (2009) continua sua análise assinalando que na identificação está presente a assimilação e a introjeção. A identificação tem um caráter ambivalente, identificado inicialmente no narcisismo primário, com a incorporação e destruição do seio materno (objeto parcial), e posteriormente no complexo de Édipo, com o desejo da criança em livrar-se do pai e em assemelhar-se a ele.

Seria então a identificação, segundo Dias (2009), o que dá origem ao sujeito e às instâncias do aparelho psíquico, além de ser o que promove os laços que unem os membros de um grupo.

Assim como para Freud, Jacques Lacan (1961-62) também posiciona a identificação no centro de seu trabalho teórico. Ao dedicar um ano de Seminário à questão da identificação, o autor formula importantes conceitos que estruturam o processo identificatório, como o *traço unário* e a concepção do *um*, o esteio da diferença.

Lacan fundamenta a noção do traço unário no traço único da identificação regressiva de Freud, avançando, contudo, vastamente em seu conteúdo. É nesse aspecto que ele fundamentará a sua concepção de *um*, que se constituirá como a base da identidade. Fazendo uso da análise do *cogito* cartesiano, Lacan situa o fundamento da identificação inaugural, do sujeito distinto do eu, no traço unário, essência do significante, que é o nome próprio (ROUDINESCO & PLON, 1998).

Seguidamente, há uma integração da sua teoria do significante com dois dos tipos de identificações elencados por Freud, a identificação primária e a identificação histórica. Esta última, para Lacan, tem por vetor o desejo do desejo do Outro, evocado

pela pergunta “Que queres?”, marca da dependência incontornável do sujeito (ROUDINESCO & PLON, 1998).

Apoiando-se na Linguística, na Antropologia e na Matemática, Lacan revê a obra de Freud e “descobre” três registros heterogêneos que constituem o aparelho psíquico, os quais se encontram entrelaçados no chamado *nó borromeano*, e que estariam implícitos na teoria freudiana, são eles: o *Real*, o *Simbólico* e o *Imaginário* (JORGE, 2005).

O Imaginário é da ordem da imagem, esse registro é entendido como o da relação especular, dual, com seus logros e identificações, sobretudo com o advento do sentido. Já o Simbólico, correspondente às relações entre inconsciente e linguagem, entende-se como da ordem do duplo sentido. O Real é o não-senso radical (não-sentido), é o nada que antecede o aparecimento de toda a vida e que resiste a qualquer simbolização (JORGE, 2005; JORGE, 2008).

Inicialmente, Lacan (1961-62) posiciona a identificação no registro do Imaginário, durante a fase do estágio do espelho. Posteriormente, o autor formula os três tempos da concepção lacaniana do Édipo, sob a forma de uma identificação com o que se pressupõe ser o desejo da mãe, depois, sob a forma da descoberta da lei do pai e, por fim, sob a da simbolização dessa lei, que tem como implicação atribuir ao desejo da mãe seu verdadeiro lugar e permitir as identificações futuras, constitutivas do sujeito.

Dias (2009), ao propor uma leitura de Lacan, diz que a proibição do incesto é o que permite a existência do homem na cultura. A satisfação do desejo pela mãe marcaria o fim da demanda estruturante do inconsciente do sujeito. Portanto, a proibição do incesto é, segundo a autora, o que abre espaço para a identificação, para a idealização e a sublimação, bem como para o enlaçamento social. Ampliando o que se refere à cultura, a mesma autora recorre à seguinte citação de Freud (1930[1929]):

O amor que fundou a família continua a operar na cultura, tanto em sua forma original, em que não renuncia à satisfação sexual direta, quanto em sua forma modificada, como afeição inibida em sua finalidade. Em cada uma delas, continua a realizar sua função de reunir consideráveis quantidades de pessoas, de um modo mais intensivo do que o que pode ser efetuado através do interesse pelo trabalho comum. (...) O amor com uma finalidade inibida foi, de fato, amor plenamente sensual, e ainda o é no inconsciente do homem. (...) O amor genital conduz à formação de novas famílias, e o amor inibido em sua finalidade, a “amizades” que se tornam valiosas, de um ponto de vista cultural, por fugirem a algumas das limitações do amor genital, como por exemplo, à sua exclusividade (p.100 e 101).

Desta forma, é necessário mencionar o papel da agressividade para a formação da cultura. Isso porque a agressividade é inerente aos seres humanos e é também o maior impedimento à cultura. A agressividade serve de esteio a qualquer relação afetiva e de amor entre as pessoas (DIAS, 2009). E isso significa dizer que a agressividade existe tanto no individual quanto no coletivo (cultura).

Dias (2009) entende que não é possível falar em inexistência das pulsões destrutivas. O que há é uma contraposição da pulsão de morte (agressividade, desejo de destruição) com o seu oposto, o amor. Assim, para a autora, no coletivo a agressividade do indivíduo é substituída pela violência da comunidade, que está desenhada na força coercitiva da lei.

Para Pedrossian (2008), a estruturação da sociedade, balizada na força coerciva da violência e nas identificações entre seus membros, demandou a instituição de regulamentos visando à proibição de atos violentos. Ela assente que dessa maneira acontece uma alternância do poder na prática de atos violentos – ela deixa de ser do indivíduo e passa para uma unidade maior, que é a sociedade e que a exercita pela imposição de suas leis.

Roudinesco e Plon (1998) também sinalizam a importância da identificação para a coletividade ao afirmarem que ela se produz, em especial, no contexto das comunidades afetivas.

É essa forma de identificação que liga entre si os membros de uma coletividade. Ela é comandada pelo vínculo estabelecido entre cada indivíduo da coletividade e o condutor das massas. Esse vínculo é constituído pela instalação deste último na posição de ideal do eu por cada um dos participantes da comunidade (p.365).

Já Fornari (1991) traz o contexto das comunidades afetivas e os processos de identificação a partir dos escritos de Freud em *Psicologia das Massas e a Análise do Ego* (1921). De acordo com o autor, nessa obra Freud apresenta a identificação como mecanismo de defesa do Ego, mas também como resultado da sublimação do Eros entre os construtos do social, impressa nos laços libidinais que conectam os membros de um grupo ao seu chefe ou mesmo dos próprios membros do grupo entre si.

De acordo com Pedrossian (2008), os elos de identificação que são formados entre os membros do grupo e o líder são instituídos por meio da renúncia do indivíduo ao seu ideal do ego que é, então, substituída pelo ideal do grupo (líder).

Dialogando, então, com a proposta de Lacan que apresenta o aparelho psíquico constituído pelo Real, pelo Simbólico e pelo Imaginário, aponta-se aqui para Enriquez (1989), que, em seu artigo sobre *O Trabalho da Morte nas Instituições*, propõe que as instituições existem a partir de conjuntos que são *culturais, simbólicos e imaginários*.

Ao tratar do simbólico, Enriquez (1991) afirma que uma instituição não vive se não produz um ou mais mitos unificadores (mitos, ritos, heróis, sagas) que funcionarão para a legitimação da ação dos membros da instituição, atribuindo sentido às suas práticas e às suas vidas. O autor segue esclarecendo que:

A instituição pode então se oferecer como objeto ideal a ser interiorizado, que dá vida, ao qual todos devem manifestar a sua lealdade, e até mesmo se sacrificar. Ela apresenta exigências e obriga a todos a se moverem pelo orgulho do trabalho a realizar: verdadeira missão de vocação salvadora (p. 78).

Assim como Lacan, Enriquez (1991) apresenta a identificação no âmbito do Imaginário. Segundo ele, o Imaginário se imprime naquilo que resulta dos desejos de afirmação e de identificação narcísicos dos indivíduos versus uma declarada capacidade das instituições de oferecer respostas satisfatórias a tais desejos. Esse interjogo tem, portanto, de um lado, os indivíduos com suas possibilidades de perturbação das suas identidades, dos seus medos de aniquilamento, da angústia de fragmentação despertada pela vida em comunidade; e, do outro lado, nesse jogo reina a instituição em sua capacidade de ofertar proteção contra todos esses perigos. Contudo, o autor segue sua discussão chamando atenção para uma existência ambivalente da instituição no que tange à sua postura protetiva, mas também aniquiladora, que tem por objetivo o apoderamento de todo o espaço psíquico dos indivíduos incapazes de se diferenciarem dela.

Por fim, recorreremos a Kaës (2014), que discute acerca das identificações ao tratar da formação das alianças inconscientes. Para ele esse processo de formação aciona processos identificatórios comuns, mútuos e compartilhados.

As identificações mútuas são ao mesmo tempo as condições e os resultados das alianças. Elas se desenvolvem em diferentes registros: são narcísicas, imaginárias, objetais, simbólicas ou edipianas. As funções que elas realizam ou satisfazem a serviço da aliança são também diversas: experiência básica de segurança, realização de desejos, aceitação de interditos ou proibições, reforço de defesas ou facilitação de transgressões (p. 48).

Convém salientar que outros importantes psicanalistas, não elencados aqui, deram distintos contornos ao conceito de identificação, ampliando sua compreensão, inclusive sua utilização na técnica e na clínica da Psicanálise. Para efeito desse estudo, porém, assume-se que os autores expostos acima aportam referencial bastante adequado para a discussão da categoria teórico-analítica dos processos identificatórios.

### 2.3 MECANISMOS DE DEFESA

Ao longo da obra psicanalítica, o conceito de defesa ganhou um papel discriminador entre as diversas afecções neuróticas mantendo-se, assim, ligado aos processos de estruturação psíquica.

Essa noção foi posteriormente sofisticada por Anna Freud (2006[1946]). A autora trouxe como finalidade a realização de operações mentais destinadas a reduzir as tensões psíquicas internas (angústias) que, apesar de processadas pelo ego, configuram defesas inconscientes, manifestadas visando à proteção do eu contra as agressões internas (de ordem pulsional) e externas.

Segundo Laplanche e Pontalis (2001), foi por meio da obra de Anna Freud que o estudo dos mecanismos se tornou um tema importante da investigação psicanalítica. Ela enfatizou a complexidade das operações de defesa e a partir daí muitos outros processos defensivos foram descritos.

Contudo, antes de entrar na compreensão de cada um dos mecanismos de defesa, segue-se uma sucinta apresentação da origem e das finalidades do termo *Defesa* a partir de Freud.

### 2.3.1 A Origem e as finalidades do termo Defesa

Na Psicanálise, a palavra 'defesa' foi empregada inicialmente por Freud (1893). Ele o fez na tentativa de explicar o mecanismo da histeria e posteriormente o de outras psiconeuroses de defesa. Portanto, para compreender a origem do termo *defesa* em Freud é imprescindível que se faça uma leitura acerca das hipóteses sobre a etiologia das psiconeuroses. Afinal, o primeiro registro de utilização do termo 'defesa' ocorreu no texto "Neuropsicoses de defesa" e o estudo da origem do termo aparece ligada às investigações de Freud sobre o trauma (MONTEIRO SILVA & FONTENELE, 2013).

Ao apresentar a questão do trauma, Freud (1893) explica que ele é investido de afeto aflitivo e que, por essa natureza aflitiva, uma vez que ele gera desprazer, o sujeito voluntário (pela atuação da consciência) opta por afastá-lo. Se o investimento feito pelo sujeito no sentido do afastamento for bem-sucedido, então o processo não pode ser considerado patológico. O que torna esse processo patológico é o deslocamento ou a fuga para a psicose, em razão do investimento do sujeito ter sido realizado por meio da fuga da realidade, e não em face do distanciamento do afeto aflitivo advindo pelo trauma.

As diferenças na maneira de vivenciar e de resolver o trauma foram observadas por Freud, mas, inicialmente, a compreensão da determinação dos mecanismos das patologias se dava pela via da predisposição, tal como a medicina da época lidava com o tema. Contudo, essa ideia não se manteve porque Freud logo entendeu que para compreender tais mecanismos seria necessário explicar todo o funcionamento psíquico. A partir daí o autor passou a apontar a sexualidade como fator determinante no desenvolvimento das neuroses atuais e das psiconeuroses de defesa (MONTEIRO SILVA & FONTENELE, 2013).

Sabendo, pois, que a sexualidade é o fator de semelhança entre os dois grupos de neuroses, vale salientar que:

A diferença é que nas neuroses atuais não haveria a participação de processos mnêmicos, mas sua etiologia seria consequência direta da inadequação ou ausência de satisfação sexual; os sintomas se manifestam também de outra forma, caracterizando uma dupla oposição entre os dois grupos de neuroses. Por mais que o problema dos dois tipos de neuroses continue sendo o dos destinos da excitação sexual, nas neuroses atuais essa excitação é somática e nas neuroses de defesa é psíquica (FENICHEL, 2005, p. 51).

Também importa destacar que ao atribuir às psiconeuroses de defesa os processos mnêmicos, Freud quis dizer que elas representam a ação do psiquismo na defesa contra as recordações sexuais traumáticas vividas pelo indivíduo precocemente. O indivíduo experimenta o teor aflitivo em decorrência de uma cena psíquica ser sentida como alguma representação desprazerosa anterior (MONTEIRO SILVA & FONTENELE, 2013).

Nesse ponto, houve uma aproximação da censura ao recalque, pois foi reconhecida a sua função na manutenção da integridade do eu. Mais tarde, na apresentação da segunda tópica, Freud expandiu o papel da censura, colocando-a, de um lado, no sentido mais amplo da defesa, ao mesmo tempo em deu a ela uma função similar a do eu e a do supereu, por outro viés (MONTEIRO SILVA & FONTENELE, 2013).

Esse investimento de Freud na compreensão do funcionamento psíquico possibilitou o entendimento sobre os mecanismos inconscientes e suas formas de expressão. Isso possibilitou a diminuição do pressuposto antagônico entre o normal e o patológico, comumente simplificado pela linguística e que até certo momento foi considerado pelo saber analítico.

Freud, então, seguiu demonstrando que o conteúdo latente é ativo na medida em que produz efeitos observáveis, embora não esteja circunscrito ao campo da consciência. Essa proposição concorreu para a justificativa de um inconsciente ativo, que impôs à defesa um caráter contínuo e remeteu ao conceito de pulsão – aqui também ele reconheceu a resistência como expressão desse inconsciente ativo (VALENTE, 2013).

Para somar-se a isso, no início do século XX, a introdução do conceito de *pulsão* reforçou o poder do efeito do recalque e a teoria da defesa passou a ser potencialmente influenciada pela nova visão da sexualidade. O resultado desses avanços foi o abandono da teoria do trauma e a emergência das fantasias infantis como cerne das bases de formação da neurose (MONTEIRO SILVA & FONTENELE, 2013).

A Psicanálise, em todo o seu percurso com vistas ao trato das afecções psíquicas, se utilizou de inúmeras técnicas. Entre elas, o método catártico, a associação livre, a transferência, a interpretação das resistências e a elaboração. Todas essas técnicas concorreram para desvendar a libido que, na formação de uma psicose, age no sentido da regressão e reinvestimento de fixações infantis. E, nesse ponto, é importante salientar que Freud reconheceu que existe uma atração contínua do inconsciente sobre a libido devido ao recalque das pulsões e suas produções (MONTEIRO SILVA & FONTENELE, 2013).

Fenichel (2005), por fim, resume os motivos de defesa dizendo:

No conflito neurótico (entre o ego e o id), um impulso instintivo busca descarga, lutando contra angústia oposta (...). O impulso tende para o mundo; as contraforças tendem para a retirada do mundo. O que parece governar o impulso é a sua fome de objetos; o que parece governar as contraforças é um desejo de evitar os objetos (p. 129).

Foi também Anna Freud quem deu maiores contornos ao conceito de mecanismos de defesa. Isso foi feito após a publicação de sua obra sobre o tema, *O Ego e os Mecanismos de Defesa* (2006[1946]). Entretanto, observou-se que a autora atribuiu um papel de destaque especialmente ao ego, conferindo-lhe *status* de instância de adaptação à realidade.

Diferentemente do que formulara o criador da Psicanálise, para Anna Freud, a repressão não ocupa lugar único entre os processos psíquicos. Outra notável diferença apontada por esta autora é a compreensão de que os mecanismos de defesa se passam em mais de uma esfera psíquica. Em sua obra são descritos outros processos que servem à mesma finalidade de proteção do ego contra as chamadas exigências instintivas, lembrando ainda ligações habituais de certos métodos defensivos a determinados quadros mentais (FREUD, 1946).

Anna Freud contabilizou dez mecanismos diferentes, todos tidos como à disposição do ego. A autora realiza uma enumeração dos métodos defensivos do ego tal como descritos nos trabalhos de Freud e acrescenta um décimo, que, em sua opinião, pertence mais ao estudo da mente normal do que ao da neurose – a sublimação ou deslocamento dos anseios instintivos (FREUD, 1946).

Os outros nove métodos diferentes à disposição do ego em seus conflitos com os representantes instintivos e os afetos são: regressão, repressão, formação reativa, isolamento, anulação, projeção, introjeção, inversão contra o eu e reversão. Anna Freud também traz em sua obra mecanismos como: negação em fantasia, identificação com o agressor e altruísmo. Competiria ao analista verificar até que ponto esses métodos podem ser eficazes nos processos de resistência do ego e de formação de sintomas que ele tem oportunidade de observar nos indivíduos (FREUD, 1946).

Outra autora que apresenta vasta produção no que concerne a descrição e ao desenvolvimento da mente primitiva é Melanie Klein, renomada psicanalista britânica. Modificando e ampliando algumas das concepções originais pontuadas por Freud, Klein também descreveu e caracterizou os mecanismos de defesa, a partir de um contexto próprio e original.

Ao abordar o desenvolvimento emocional primitivo da criança, Klein (1935) identificou novas formas de funcionamento mental. Saindo da ideia de fase ou estágio, Klein inaugura a ideia de posição, como unidade do desenvolvimento, nomeando-as como posição esquizo-paranóide e posição depressiva. Essas noções trouxeram contribuições relevantes para a noção de defesa na Psicanálise.

Para a autora, ainda que no início da vida o bebê não tenha um ego constituído, há uma estrutura precursora deste. Esse ego incipiente é capaz de sentir angústia, utilizar mecanismos de defesa e estabelecer relações de objeto primitivas, na realidade e na fantasia (KLEIN, 1958). Assim sendo, a concepção de mecanismos de defesa é uma noção que explicita as operações do ego com o intuito de se defender.

No período inicial, denominado posição esquizo-paranóide, que se estende até os cinco meses de idade da criança, há uma demanda crescente do bebê em lidar com a angústia paranoide. Essa angústia foi nomeada posteriormente de angústia persecutória, e decorre da projeção do sadismo do bebê sobre o objeto. A autora observou que há, por parte do bebê, o medo de sofrer os mesmos ataques sádicos que imaginou ter dirigido ao objeto, sentindo-se, dessa forma, perseguido (KLEIN, 1935).

Klein (1935) intitulou essa angústia como medo do aniquilamento, uma vez que é percebida como ameaça à própria vida do bebê. Assim sendo, para que pudesse se sentir seguro e encontrar uma forma de organizar-se internamente, o ego incipiente

recorre a mecanismos de defesa primitivos, tais como: a projeção, a introjeção, a cisão e a identificação projetiva.

Já próximo aos seis meses de idade, passa a se estabelecer a posição depressiva. Ela representa um avanço em termos psíquicos, já que o objeto passa a ser percebido em sua totalidade nessa etapa do desenvolvimento, assim como o próprio ego. Nessa fase, segundo a autora, a angústia predominante é entendida como a da perda do objeto. Há uma superação da dicotomia até então estabelecida entre mau e bom, acenando para a integração do objeto (KLEIN, 1935).

A partir do momento em que a criança percebe que o mesmo objeto que frustra (mau) é aquele que também gratifica (bom), mostra-se necessário elaborar a culpa decorrente do ataque ao objeto. Daí nasce a necessidade de reparar os danos que se fantasia ter causado ao objeto. Para Klein (1935), “o resultado da posição depressiva, (...) posição central do desenvolvimento da criança, da qual dependem tanto a saúde mental, quanto a capacidade de amar, é a firme internalização do objeto bom” (p. 1).

A autora postula que quando se torna frequente, a reparação assume um grau patológico, sendo então nomeado de defesa maníaca. Essas últimas são utilizadas com o objetivo de serem anulados os ataques sádicos realizados contra o objeto na posição esquizo-paranóide, o que livraria o psiquismo da perseguição do objeto. Algumas formas de defesas utilizadas para negar o temor à perseguição e a culpa por ter lesado o objeto são a onipotência e a negação (KLEIN, 1935).

Por fim, a elaboração da posição depressiva é o ponto mais importante para o desenvolvimento psíquico da criança, segundo Klein (1935). Esse processo assinala para uma consistente introjeção do objeto bom, o que, por sua vez, será decisivo para a capacidade de amar e reparar.

Expostos aqui a origem e os motivos do termo Defesa a partir da obra Freudiana, somando-se às contribuições de Anna Freud e Melanie Klein acerca da temática, segue-se com a descrição dos dez mecanismos de defesa, que serão classificados em: bem-sucedidos, visto que interrompem aquilo de que se esquiva; e patogênicos, uma vez que se caracterizam por repetição ou perpetuação do processo de rejeição (FENICHEL, 2006).

### 2.3.2 Os mecanismos bem-sucedidos

De acordo com Fenichel (2005), a sublimação é a representação das defesas bem-sucedidas. Segundo ele, embora não se restrinja a um mecanismo específico. Isso implica dizer que, por influência do ego, a finalidade e/ou o objeto se modificam sem bloquear a descarga adequada.

A sublimação decorre da adaptação lógica e ativa das pulsões que, após escolherem uma nova finalidade, passam a se satisfazer tanto em proveito do aparelho psíquico quanto das normas que regem o contexto social (KUSNETZOFF, 1982).

Fenichel (2005) explica como se procede a sublimação da seguinte maneira:

(...) as forças defensivas do ego não se opõem frontalmente aos impulsos originais, conforme ocorre no caso das contracatexias, mas incidem angularmente; daí uma resultante em que se unificam a energia instintiva, com liberdade para atuar. Distinguem-se as sublimações das gratificações substitutivas neuróticas pela sua dessexualização, ou seja, a gratificação do ego já não é fundamentalmente instintiva (p. 132).

Para Anna Freud (1946), a sublimação se caracteriza como o deslocamento da finalidade instintiva, estando em conformidade com valores sociais mais elevados. Essa atividade pressupõe a aceitação ou, pelo menos, o conhecimento de tais valores, pressupondo a existência de um superego. Por essa razão, o mecanismo de defesa da sublimação, segundo a autora, só relativamente mais tarde poderia ser empregado no processo de desenvolvimento.

Em se tratando das concepções kleinianas, seriam as repetidas experiências de perda e de reparação pelas quais passa o bebê que tornaria seu ego enriquecido e apto a lidar com as experiências de frustração. À medida que elas ocorrem, proporcionam-lhe confiança para o estabelecimento de um objeto seguro, que o proteja e lhe dê condições de suportar a angústia, sem recorrer ao adoecimento.

A partir do surgimento de sentimentos como o medo da morte da mãe, e o sentimento de culpa, há um importante efeito no futuro bem-estar da criança, na sua capacidade amar e no seu desenvolvimento social. É deles que surge o *desejo de restaurar*, que se expressa em diversas fantasias onde a criança salva a mãe e faz todo tipo de reparação (KLEIN, 1936).

Para Klein (1936),

tudo aquilo que torna a perda de um objeto bom externo menos dolorosa e diminui o medo de ser punida, ajuda a criança a manter confiança no objeto bom que guarda dentro de si. Ao mesmo tempo, isso abrirá o caminho para que a criança mantenha uma boa relação com a mãe, apesar da frustração e estabeleça relações prazerosas com outras pessoas além dos pais. Assim, ela poderá obter outras satisfações que substituirão aquela que é tão importante, e que está prestes a perder (p. 4).

Entende-se, assim, que tudo aquilo que faz com que o bebê sinta que está cercado de objetos amistosos prepara o terreno para uma boa relação com a mãe, e, mais tarde, com outras pessoas à sua volta. O desenvolvimento sadio da criança e sua capacidade de amar vão depender em grande parte da maneira como o ego passa por essa posição crucial (KLEIN, 1936).

### 2.3.3 Os mecanismos patológicos

Alguns mecanismos de defesa possuem íntima relação com a noção de identificação, a exemplo da introjeção e da projeção. Na realidade, as identificações propriamente ditas resultam de um processo constante de introjeção de figuras, dentro do ego sob a forma de representações objetais, e no superego. A incorporação e a introjeção podem ser consideradas como protótipos da identificação, ou ao menos de algumas modalidades em que o processo mental é vivido e simbolizado como uma operação corporal (ingerir, devorar, guardar dentro de si, etc.) (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001; ZIMERMAN, 2001).

Segundo Laplanche e Pontalis (2001), de um modo geral, a defesa incidirá sobre situações capazes de desencadear a excitação interna na medida em que for incompatível com a ideia de equilíbrio, e, portanto, desagradável para o ego.

O processo defensivo especifica-se em mecanismos de defesa mais ou menos integrados ao ego. Os mecanismos de defesa mais comumente encontrados na literatura psicanalítica são: recalque, deslocamento, anulação, isolamento, condensação, racionalização, formação reativa, projeção, sublimação, negação.

O recalque é o primeiro grande mecanismo investigado pela teoria freudiana. Consiste no ato de despejo do nível consciente da representação ligada à pulsão, de forma que aquela permaneça no inconsciente, já que a entrada da mesma na consciência poderia provocar desprazer. Já a projeção, por sua vez, subentende-se como a atribuição a objetos externos de propriedades ou características que, simultaneamente, o sujeito desconhece de si mesmo (KUSNETZOFF, 1982).

De acordo com Roudinesco e Plon (1998), os mecanismos de deslocamento e de condensação foram teorizados por Freud, sobretudo no contexto da análise dos sonhos. O deslocamento, por meio de um deslizamento associativo, transforma elementos primordiais de um conteúdo latente em detalhes secundários de um conteúdo manifesto. A condensação efetua a fusão de diversas ideias do pensamento inconsciente para desembocar numa única imagem no conteúdo manifesto, consciente.

Os mecanismos de isolamento, anulação e formação reativa foram especialmente abordados na caracterização da neurose obsessiva. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), a anulação é o processo pelo qual o sujeito se esforça por fazer com que pensamentos, palavras, gestos e atos passados não tenham acontecido, utilizando, para isso, um pensamento ou comportamento com significação oposta. Para Kusnetzoff (1982), o isolamento é o mecanismo que consiste em evitar a contaminação com um objeto perigoso, dissociando a possibilidade de tocar a representação mental ligada ao afeto desagradável que traria o toque do objeto. Conforme esse autor, a formação reativa caracteriza-se por levar o sujeito a efetuar o que é totalmente oposto àquilo inconsciente que se quer rejeitar.

Dois processos comuns, que abrangem um extenso campo no tratamento psicanalítico, são a racionalização e a negação. A racionalização é o processo pelo qual o sujeito procura apresentar uma explicação coerente do ponto de vista lógico, ou aceitável moralmente, para uma atitude, uma ação, uma ideia, um sentimento etc. (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001). Para Kusnetzoff (1982), na negação determinado conteúdo recalçado é admitido na consciência com a condição de negá-lo, implica uma função de rejeição daquilo que simultaneamente se admite.

Conforme exposto, nas obras de Anna Freud e de Melanie Klein é possível localizar uma importante contribuição à teoria dos mecanismos de defesa associados ao

nível de organização alcançado pelo aparelho mental. Em se tratando da produção da primeira, a autora acrescentou a negação em fantasia e a identificação com o agressor.

Segundo Anna Freud (1946), o mecanismo da negação pertence a uma fase normal do desenvolvimento do ego infantil. No entanto, se ele se repetir em fases posteriores da vida, indica um estágio avançado de doença psíquica. Isso ocorre, afirma a autora, porque a capacidade do ego de negação da realidade é inteiramente incoerente com outra função altamente apreciada pelo ego, qual seja, a sua capacidade de reconhecer e comprovar criticamente a realidade dos objetos.

No que diz respeito ao mecanismo de identificação com o agressor, segundo a autora, este opera no sentido de a criança personificar o agressor, diante de situações geradoras de angústia para a criança, nas quais ela introjeta características do objeto que lhe causou angústia, no intuito de assimilar o evento. Assim sendo, a criança quando personifica o agressor, assume seus atributos, ou imita a sua agressão, passando do lugar de ameaçada para o de ameaçadora (FREUD, 1946).

Comprometida também com a psicanálise infantil, Anna Freud se dedicou ao desenvolvimento da noção de mecanismo de defesa contra a angústia, demarcando um esforço de organização e classificação da obra de seu pai, Sigmund Freud.

Apresentando algumas divergências com relação às proposições de Anna Freud, Melanie Klein criou uma teoria própria para explicar os processos psíquicos. Conforme exposto, sua contribuição, no que se refere a compreensão dos mecanismos de defesa, se remete ao esforço feito pelo ego para se defender, variando conforme a etapa do desenvolvimento em que se encontra.

Em se tratando dos mecanismos considerados menos saudáveis, segundo Klein (1935), as defesas mais primitivas são principalmente aquelas empregadas ao longo da posição esquizo-paranóide, momento em que o bebê tem de lidar com a angústia persecutória. A autora elenca como mecanismos de defesa mais primitivos, característicos desse momento, a projeção, a introjeção, a cisão e a identificação introjetiva.

De acordo com Klein (1935), o desenvolvimento do bebê é governado por mecanismos de introjeção e projeção. Para aliviar a sensação de aniquilamento causada pela angústia. O ego infantil se defende projetando para o exterior os aspectos destrutivos dessa experiência e localizando fora de si o que é ruim. Dessa forma, o objeto

passa a ser revestido, em alguns momentos, por essas qualidades destrutivas, sendo introjetado com uma tonalidade ameaçadora e tornando-se um objeto persecutório.

Entretanto, ao satisfazer as necessidades do bebê, o ego recorre à introjeção. Desde o início, o ego introjeta objetos bons e maus, sendo considerado um objeto bom quando a criança consegue obtê-lo e mau quando ela o perde. Segundo a autora, a cisão na percepção do objeto, que ora é tido como bom, ora é visto como mau, demonstra que o ego ainda não tem a concepção do objeto total, mas sim parcial. Como a cisão incide tanto sobre o objeto externo, como sobre o interno, conseqüentemente implicará em uma cisão do próprio ego (KLEIN, 1935).

O mecanismo da identificação projetiva foi introduzido a partir de seu artigo *Notas sobre alguns mecanismos esquizoides* (1946). Nele a autora propõe que essa seja uma defesa típica para lidar com a angústia de aniquilamento. Segundo Klein, esse mecanismo é ligado à cisão e à projeção, caracterizando-se pela introdução, em parte ou no todo, do próprio mundo interno dentro do psiquismo de um objeto externo com o objetivo de danificá-lo, controlá-lo ou possuí-lo (KLEIN, 1946).

Retomando as defesas consideradas maníacas, a autora pontua novamente sobre a busca do ego em se livrar das perseguições do objeto, assumindo estas um grau patológico. São consideradas defesas maníacas: a onipotência e a negação, sendo utilizadas para negar o temor à perseguição do objeto e a culpa por tê-lo lesado (KLEIN, 1935).

O sentimento de onipotência é entendido como o elemento mais característico da mania, sendo procurado pelo ego incessantemente como forma de dominar e controlar todos os seus objetos. A mania também tem como base o mecanismo da negação, o qual se origina naquela fase muito inicial em que o ego procura se defender da mais séria e profunda de todas as ansiedades: o medo dos perseguidores internalizados e do id (KLEIN, 1935).

Em se tratando das defesas, as contribuições de Klein são muitas e em sua obra há uma grande importância às experiências iniciais da criança. Em especial, são valorizadas a natureza e o conteúdo das ansiedades arcaicas pelas quais passa o bebê, e a constante interação entre suas experiências reais e sua vida de fantasia.

Finalmente, visando atingir os objetivos elencados, pretende-se articular os conceitos teóricos acima destacados em consonância com o percurso metodológico percorrido, o qual será apresentado no próximo capítulo.

### 3 MARCO METODOLÓGICO

#### 3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Este estudo, de nível descritivo e exploratório, é de cunho qualitativo. Segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno. O autor também postula que a pesquisa de nível exploratório tem como finalidade desenvolver, esclarecer ou modificar conceitos e ideias, proporcionando assim uma visão de tipo aproximativa de um dado fato.

Nesse sentido, ao propor uma investigação acerca de determinados aspectos subjacentes ao processo de reserva do policial militar, procurou-se aprofundar o entendimento de algumas das características inerentes a esse fenômeno. Na medida em que se buscou elucidar como ocorrem as dinâmicas psíquicas envolvidas, aproximou-se do entendimento da maneira como os policiais militares se vinculam à instituição e de que identificações se utilizaram no momento de passagem para a reserva.

Seguiu-se o paradigma de pesquisa qualitativa por se perceber como fundamental para o entendimento de determinados aspectos intra e intersíquicos relacionados ao processo de aposentadoria (ou de reserva) um pressuposto que buscasse interpretar os fenômenos sociais. Nessa perspectiva, a abordagem qualitativa ajusta-se precisamente: ela se volta à compreensão dos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e à maneira como estas interpretam este mundo (POPE & MAYS, 2009).

A esse respeito, Rey (2002) assinala que o paradigma qualitativo é uma proposta que satisfaz as exigências epistemológicas inerentes ao estudo da subjetividade, percebida como parte constitutiva do indivíduo e das diferentes formas de organização social. Além disso, constitui-se como uma das formas diferentes de produção de conhecimento em psicologia que permitem a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica que representa a subjetividade humana.

A propósito da questão da interpretação dos fenômenos sociais, Vitoria *et al* (2000) afirmam que o mundo real só existe de fato na medida em que se toma parte

dele e que ele faz sentido para cada um de nós, ou seja, o conhecimento é visto como uma construção social e conjunta que envolve pesquisador e pesquisado.

Partindo desse pressuposto, assumiu-se uma epistemologia não positivista, tampouco objetivista. Entende-se que o processo de reserva é um fenômeno complexo, multifacetado, que requer um olhar aprofundado para a experiência dos sujeitos que o vivenciam, com vistas a compreendê-lo.

Além da natureza socialmente construída da realidade supracitada, outras características indissociáveis da pesquisa qualitativa são a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação (DENZIN & LINCOLN, 1998).

Para os autores, como a realidade objetiva nunca pode ser captada em sua plenitude, na tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão, o pesquisador lança mão de uma variedade de práticas interpretativas interligadas, isto é, o uso de múltiplos métodos (DENZIN & LINCOLN, 1998).

Nesse sentido, não existirá uma realidade independente do observador; esta estratégia de combinação de métodos acrescenta rigor, fôlego, complexidade, riqueza e profundidade a qualquer investigação (DENZIN & LINCOLN, 1998).

Trabalhou-se com o método clínico de pesquisa posto que se corrobora com sua visão característica de homem e de concepção de pesquisa por meio de seus três pilares sustentadores. São eles: o entendimento do homem como portador de angústias e ansiedades; uma atitude clínica de acolhida dos sofrimentos emocionais da pessoa, com inclinação para a escuta e para o olhar, movido pelo desejo e hábito de proporcionar ajuda ao sujeito; e a atitude psicanalítica, fruto de uma visão de homem como portador de um inconsciente, o que repercutirá diretamente na construção e na aplicação dos instrumentos, assim como no referencial teórico para a discussão dos resultados (TURATO, 2010).

Para este estudo, buscou-se uma compreensão dos fenômenos de vínculo e de identificação que permeiam o policial militar em processo de reserva a partir de seus relatos. Visou-se, assim, entender o significado do processo para os mesmos e não a pretensão de se chegar a conclusões generalistas e de replicação.

Neste sentido, acredita-se que a teoria psicanalítica permite um olhar aprofundado dos sentidos e das vivências dos sujeitos em suas singularidades, para suas

questões inconscientes, atentando para o detalhe e dispondo de recursos teóricos e técnicos para propor leituras do homem em sua interação com o seu meio.

### 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O estudo foi realizado no município de Manaus, capital do Estado do Amazonas, no Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM. A instituição, hoje com 179 anos, é um dos órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social do Estado, tendo abrangência em todo o Estado do Amazonas.

A Polícia Militar se organiza em função de sua missão constitucional, constante no Art. 144, inciso IV, da Constituição Federal de 1988. De acordo com a Carta Magna, é dever também das polícias militares a segurança pública, sendo exercida para a preservação da ordem pública e das pessoas e do patrimônio. Segundo os parágrafos 4º e 5º, às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, além de constituírem-se como forças auxiliares e reservas do Exército, tendo subordinação direta ao Governador do Estado (BRASIL, 1988).

Os policiais militares, considerados como uma categoria especial de servidores públicos estaduais, seguem legislação específica, na forma do Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Amazonas, Lei nº 1.154 de 09 de dezembro de 1975.

Essa mesma normativa dispõe a respeito do cargo e da função policiais militares, apresenta as obrigações e os deveres desses servidores e fixa os círculos e a escala hierárquicos na Polícia Militar. O mesmo documento refere que a hierarquia e a disciplina são a base institucional da Corporação, sendo estes:

§ 1º - A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou de uma mesma graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade.

§ 2º - Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico traduzindo-o pelo perfeito cumprimento do dever por parte

de todos e de cada um dos componentes desse organismo (AMAZONAS, 1975, p.5).

Vale ressaltar que, segundo o Estatuto, esses valores devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida do policial militar.

Em termos de estrutura hierárquica na PMAM, o maior posto é o de Coronel, seguido do de Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente, seguido das praças especiais – Aspirante – a – Oficial e das graduações das praças – Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado.

### 3.3 OPERACIONALIZAÇÃO

#### A) Sujeitos

Os sujeitos, participantes deste estudo pertencem ao efetivo de policiais militares oriundos dos quadros de pessoal da Polícia Militar do Amazonas - PMAM, fixados ao círculo tanto de Oficiais como de Praças.

Foram abordados seis sujeitos ao todo. Foi trabalhado o critério de amostra por saturação. Esse processo de seleção da amostragem consiste no fato de o pesquisador encerrar a coleta de dados quando, após as informações obtidas a partir de certo número de sujeitos, novas entrevistas passarem a apresentar uma quantidade de repetições em seu conteúdo (TURATO, 2010).

As informações gerais a respeito de cada sujeito podem ser visualizadas na Tabela 1. Para manter o sigilo sobre os sujeitos, identificou-se cada entrevistado pela letra "S", seguindo-se a ordem em que as entrevistas ocorreram.

Quadro 1 – Informações gerais sobre os sujeitos

<b>Informações gerais</b> <b>Sujeitos</b>	<b>S1</b>	<b>S2</b>	<b>S3</b>	<b>S4</b>	<b>S5</b>	<b>S6</b>
<b>Sexo</b>	M	M	M	M	M	M
<b>Idade</b>	49	52	51	49	49	51
<b>Estado civil</b>	Casado	Casado	Casado	Divorciado	Outros	Casado
<b>Cargo</b>	2º Tenente	1º Tenente	Sargento	1º Sargento	2º Sargento	2º Sargento
<b>Tempo de serviço</b>	29 anos	28 anos e 04 meses	28 anos e 09 meses	29 anos e 01 mês	28 anos e 10 meses	29 anos e 11 meses
<b>Grau de escolaridade</b>	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio

Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Como critério de inclusão, foram abordados os policiais militares que estão a contar de dois anos para ingressarem na reserva remunerada. Dentro desse grupo na instituição existe um universo de 223 policiais militares, dos quais 137 militares têm previsão de se aposentarem no ano de 2015 e 86 policiais entrarão para a reserva até dezembro de 2016.

O ingresso do servidor na instituição se dá por meio de concurso público. O concurso limita as idades máxima e mínima para acesso à Instituição. Para o combatente, só é permitida a entrada na carreira policial militar ao candidato que estiver na faixa etária que vai de 18 a 28 anos de idade. Esse artifício faz com que, muitas vezes, o policial militar saia da Instituição ainda jovem, visto que há a obrigação de se aposentar com 30 anos de efetivo exercício. Ou seja, o policial militar aposenta-se nas idades entre 48 e 58 anos, numa média de 53 anos. Esse panorama demonstra-se distinto da vida de um servidor civil, por exemplo.

Optou-se por esse recorte temporal visto ser o momento em que o indivíduo visualiza de forma mais iminente a realidade da aposentadoria. Também, há na Instituição atualmente um Programa que visa a facilitar a passagem dos policiais

militares para a reserva, o qual tem como seu público-alvo policiais que irão se aposentar nos próximos dois anos, o que permitiu um mais fácil acesso aos sujeitos da pesquisa.

Foram desconsiderados para este estudo os policiais militares que ingressam na reserva remunerada a pedido. Tal decisão foi tomada haja visto que se subentende que estes estão há algum tempo em processo de desvinculação da instituição. Aqueles que estiverem passando pelo processo de reforma (aposentadoria por invalidez) também foram dispensados, já que questões referentes ao processo do adoecimento perpassam obrigatoriamente seu afastamento da instituição, não sendo considerado esse o foco do estudo.

## B) Instrumentos

Foi utilizada como principal fonte de dados a técnica da entrevista semidirigida. Pretendeu-se dar liberdade ao sujeito pesquisado, de forma que o mesmo pudesse se expressar livremente. Segundo Turato (2010), na entrevista semidirigida, o sujeito da entrevista deverá falar segundo a ocorrência da chamada livre associação de ideias, a qual consistirá na expressão indiscriminada de pensamentos que ocorrerem ao espírito, quer a partir de um elemento dado, quer de forma espontânea.

Esse direcionamento configurou-se pelo motivo de que ambos os integrantes da relação têm oportunidade de dar alguma direção, representando ganho no momento de reunir os dados segundo os objetivos propostos (TURATO, 2010). Questões norteadoras para a entrevista constam no Anexo I, no formato de um roteiro.

Como fonte complementar para os dados, foi utilizado o procedimento de Desenhos-Estórias com Tema (D-E). Essa técnica envolve a elaboração de desenhos e foi desenvolvida há mais de uma década por Aiello-Vaisberg. Ela deriva diretamente da proposta original do Procedimento de Desenhos-Estória proposto por Walter Trinca em 1972.

A técnica do Procedimento de Desenhos-Estória foi pensada no sentido de possibilitar ao sujeito a oportunidade para que se expressasse livremente, da maneira menos defensiva possível. Essa modalidade de comunicação lúdica visa alcançar o escopo da comunicação, proporcionando acesso à dinâmica emocional latente e à

linguagem do inconsciente, permitindo assim a verificação de conteúdos inconscientes de todo tipo (TRINCA, 2013).

Como na versão elementar, esta técnica é composta por cinco unidades de produção, sendo cada qual composta por desenho livre, estória, “inquérito” e título. Caracteriza-se também num procedimento semiestruturado, que tem por base a associação livre e por finalidade revelar os conteúdos psicodinâmicos, pondo em evidência determinados aspectos inconscientes (TRINCA, 2013).

Aiello-Vaisberg *apud* Trinca (2013) afirma tratar-se de um procedimento clínico que contempla uma estratégia investigativa destinada a facilitar a comunicação emocional do inconsciente relativo de um indivíduo. Ao evidenciar e acolher aspectos inconscientes do examinando, a técnica de Desenhos-Estória com Tema proporciona excelente contato com o mundo mental do examinando.

Optou-se por esse instrumento, pois se acredita que ele possibilita captar os aspectos latentes subjacentes ao psiquismo, permitindo a compreensão de processos psicológicos – em especial, mecanismos de defesa, processos de identificação e vínculo – relacionados ao momento de passagem para a reserva do policial militar.

### C) Procedimentos para a coleta de dados

Em se tratando da revisão da literatura, preliminarmente procedeu-se a uma busca pela produção bibliográfica de todo material concernente à temática nas diversas plataformas de publicações científicas. A partir das palavras-chave “Aposentadoria”, e “Psicanálise” foram selecionados doze artigos, duas dissertações e uma tese, os quais detinham estrita relação com a problemática a ser pesquisada.

Para a eleição dos sujeitos da pesquisa, a partir de uma listagem obtida no Departamento de Pessoal Inativo dos policiais militares que estão a contar de dois anos para ingressarem na Reserva, foi estabelecida comunicação com alguns profissionais. O contato se deu via telefone e/ou diretamente, junto àqueles que participaram do Programa institucional de preparação para a aposentadoria. Nessas oportunidades foi realizado o convite para participarem da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu, inicialmente, em uma sala dentro do Oratório da Polícia Militar, sem interferências externas. Essa unidade foi pensada haja vista ser o

local onde ocorrem os módulos do Programa (ou seja, os participantes estão ambientados com as instalações) e dado que sua movimentação ocorre de acordo com agendamentos prévios realizados pela Diretoria responsável. O Oratório situa-se na Rua Benjamin Constant, s/n, Petrópolis (dentro do Complexo do Comando Geral).

Nos momentos em que a referida sala não esteve disponível, a coleta ocorreu nas dependências da Policlínica da Polícia Militar, também livre de ingerências. A Policlínica é um espaço de conhecimento de todos os policiais militares, representando a unidade responsável pelo acompanhamento da saúde do servidor. Esse setor é igualmente situado no Completo do Comando Geral.

Nos dias previstos para a coleta dos dados, inicialmente se procedeu a uma reapresentação mútua entrevistador-entrevistado, objetivando estabelecimento do *rapport*, seguida da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (vide Apêndice II). Nesse momento, foram expostos detalhadamente os objetivos da pesquisa, e se assegurou o sigilo e a confidencialidade das informações, com o objetivo de se obter a concordância dos sujeitos.

Foi realizada a entrevista semidirigida, com questões abertas. Para Turato (2010), o ato de dirigir significa a possibilidade de dar a direção, apontar para onde a entrevista caminhará. Ressalte-se que a direção pode ser dada alternadamente pelo entrevistador em alguns momentos, mas com uma flexibilidade que permita também ao entrevistado assumir o comando. Isso ocorre segundo uma ordem livre de temas particulares que o informante vai associando ao assunto geral proposto pelo pesquisador. As entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente.

No caso do procedimento de Desenhos-Estória com Tema, um aspecto fundamental da aplicação refere-se à estruturação da tarefa solicitada ao examinando. Esse deve estar ciente do que se espera dele no D-E com Tema, bem como das razões pelas quais a aplicação é realizada. Os esclarecimentos foram oportunizados no momento do estabelecimento do *rapport* e apresentação dos objetivos do estudo.

Foram fornecidos aos examinandos folhas de papel em branco, lápis preto e uma caixa de lápis de cor de 12 unidades. Foi solicitado ao mesmo que fizesse um desenho livre, dando-lhe a seguinte consigna: “*Você tem esta folha em branco e pode fazer o desenho que quiser, relacionado à Reserva.*” Ao concluir o primeiro desenho o

examinador solicitou que contasse uma história associada ao desenho: *“Você, agora, olhando o desenho, pode inventar uma estória, dizendo o que acontece.”*

Concluída esta etapa, passou-se ao inquérito. Aqui se podem solicitar quaisquer esclarecimentos necessários à compreensão e interpretação do material produzido tanto no desenho quanto na estória. Após a conclusão da estória, e ainda com o desenho diante do sujeito, foi pedido a este o título da produção.

O examinador tomou nota detalhada da estória, verbalizações do sujeito, perguntas e respostas da fase de inquérito, título, bem como de todas as reações expressivas deste.

Pretendeu-se conseguir uma série com cinco unidades de produção. Assim que concluída a primeira unidade, foram repetidos os mesmos procedimentos para as demais unidades.

Para o momento de coleta de dados, foi solicitado aos participantes que se apresentassem à paisana, sem uniformes ou insígnias, na tentativa de não reproduzir durante esse momento as relações de disciplina e hierarquia pertinentes ao universo institucional. Nesse sentido, objetivou-se também uma aproximação maior entre pesquisador e pesquisado. Entretanto, isso nem sempre foi possível.

Com o objetivo de preparo da pesquisadora para a concretização da entrada em campo, e visando avaliar a adequação dos instrumentos de pesquisa escolhidos, procedeu-se à realização de entrevistas-piloto. Nessa perspectiva foram abordados dois sujeitos, tendo-se seguido os protocolos elencados. Diante do retorno favorável desse processo, as entrevistas-piloto foram incorporadas ao material que seguiu para análise dos dados.

Uma das preocupações da pesquisadora, em especial por fazer parte do quadro de Oficiais da própria instituição, é a de que não houvesse interferências diversas ou atravessamentos na pesquisa de temores e ansiedades relativas às vivências e relações de poder dentro da instituição, de forma que se minimizassem impactos nesse sentido na coleta de dados.

Contudo, ainda que tivesse sido solicitado aos participantes que comparecessem em trajes civis, e mesmo que a pesquisadora se apresentasse na condição de estudante, reconhece-se que certas limitações foram inevitáveis, visto que a coleta de dados foi realizada nas dependências da própria instituição.

Muitos dos servidores obedecem firmemente ao disposto no Estatuto. Ele prevê a dedicação integral e a fidelidade do policial militar à instituição. Isso demonstra como muitas vezes a cultura institucional faz-se impregnada na rotina do policial militar, até mesmo em seus momentos de folga. Esse aspecto se fez presente durante a coleta de dados, nas formas de tratamento, no uso do fardamento – para aqueles que não o dispensaram –, dentre outros.

No que diz respeito à anuência institucional, formalizada e devidamente assinada, esta consta no Anexo I, sinalizando por meio dos responsáveis pela instituição a permissão para que fosse realizada a pesquisa e que a coleta de dados pudesse ocorrer conforme mencionado.

O conjunto de informações coletadas, seja em entrevista semiestruturada, seja a partir da técnica de Desenhos-Estória, constituiu o *corpus* de análise da presente pesquisa, o qual foi submetido ao tratamento interpretativo. O *corpus* da pesquisa, segundo Souza (2014), se define no próprio processo de descrição e análise, sendo este escolhido à medida que a análise acontece.

#### D) Procedimento para a análise dos dados

Os dados coletados nas entrevistas foram analisados segundo o método da Análise do Discurso de matriz francesa (AD). A estrutura de análise seguiu a proposta de Souza (2014), a qual propõe dois momentos distintos e complementares desta fase: a análise em si e a escrita da análise. Para o autor, a análise em si envolve a circunscrição do conceito-análise e a escolha, interpretação, e análise do *corpus* por meio de perguntas heurísticas. O segundo momento, de escrita da análise, consiste na formatação do relato de análise para a divulgação. É a textualização do que o analista fez e encontrou.

As perguntas heurísticas se mostram como as norteadoras para auxiliar o analista a evidenciar os sentidos presentes nos textos. São elas:

1. Qual é o conceito-análise presente no texto?
2. Como o texto constrói o conceito-análise?
3. A que discurso pertence o conceito-análise construído da forma que o texto constrói?

A construção do conceito-análise pode se dar de duas formas, segundo o autor: pela definição do interesse do analista (*conceito-análise a priori*) ou pelo surgimento do mesmo durante o próprio processo de análise (*conceito-análise a posteriori*).

Os conceitos-análise deste trabalho foram definidos *a priori*, convergindo para o alcance dos objetivos elencados, são eles: os vínculos que os policiais militares estabelecem com o trabalho, as implicações destes no momento de passagem para a reserva, os mecanismos de defesa que esses profissionais fazem uso durante esta etapa de transição, e os reflexos que a vivência da passagem para a reserva tem sobre os processos identificatórios do policial militar.

Seguindo a proposta de Souza (2014), numa próxima etapa, foram identificadas as *marcas textuais* (distinguidas aqui como “recortes textuais”) que permitiram a construção de sentido para o conceito-análise proposto, respondendo, assim, à segunda pergunta heurística: “Como o conceito-análise está sendo construído?”. Depois de verificar a recorrência dessas marcas, seguiu-se para a terceira pergunta heurística: “Que discurso sustenta esse sentido?”, objetivando relacionar o sentido construído às formações discursivas e ideológicas.

De acordo com Souza (2014) ainda, para que se possa fazer a análise de discurso, é necessário conhecer como se dá o processo de produção da linguagem. Neste sentido, é relevante entender como os sentidos são produzidos na enunciação.

Os sentidos originam-se a partir das Formações Ideológicas (FI), as quais são amparadas pela ideologia. Aquelas, por sua vez, são responsáveis pelo assujeitamento do indivíduo. A ideologia não é acessível diretamente, se organizando na língua em Formações Discursivas (FDs). As FDs são manifestações das formações ideológicas no discurso em uma situação de enunciação específica (SOUZA, 2014).

São as formações discursivas que vão determinar aquilo que é possível ser dito e aquilo que fica fora, caracterizando o processo discursivo. Uma vez determinado o enunciado possível, o sujeito enuncia, produzindo um texto que se torna a superfície linguística do discurso, a parte visível da linguagem. Em um processo inconsciente da produção de sentidos na linguagem, o sujeito tem a impressão de que o texto nasce no momento exato da enunciação, porém os sentidos já existem no *interdiscurso*, esperando para ser convocados na FI (SOUZA, 2014).

Ao analista cabe fazer o caminho inverso. Segundo Orlandi (2015), a análise da textualização guia-se pelas seguintes etapas: num primeiro momento, o analista, em contato com o texto, procura ver nele sua discursividade e, incidindo um primeiro lance de análise, – de natureza linguístico enunciativa – constrói um objeto discursivo. Nessa etapa, é fundamental o trabalho com as paráfrases, sinonímia, relação do dizer e não-dizer etc.

Na próxima fase, a partir do objeto discursivo, o analista vai em busca de uma análise que procura relacionar as formações discursivas distintas – que podem ter-se delineado no jogo de sentidos, observado pela análise do processo de significação (paráfrase, sinonímia, etc.) – com a formação ideológica que rege essas relações (ORLANDI, 2015).

Assim, o analista consegue atingir a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos naquele material simbólico, de cuja formulação o analista partiu (ORLANDI, 2015).

A Análise do Discurso trabalha com maneiras de significar, considerando a produção de sentidos enquanto parte da vida do sujeito. Por meio da AD, procura-se conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial em sua capacidade de significar e significar-se (ORLANDI, 2015).

Pretende-se valorizar nesta pesquisa a experiência dos militares em suas singularidades e em função de suas motivações inconscientes, conforme propõe a teoria psicanalítica, indo ao encontro do que é preconizado pelo método de análise do discurso. É por meio do constante ir e vir do objeto de análise para a teoria, a partir dos movimentos de descrição e interpretação, que o analista tece as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente.

No que diz respeito ao Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema, este tem sua fundamentação baseada nas teorias e práticas da Psicanálise, das Técnicas Projetivas e da entrevista clínica. Trinca (1997) propõe um referencial de análise dos D-E composto por dez áreas ou categorias, que comportam aspectos ou itens, como seguem:

I – Atitude básica: em relação a si próprio e em relação ao mundo;

II – Figuras significativas: figura materna, figura paterna, relacionamento entre as figuras parentais, reações do sujeito para com as figuras parentais, figuras fraternas e outras;

III – Sentimentos expressivos: tristeza, alegria, culpa, solidão, abandono, raiva, etc.;

IV – Tendências e desejos: desejos de livrar-se de danificações físicas ou psíquicas, de sanar carência afetiva, necessidades de proteção, inclusão, afiliação, hostilidade, domínio, etc.;

V – Impulsos: amorosos ou destrutivos;

VI – Ansiedades: paranoides ou depressivas;

VII – Mecanismos de defesa: cisão, negação, repressão, regressão, racionalização, etc.;

VIII – Sintomas expressivos: hipercinesias, ideias delirantes etc.;

IX – Simbolismos apresentados: símbolos de religião, folclore, mitos, etc.;

X – Outras áreas da experiência (p117).

A análise dos D-E seguiu o esquema proposto, focalizando-se principalmente na identificação dos mecanismos de defesa presentes nas produções dos examinandos e os processos identificatórios subjacentes (relação com as figuras significativas).

### 3.4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MÉTODO DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

A disciplina ou área de conhecimento da Análise do Discurso (AD) teve sua origem na França, na década de 1960, tendo como seu principal fundador o filósofo Michel Pêcheux. O projeto da AD surgiu a partir do encontro de algumas áreas do saber: a psicanálise, o materialismo histórico e, fundamentalmente, a linguística.

Por meio da articulação dos conceitos de língua, sujeito, discurso e ideologia, a AD se posiciona criticamente por uma não-neutralidade da linguagem e assume a importância central do discurso na vida social. Nesse sentido, esta disciplina reconhece que a compreensão do mundo pelos sujeitos se dá de maneira histórica e culturalmente relativa, tendo os processos sociais papel determinante neste aspecto (GILL, 2002).

A AD se inscreve no espaço linguístico por caminhar no terreno da linguagem. Entretanto, a Análise do Discurso fundada por Pêcheux exigiu uma ruptura epistemológica ao demandar o deslocamento da noção de língua para a de discurso, onde intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito (MUSSALIM, 2012). O funcionamento da linguagem faz sentido quando em relação com os sujeitos e com os sentidos produzidos, os quais são afetados pela língua e pela história. É esta dinâmica que proporcionará o surgimento dos sujeitos e da produção de sentidos.

A influência exercida pela Psicanálise inscreve-se na sua concepção de sujeito proposta, a qual, a partir da descoberta do inconsciente, rejeita a noção de sujeito unificado e coerente. Na abordagem lacaniana, a AD encontra subsídios para a compreensão da subjetividade, por entender que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como cadeia de significantes latentes que se repete e interfere no discurso efetivo (MUSSALIM, 2012).

Em se tratando do Marxismo, a análise do discurso não só retoma a ideia de que a história é movida pela luta de classes como também incorpora a sua concepção de ideologia, partindo do pressuposto de que as ideologias são um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção e que trazem implicações diretas para o sujeito (MUSSALIM, 2012).

No entanto, Orlandi (2015) aponta para uma reflexão muito importante acerca do arcabouço teórico da AD, diz a autora:

Se a AD é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística e Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da linguística, nem se deixa absorver pela teoria marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. A AD interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (p.18).

Como implicação crítica da análise do discurso no bojo destas áreas do saber, concebe-se um sujeito que, segundo Pêcheux ocupa um lugar na sociedade, mas não é livre para dizer o que quer, e nem tem a consciência disso. Ao contrário, o sujeito é levado a ocupar seu lugar em determinada formação social e a enunciar<sup>2</sup> o que lhe é possível, a partir do lugar que ocupa (MUSSALIM, 2012).

O discurso, segundo Orlandi (2015), é estudado relacionando o indivíduo inserido na sua história, uma vez que,

considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da

---

<sup>2</sup> Trabalhando com a concepção foucaultiana de enunciado, a AD compreende esse como sendo mais que uma formação linguística, interessando-lhe as regras que regulam a produção de enunciados e os limites do que pode ser expresso.

linguagem em sua produção, o analista do discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade (p.14).

Nessa acepção, tem-se um sujeito que acaba por não decidir o que faz sentido para ele, surgindo então a noção deste enquanto representante das ideologias do meio social no qual está inserido e não o seu próprio pensamento.

Uma vez que o conceito de ideologia é variado, abriga noções muito diversas a partir de matrizes de sentidos determinadas. Na análise de discurso francesa, Pêcheux se apropria do conceito althusseriano para pensar a ideologia em sua relação com a linguagem, mas vai além. Segundo Althusser (1974): a ideologia é bem um sistema de representações: mas estas representações não têm, na maior parte do tempo, nada a ver com a “consciência”: elas são na maior parte das vezes imagens, às vezes conceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem à maioria dos homens, sem passar por suas consciências.

Para o autor, não há sujeito sem linguagem nem há linguagem sem sujeito. Portanto, não há sujeito sem ideologia. Desta forma, o discurso será a relação da língua com a ideologia, determinando o sujeito e os sentidos (SOUZA, 2014).

Na perspectiva discursiva, Michel Pêcheux assinala que o discurso é mais do que transmissão de informação, significa efeito de sentido entre locutores. Há efeitos que resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas (ORLANDI e LAGAZZI-RODRIGUES, 2006). Daí a razão para afirmar que não se pode deixar de relacionar o discurso com suas condições de produção.

Michel Foucault foi um filósofo que exerceu grande influência na obra de Pêcheux. Para aquele autor, discursos são práticas de pensamento. Seus conceitos e mecanismos acerca do funcionamento do discurso estão inscritos no edifício teórico da análise de discurso francesa, atravessando também as concepções metodológicas da disciplina.

Dentro do conceito de discurso, existe ainda o entendimento acerca das formações discursivas (FD). Essa noção é definida por Foucault como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1969 *apud* MUSSALIM, 2012).

Dito de outra maneira, a FD assinala aquilo que pode e/ou deve ser dito a partir de um determinado lugar definido socialmente. Uma FD, segundo Mussalim (2012), é marcada por regularidades, ou seja, por regras de formação, concebidas como mecanismos de controle (internos e externo), que irão determinar aquilo que pertence ou não a uma formação discursiva.

Nesse âmbito, há um atravessamento de discursos que procedem de outro lugar. Assim, uma FD passa a ser vista como um sistema de paráfrases, como um espaço onde os enunciados<sup>3</sup> são retomados e reformulados sempre num esforço de fechamento de seus limites e em busca da manutenção da sua identidade (SOUZA, 2014).

Esse cenário caracteriza o objeto de trabalho da análise do discurso. O papel do analista do discurso se mostra por meio da explicitação dos processos de significação de um texto. Isso se dá pela compreensão dos sentidos produzidos pelo texto e pela demonstração do discurso mediante seus mecanismos de funcionamento.

De acordo com Orlandi (2015), na Análise de Discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Assim sendo, a análise vai para além do texto propriamente dito, visando à compreensão da produção de sentidos de um objeto simbólico e explicitando a sua significância para e pelos sujeitos.

Segundo Souza (2006), o analista do discurso precisa trabalhar com a presença do interdiscurso, fazer a análise da memória discursiva presente nas constelações de enunciados que, movimentando-se entre as formações discursivas, reconfiguram suas fronteiras e constituem monumentos textuais das formações e ordens sociais em seus diversos tempos históricos.

A noção de interdiscurso, introduzida por Foucault, atenta para uma heterogeneidade que constitui os discursos. Ou seja, o sujeito se constitui por meio do discurso dos outros, caracterizado por um saber prévio, que fala antes em outro lugar e de forma independente. É a memória discursiva o espaço ideológico onde se desenvolvem as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação e contradição (SOUZA, 2006).

---

<sup>3</sup> Aquilo que se repete nas enunciações, na medida em que, de alguma forma, um discurso constrói uma espécie de “mesmo” que possa ser constantemente retomado.

Entende-se como fundamental a noção de Interdiscurso para a compreensão do discurso. O fato de haver um saber anterior, já-dito, dará embasamento para todo o dizer do sujeito. Essa percepção vai facilitar o entendimento do analista quanto à estreita relação existente entre sujeito, discurso e ideologia.

Orlandi (2015) entende que o dizer tem a ver com as condições em que se produz e, como outros saberes, - o dizer tem a sua história. A produção do discurso se mostrará na articulação constante de um processo parafrástico – o qual permite a produção do mesmo sentido sob várias das suas formas, e o processo polissêmico – responsável pelo fato de serem sempre possíveis novos e múltiplos sentidos.

As formações discursivas envolvem um conjunto de marcas textuais que lhe caracterizam. Para Orlandi (2015), ao olhar um texto, o analista do discurso defronta-se com a necessidade de reconhecer, em sua materialidade discursiva, os indícios (vestígios, pistas) dos processos de significação aí inscritos. Ele parte desses indícios.

Essa noção de discurso com a qual a AD trabalha acolhe o jogo entre o estabilizado e o sujeito a equívoco. Esse cenário caracteriza-se por um espaço de deslimites e de indistincões, convivendo com um movimento indeciso das interpretações. Nessa perspectiva, os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não se detém o controle e nos quais o equívoco, ou seja a ideologia e o inconsciente, está largamente presente (ORLANDI, 1998).

No que se refere ao lugar da interpretação, para a AD todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro. Pode derivar e tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocando-se discursivamente de seu sentido para outro. É nas derivas que o sujeito desloca sentidos já estabelecidos e postos e dá lugar à interpretação (PÊCHEUX, 1990).

Segundo o autor, todo enunciado, toda sequência de enunciados, é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. A *deriva* pode ser entendida como uma produção a partir dos efeitos metafóricos da transferência, o deslizamento do sentido outro nas diferentes posições do sujeito. O analista do discurso vai incidir seu olhar sobre esse espaço (PÊCHEUX, 1990).

Segundo Orlandi (2015), para se pensar a análise de discurso, um dos primeiros aspectos a se levar em consideração é a constituição do *corpus*, que seguirá critérios teóricos. A construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas, posto que decidir o que fazer com o *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas. Para a autora, na atualidade a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão.

Vale ressaltar que sempre se fará necessário considerar a importância de compreender as condições de produção dos discursos a partir da possibilidade de interpretar em condições específicas. Esta compreensão requer do analista um confronto constante com o material, interpelando-se sobre os sentidos que se dão como evidência. Este movimento requer, necessariamente, que se compreendam as condições em que eles se produziram.

### 3.5 CUIDADOS ÉTICOS

Visando garantir a probidade e o caráter ético da pesquisa, corroborando com o disposto na Resolução nº 466/12, a qual discorre sobre a realização de pesquisas que envolvem seres humanos, foi assegurado o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para todo o policial militar que assentiu em participar do estudo (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

Conforme a normativa, a participação se deu exclusivamente em caráter voluntário, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), bem como de relações de dependência, subordinação ou intimidação (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012).

Por vezes a aposentadoria pode ser entendida como um momento de vulnerabilidade. Neste caso, se, de alguma maneira, qualquer dos participantes tivesse se sentido tocado ou mobilizado por algum aspecto da entrevista, ou durante a prática da técnica complementar, foi abordado sobre a possibilidade de encaminhamento ao próprio serviço de Psicologia da PMAM, ou outro serviço de referência (conforme o caso) garantindo-se plena assistência ao participante da pesquisa. Entretanto, nenhum dos participantes demandou essa providência.

O protocolo do estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 21 de outubro de 2015, sob o registro CAAE n.º 50061415.0.0000.5020, intitulado ENLACES E DESENLACES IDENTIFICATÓRIOS DO POLICIAL MILITAR EM PROCESSO DE RESERVA (Apêndice II).

## 4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Faz-se necessário apresentar algumas considerações pertinentes ao método da Análise do Discurso – AD antes de iniciar a exposição das falas dos sujeitos que embasam as discussões e interpretações consideradas para este contexto.

De acordo com a proposta sugerida por Souza (2014), observou-se a forma como os conceitos-análise elencados se relacionaram com a questão da aposentadoria. Esse processo foi fundamental para o entendimento dos sentidos construídos a partir das produções dos sujeitos, bem como das condições de produção desse discurso.

Nesse sentido, argumenta-se que para pensar o policial militar que caminha em direção à reserva, a apresentação deste profissional enquanto servidor da ativa é extremamente pertinente. Somente após pensar a representação deste trabalhador enquanto sujeito pertencente à ativa, produto e produtor de sentidos neste cenário, é que a caracterização de seu processo de transição para aposentadoria se mostra possível.

A partir desta proposta, surgirão dois sujeitos do discurso: o sujeito militar da ativa e o sujeito militar que está na reserva. A depender do lugar de onde esse sujeito irá produzir seu discurso, seus dizeres irão produzir diferentes sentidos, bem como sua fala dirá respeito a dois espaços que são simbolicamente e ideologicamente diferentes.

Da mesma forma, ao retratar o policial militar em atividade próximo à entrada na reserva, observou-se que a passagem para a aposentadoria repercute em um processo adaptativo e de elaboração, o que culmina no surgimento de um discurso marcado pela transitoriedade, pela materialização de uma nova fase que está por vir. Assim sendo, surge uma terceira discursividade, que aborda a mudança de *status* no vínculo institucional e na identidade profissional.

É por meio da discursividade que se apresenta a possibilidade de entender tanto a visão de mundo quanto o posicionamento histórico e ideológico dos sujeitos. O método da Análise do Discurso, ao entender que uma formação discursiva será sempre composta por um interdiscurso, opera no sentido de evidenciar a discursividade dos enunciadores deste estudo.

A exploração do material coletado a partir da proposta do método da análise do discurso levou à identificação de regularidades (recortes textuais), o que possibilitou reflexões a partir desses discursos originados de lugares sociais determinados, de onde se produziram as diferentes formulações.

#### 4.2 DISCURSIVIDADE DA ATIVA

Quadro 2 – Quadro Analítico da Discursividade da Ativa

<b>Conceito- Análise a priori</b>	<b>Recortes textuais</b>	<b>Paráfrases</b>
<b>Vínculo</b>	<p><i>Aquele pique, dobrava serviço, saía de um ia pro outro. Tinha esse negócio não, eu lembro que tinha muita prontidão. Que a gente aguentava, prontidão de oito dias, de quinze dias (S6).</i></p> <p><i>Praticamente não tinha lazer, sair muito com os filhos, com a esposa, foi só... trabalho, trabalho, trabalho (S2).</i></p> <p><i>A gente tem que abrir mão de muita coisa, para seguir o ofício e ser policial militar (S6).</i></p> <p><i>Foi importante a minha vida em termos de, é, educação, respeito... muito bom até hoje... educação e respeito, muito útil pra mim (S4).</i></p> <p><i>Passado essas missões mais positivas você adquire conhecimento, você ganha a confiança dos seus subordinados, por comandar, você integra os serviços lá do local... e cumpre sua missão, entendeu? Aí isso você ganha crédito, junto ao comando. Em outras situações, pra mandar... “manda alguém pra esse local aqui”, aí já tem “não, vou mandar o ciclano, que ele dá conta do recado”(S2).</i></p>	<p>Minha vida é meu trabalho</p> <p>Sou reconhecido a partir do meu trabalho</p> <p>A caserna é a minha casa</p>

	<p><i>Não deixa de ser uma família, né. Nós militares convivemos com certas pessoas... se torna uma família (S5).</i></p> <p><i>A gente encontra muitas pessoas boas, companheiros bons, praticamente como irmãos, ou como pais (S6).</i></p>	
<b>Conceito- Análise a priori</b>	<b>Recortes textuais</b>	<b>Paráfrases</b>
<b>Identificação</b>	<p><i>Vem de um histórico familiar, né. Meu pai era militar, a gente reúne aí, digamos, que um código genético. Meu pai, meu irmão... (S1)</i></p> <p><i>Me deu vontade da farda. Meu pai era cabo da polícia também (S4).</i></p> <p><i>Eu me espelhei no meu irmão mais velho, que ele também era policial militar, os dois na verdade, mais velhos que eu (S6).</i></p> <p><i>Aquele sonho que todo mundo tem de limpar as ruas, né? Do que não presta, né? Quando a gente vai pro patrulhamento que não pega uma ocorrência, bom demais, né? Significa que não teve... que a maldade não tava ali (S3).</i></p> <p><i>Tirar o pessoal à margem da lei, pra ter uma sociedade melhor, né (S5).</i></p> <p><i>É prestar um serviço à comunidade, à sociedade, de um serviço assim de praticamente excelência (S5).</i></p> <p><i>A vontade de melhorar a vida das pessoas (S6).</i></p> <p><i>Servir. Servir as pessoas e ver que elas se sentem felizes quando a gente toma uma atitude que serve a elas (S4).</i></p>	<p>Quero ser igual ao meu pai</p> <p>Sou um super-herói</p> <p>Obrigação social</p>
<b>Conceito- Análise a priori</b>	<b>Recortes textuais</b>	<b>Paráfrases</b>
<b>Mecanismos de Defesa</b>	<p><i>Enquanto eu estava aqui dentro, eu... a minha mentalidade era só mesmo comando, só trabalho, era "sim, senhor" (S2).</i></p> <p><i>O militar ele é fanático, o militar, ele não vai aceitar facilmente ir pra reserva (S2).</i></p> <p><i>[...] não se entregar totalmente. Assim, no lazer totalmente, né. Sempre procurar se ocupar[...] Porque ali ou vai virar um</i></p>	<p>Não quero me aposentar</p> <p>Não consigo me ver na reserva</p> <p>Ficar sem o meu trabalho é difícil</p>

	<p><i>alcoólatra, né, ou, sei lá, ou vai cair em depressão. Alguma coisa assim. Tem que se ocupar (S5).</i></p> <p><i>Trinta anos de polícia quando a gente entra, que é novo, um aluno soldado e soldado, a gente não pensa em trinta anos (S2).</i></p>	<p>A reserva não é boa</p>
--	---	----------------------------

Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Faz-se necessário explicitar a descrição formal do aparato da segurança pública e da normativa em que se encontra o policial militar no cenário organizacional. Esse interesse se fundamenta no princípio de que esse cenário sustenta o lugar no qual esse servidor se encontra, exigindo-lhe requisitos pessoais e profissionais significativos para o desempenho do cargo.

A Constituição Federal apresenta em seu capítulo III, no Art. 144, os órgãos responsáveis pela segurança pública, os quais têm a finalidade de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo os seguintes: a polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal, as polícias civis, as polícias militares e o corpo de bombeiros militares (BRASIL, 1988). As atribuições e finalidades de cada corporação estão estabelecidas no ordenamento jurídico conforme a especificidade de cada órgão.

Segundo a Carta Magna, às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, além de, em casos de guerra declarada, servirem como forças auxiliares e reserva do Exército, subordinando-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988).

Além dessa normatização, os policiais pertencentes aos quadros de pessoal da Polícia Militar do Estado do Amazonas são regidos pela Lei nº 1.154 de 09 de dezembro de 1975, o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Amazonas. Esse dispositivo regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas desses profissionais, caracterizando-os, em seu Art.3, como constituintes de categoria especial de servidores públicos estaduais e distinguindo-os entre policiais militares da ativa e aqueles que se encontram na inatividade (AMAZONAS, 1975).

A carreira policial militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades da polícia militar, sendo calcada nos pilares da hierarquia e da disciplina. Ao policial militar é requerido que apresente: o sentimento de servir à

comunidade estadual, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial-militar e pelo integral devotamento à manutenção de ordem pública, mesmo com o risco da própria vida; o civismo e o culto das tradições históricas; a fé na elevada missão da Polícia Militar; o espírito de corpo, orgulho do policial-militar pela organização onde serve; o amor à profissão policial-militar e o entusiasmo com que é exercida; e o aprimoramento técnico-profissional (AMAZONAS, 1975).

Essa apresentação também se faz necessária para marcar o lugar de ancoragem desse sujeito, que repercutirá na produção de uma linguagem institucional específica e determinada pelas condições elencadas (formações discursivas). As condições de produção desse discurso dizem respeito a um sujeito que dedica uma parcela significativa de sua vida à atividade profissional, sendo pertencente a uma determinada posição na cadeira hierárquica institucional e, em razão disso, obrigado a seguir condutas fixadas pela ideologia da corporação.

A legislação continua a apresentar condições impostas pelo exercício do cargo, demandando condutas que observem os preceitos da ética policial militar, como, por exemplo: exercer com autoridade, eficiência e probidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo; cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes; zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum; empregar todas as suas energias em benefício do serviço; praticar a camaradagem e desenvolver permanentemente o espírito de cooperação.

Todos esses princípios são pertinentes às obrigações e deveres que um servidor militar da ativa deve apresentar, os quais são aceitos de forma solene, prestados por meio de juramento, sob pena de cometer crime ou transgressão da disciplina aquele que praticar qualquer violação.

O nível de envolvimento destes profissionais com a instituição é selado pelo que Kaës (2014) intitula por sinal de reconhecimento. Esse sinal seria um ato, uma marca distintiva, uma assinatura ou um sinal – neste caso configurando-se na realização do compromisso de honra e na prestação do juramento – que tem um grande valor sintomático ou simbólico para o sujeito.

Esse ato serve como registro da aceitação da ideologia da corporação por parte dos policiais militares. Eles manifestam, desta forma, sua firme disposição no

cumprimento das suas obrigações e deveres, atentando para o eventual risco que o exercício da profissão pode impor à própria vida do trabalhador.

Ao retratar a construção histórica da categoria social 'polícia', em se tratando especificamente da polícia civil, Minayo (2003) aponta que

[...] a educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (ética do trabalho, lealdade aos companheiros, orgulho da corporação e do serviço prestado) e propensões psicológicas (busca da identidade por meio do trabalho, iniciativa individual ou solidariedade social) desempenham um papel importante na constituição desta categoria[...] (p. 68).

A posição destinada ao policial militar da ativa demanda dele uma devoção institucional e exige um direcionamento de suas capacidades físicas e mentais ao serviço. Esse servidor necessariamente deverá manter um vínculo muito forte com a instituição, o que trará fortes implicações para a construção de sua identidade profissional.

A discursividade dos sujeitos entrevistados demonstra claramente as exigências impostas pelo trabalho policial militar, o que acaba por ocasionar uma aproximação muito intensa deste junto à instituição, favorecendo a construção de um forte vínculo: *Aquele pique, dobrava serviço, saía de um ia pro outro. Tinha esse negócio não, eu lembro que tinha muita prontidão. Que a gente aguentava, prontidão de oito dias, de quinze dias (S6).*

O fragmento de discurso que se segue mostra que a manutenção do vínculo vai demandando mais investimentos físicos/psíquicos do policial militar na medida em que esse profissional abre mão de compromissos pessoais e sociais para dedicar-se ao trabalho: *Praticamente não tinha lazer, sair muito com os filhos, com a esposa, foi só... trabalho, trabalho, trabalho (S2).*

Neste contexto, a atenção dispensada ao serviço na forma de um devotamento pode ser compreendida naquilo que Kaës (2014) assinala ao falar do poder de exclusão que as alianças detêm, para além de seu valor inclusivo. Segundo o autor, a aliança tanto une como exclui. Alguns afetos e satisfações pulsionais deverão ser reprimidos e devem-se admitir também algumas renúncias e mesmo sacrifícios consentidos.

Essas restrições podem ser facilmente localizadas nos discursos dos sujeitos, como afirma o entrevistado: *a gente tem que abrir mão de muita coisa, para seguir o ofício e ser policial militar (S6)*; essa fala registra o grau de exigência e o consequente investimento que aqueles que almejam se manter na profissão devem apresentar.

Por outro lado, a dedicação também encontra amparo no reconhecimento social e institucional, o que se soma aos valores adquiridos profissionalmente, em virtude do aperfeiçoamento do ofício, conforme se observa nos discursos a seguir: *foi importante a minha vida em termos de, é, educação, respeito... muito bom até hoje... educação e respeito, muito útil pra mim (S4)*. *Passado essas missões mais positivas você adquire conhecimento, você ganha a confiança dos seus subordinados, por comandar, você integra os serviços lá do local... e cumpre sua missão, entendeu? Aí isso você ganha crédito, junto ao comando. Em outras situações, pra mandar... “manda alguém pra esse local aqui”, aí já tem “não, vou mandar o ciclano, que ele dá conta do recado”(S2)*.

Evidencia-se, assim, as gratificações que esse profissional vai experimentando a partir do lugar que ele pertence institucionalmente. Ressalta-se, sobretudo, a importância que o vínculo tem no processo de subjetivação, conforme aponta Kaës (2011):

as alianças inconscientes são a base e o cimento da realidade psíquica que nos liga uns aos outros, formam a matéria da realidade psíquica própria a um vínculo intersubjetivo: um casal, uma família, um grupo, um conjunto institucional. As alianças inconscientes são eficazes em outro nível: são um dos modos de produção do inconsciente recalcado e do inconsciente não recalcado exigido para fazer parte do vínculo (p. 221).

O que se pode perceber é que, no caso dos militares entrevistados, os valores institucionais passam a ser integrados na forma de um ambiente estruturante para esses sujeitos, constituindo-se como um forte sistema psíquico de referência. Na medida em que esse militar se mostra mais associado a esse conjunto de elementos, os efeitos dessa aliança se manifestarão na formação do próprio sujeito do inconsciente.

Esse vínculo repercute nos processos pelos quais o sujeito pode se pensar e se dizer como um Eu. Produz-se, assim, a partir da identificação do seu lugar e das posições assumidas por essas alianças, o reconhecimento que essas formações psíquicas têm no processo de subjetivação.

Para esses militares, as referências institucionais medeiam não apenas as relações laborais, mas encontram-se alicerçadas nos laços emocionais que o sujeito estabelece com a família e demais relações pessoais. Por conta da profissão, esse servidor assume determinados papéis no imaginário individual e social, passando a ser reconhecido socialmente e, institucionalmente, conforme ascende na carreira e mantém relações de hierarquia com seus subordinados.

Essa questão é claramente observada nos discursos dos sujeitos: *Não deixa de ser uma família, né. Nós militares convivemos com certas pessoas... se torna uma família* (S5). Observa-se, assim, o efeito que as particularidades das vivências na carreira policial militar trazem para a vida desses sujeitos.

Para Kaës (2014), os sujeitos de uma relação também podem esperar dessas alianças outras espécies de contrapartidas e de benefícios:

a continuidade de sua relação e a segurança que se vincula a isso, algumas realizações pessoais que não podem ser alcançadas senão dentro da relação por meio da aliança, por exemplo, um investimento narcísico recíproco, uma relação amorosa bastante estável, uma proteção contra perigos – reais ou fantasiados –, um gozo que não pode ser adquirido a não ser através de um acordo inconsciente com o outro (p. 14).

Nesse contexto, observa-se que, para os sujeitos entrevistados, de forma inconsciente o trabalho assume uma característica protetiva muito importante. A atividade laborativa representa não apenas a prevenção contra a possibilidade de desenvolver vícios, mas constitui-se como símbolo de virtude, contribuindo para que esses sujeitos reforcem uma imagem de honradez e moralidade. Evidencia-se, desta forma, a importância do trabalho como fator de equilíbrio para esses sujeitos.

A expectativa gerada pelas alianças ocorre porque a instituição é o lugar de uma dupla relação: do sujeito com a instituição e de um conjunto de sujeitos ligados pela e na instituição (KAËS *et al*, 1991). Para os policiais militares, que destinam uma grande parcela de seu tempo à vida laboral, esses laços são estreitados, nutrindo-se junto aos companheiros de farda um vínculo de familiaridade. Isso pode ser observado no discurso dos entrevistados: *Não deixa de ser uma família, né. Nós militares convivemos com certas pessoas... se torna uma família* (S5). *A gente encontra muitas pessoas boas, companheiros bons, praticamente como irmãos, ou como pais* (S6).

Freud (1921) também aborda essa questão em *Psicologia das Massas e a Análise do Ego* ao tratar sobre os grupos artificiais da Igreja e do Exército. O autor aponta que nesses dois grupos cada indivíduo está ligado ao outro por laços libidinais por um lado ao líder e por outro aos demais membros do grupo.

O desenvolvimento de relações de camaradagem, apresentado como requisito ético no Estatuto dos Policiais Militares, pode ser entendido a partir do que o autor sugere ao tratar das relações estabelecidas entre os membros desse grupo. A expressão afetiva que os soldados devem apresentar uns com os outros surge como fruto do amor dispensado pelo comandante para com estes (FREUD, 1921).

Nesse contexto, entram em cena aspectos concernentes aos processos de identificação, operador psíquico necessário para a manutenção do vínculo. Em seu texto que trata especificamente sobre este assunto, Freud (1921) afirma que o laço mútuo existente entre os membros de um grupo é da natureza da identificação parcial, a qual surge a partir da percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa (que não seja objeto de instinto sexual).

Pode-se observar, no fio dos discursos, que os sujeitos entrevistados estabelecem uma identificação com a figura honrada de um homem da família (pai ou irmão mais velho, geralmente). Essa figura teve papel importante na sua vida e cuja trajetória, portanto, deve ser assimilada: *Vem de um histórico familiar, né. Meu pai era militar, a gente reúne aí, digamos, que um código genético. Meu pai, meu irmão... (S1) Me deu vontade da farda. Meu pai era cabo da polícia também (S4). Eu me espelhei no meu irmão mais velho, que ele também era policial militar, os dois na verdade, mais velhos que eu (S6).*

Além disso, ilustrou-se nas entrevistas a ideia de que o operador da segurança pública se aproximaria à imagem de um indivíduo dotado de poderes extraordinários, semelhantes ao de um super-homem. A ele competiria a missão de defender a sociedade e livrá-la de todo o mal. Essa representação tem diversas nuances e se destaca nas marcas textuais que se seguem: *Aquele sonho que todo mundo tem de limpar as ruas, né? Do que não presta, né? Quando a gente vai pro patrulhamento que não pega uma ocorrência, bom demais, né? Significa que não teve... que a maldade não tava ali (S3). Tirar o pessoal à margem da lei, pra ter uma sociedade melhor, né (S5).*

Sobre a identificação parcial, Kaës (2014) aponta que os sujeitos se identificam entre si por um traço comum, ou seja, por um empréstimo mútuo de um traço diferente, mas capaz de ter um valor de prazer em seus respectivos espaços psíquicos.

Constatam-se, no caso dos sujeitos entrevistados, que os pilares institucionais da hierarquia e da disciplina, bem como os preceitos da ética policial militar, são traços absorvidos pelos profissionais, configurando-se como aspectos importantes na sua constituição identitária.

O sentimento de servir à comunidade, o devotamento integral a manutenção da ordem pública e a vontade inabalável de cumprir o dever foram marcas frequentes nos discursos dos profissionais: *É prestar um serviço à comunidade, à sociedade, de um serviço assim de praticamente excelência (S5). A vontade de melhorar a vida das pessoas (S6). Servir. Servir as pessoas e ver que elas se sentem felizes quando a gente toma uma atitude que serve a elas (S4).*

Ao refletir a respeito do lugar que se inscreve a instituição na realidade psíquica, Kaës *et al* (1991) assinala que a instituição estrutura os sujeitos e que com ela ele contrai relações que sustentam a sua identidade. De acordo com o autor, as instituições são criadoras de normas particulares e de sistemas de referência que servem como lei organizadora, tanto da vida física quanto da vida mental e social dos indivíduos que dela participam.

A constituição desse aparato organizará espaços psíquicos comuns, que encontra como seu correspondente interno um dos componentes do inconsciente. Freud, a partir de duas de suas obras, *Totem e Tabu (1914)* e *Psicologia das Massas e a Análise do Ego (1921)*, vai sustentar a tese de que o inconsciente é, em parte, constituído pela transmissão das formações e dos processos psíquicos, geração após geração (KAËS *et al*, 1991).

Observa-se, então, que a realidade desses profissionais é ancorada no forte vínculo que estabelecem junto à instituição, com vistas a atender a todas as suas exigências e determinações, sendo balizada por uma imagem de homem trabalhador, viril, responsável pela manutenção da ordem e da segurança da população. Essa representação é muitas vezes intensificada pela imago paterna, na figura de um irmão ou do próprio pai, exemplo de autoridade doméstica e social.

Esse cenário é reforçado constantemente, no desempenho das escalas e no cotidiano da atividade. A própria legislação aponta para o emprego de todas as energias do sujeito em benefício do serviço. Assim sendo, imaginar-se afastado dessa realidade pode configurar-se em um processo árduo para o policial militar da ativa.

Nesse sentido, a reserva remunerada não só é uma realidade distante para esse profissional como também impensada, como bem representa o discurso do entrevistado: *Enquanto eu estava aqui dentro, eu... a minha mentalidade era só mesmo comando, só trabalho, era “sim, senhor”* (S2).

Ao analisar a normativa institucional, é possível explicitar os sentidos e os significados que são atribuídos à Reserva Remunerada. A caracterização dessa categoria, segundo o Estatuto do Policial Militar, é entendida como “inatividade”, distinguindo aqueles que pertencem à reserva da corporação e percebem remuneração do Estado, porém, sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação (AMAZONAS, 1975).

Em outro trecho, a referida legislação menciona que aqueles policiais militares componentes da reserva remunerada serão considerados como “ativos” quando convocados (AMAZONAS, 1975).

Observa-se que há um discurso construído a partir do dispositivo normativo que é sustentado por uma filiação ideológica de qualidade distintiva. Aquele que é “da ativa” detém a titularidade, está apto a exercer a função, a agir. Àquele da reserva, cabe ser poupado, ser guardado para uma substituição ou complementação, quando necessária.

Essa relação é reforçada pelo discurso institucional, que reconhece a reserva remunerada também como “inatividade”. Segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), uma das definições do vocábulo inatividade remete à qualidade de inativo, inerte. Nesse sentido, o sujeito que se encontra na reserva será visto como aquele que não reage, que não realiza atividades. Sugere-se então uma carência de vigor, ou perda da vivacidade, insinuando uma ideia de morte (simbólica?), visto que a ausência de atividade pode conduzir a esta interpretação.

De acordo com o Ruffino (2000), o papel desempenhado pelo trabalho na constituição da subjetividade humana configura-se como um importante veículo de transformação da natureza e, ao mesmo tempo, situa a humanidade em uma posição ativa na construção de sua própria história. Nesse sentido, Costa (2000), assinala que o

trabalho se refere a um campo relacional, portanto, o campo do inconsciente. Para a autora, no trabalho estão implicadas a realidade psíquica, a dimensão simbólica e as trocas afetivas interpessoais. Assim sendo, o espaço laborativo repercute nas relações sociais produzindo efeitos que modificam o âmbito social, alimentado pela inscrição de cada sujeito.

O próprio Freud (1930), em o *Mal-Estar na Civilização*, fala da importância que o trabalho tem para o homem, indicando que ele é um importante meio para a tarefa humana de evitar o sofrimento. Além do amor, o autor cita que é trabalho que pode assegurar ao homem, por meio do emprego de sua libido, um lugar seguro numa parte da comunidade humana.

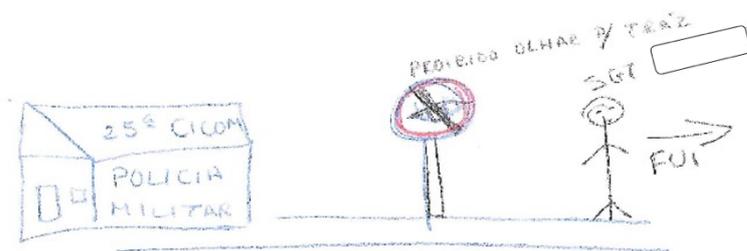
A teoria freudiana mostra que o papel do trabalho é determinante para a manutenção do equilíbrio psíquico, vez que garante ao sujeito não apenas alternativas de destinos pulsionais, mas também a coesão social, por meio dos relacionamentos humanos que estão vinculados pela via laboral (FREUD, 1930).

A discursividade dos sujeitos desse estudo, enquanto policiais militares ainda “em atividade”, evidencia a dificuldade que é, para esses profissionais, pensar a reserva remunerada: *O militar ele é fanático, o militar, ele não vai aceitar facilmente ir pra reserva (S2)*.

A figura 1 ilustra com propriedade a fala acima destacada. O profissional precisou dispor de uma barreira física para afastá-lo da instituição – na forma de uma placa de trânsito –, indicando que o único tráfego possível no caminho para a reserva é olhar na direção oposta a da instituição. Entretanto, ainda que sugira um sujeito em movimento, referencia-se a partir do cargo (sargento “X”), indicando que a identidade funcional ainda é o modo como se percebe.

Esta passagem indica as dificuldades de elaboração do processo de aposentadoria, com negação do desligamento institucional bem como das consequentes repercussões identitárias.

Figura 01 – Passo a missão para os próximos



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Esses sujeitos demonstram que a reserva remunerada ainda é algo impensado, tão distante de suas realidades que se faz necessário expressar-se de forma defensiva, reportando-se a ela na terceira pessoa, como se fosse um outro profissional a se assujeitar à possibilidade de vir a se aposentar.

A aposentadoria se mostra para esses sujeitos como um cenário marcado pelo vazio, pela insegurança, e que por isso tem que ser devidamente preenchido com atividades e com uma agenda cheia ('coincidentemente' de forma similar ao cotidiano profissional, sempre repleto de escalas e missões). Muitos dos sujeitos emitem um discurso marcado pelo funcionamento defensivo, expondo suas dificuldades em lidar com a rotina livre: [...] *não se entregar totalmente. Assim, no lazer totalmente, né. Sempre procurar se ocupar[...] Porque ali ou vai virar um alcoólatra, né, ou, sei lá, ou vai cair em depressão. Alguma coisa assim. Tem que se ocupar (S5). Trinta anos de polícia quando a gente entra, que é novo, um aluno soldado e soldado, a gente não pensa em trinta anos (S2).*

A análise discursiva do fragmento permite inferir que, com o intuito de se defender da perda, o sujeito se utiliza de vários mecanismos que se manifestam como forma de sustentar o ego a fim de que este possa superar a perda.

Klein (1940), ao falar do processo de luto, aponta que a dor trazida pelo processo de perda é ampliada pelas fantasias inconscientes do sujeito, o qual acredita ter perdido seus objetos internos "bons" também. Ou seja, a dor da perda exterior se soma a da perda interior e o indivíduo se vê imerso em uma série de ansiedades.

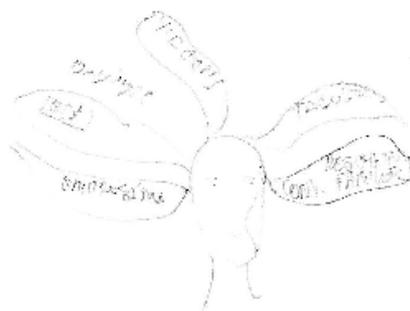
Nesse sentido, a autora ressalta que durante o estágio de luto é comum que o sujeito passe por um estado maníaco-depressivo modificado e transitório (KLEIN, 1940). Com o passar do tempo, no entanto, esse estado é vencido. Como característica dos processos defensivos da posição maníaca, tem-se a negação, a onipotência e a idealização. Neste caso, vê-se que os sujeitos desenvolvem uma negação parcial e temporária da realidade, sem a qual parece ser difícil para o ego suportar as ameaças percebidas.

Figura 02 – Família unida



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Figura 03 – Planos futuros



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

As produções representadas nas Figuras 2 e 3 destacam a dificuldade acima elencada. Ao propor ao sujeito que desenhasse, de forma livre, qualquer coisa que se relacionasse com o tema da reserva, na Figura 2 o intento foi o de realizar o preenchimento da folha com uma ampla gama de atividades.

Inclusive, a utilização da folha na sua integralidade demonstra a falta de bordas, consequentemente, de limitação. O fato de este sujeito ocupar toda a folha com sua produção pode ser entendido como um indicativo de defesa que o mesmo se utiliza contra o esvaziamento que está experimentando.

Na figura 3 pode-se observar que o sujeito se mostra representado por um sujeito pensante, que, do mesmo modo, trata de sobrepor uma série de ideias para a o período da reserva, ocupando plenamente os pensamentos, deslocando sua energia psíquica para a elaboração de uma agenda pós-aposentadoria.

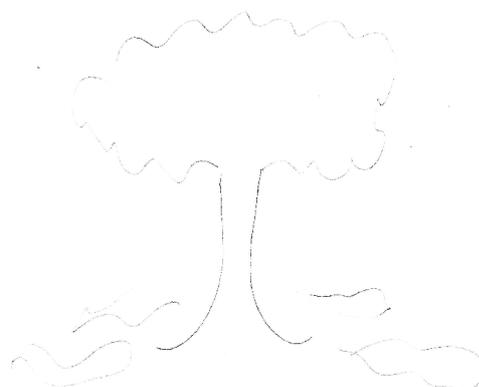
Tal fenômeno pode ser compreendido como uma forma de racionalizar a aposentadoria, mantendo uma agenda repleta de compromissos, similarmente àquela adotada quando ainda na ativa.

Segundo Kaës *et al* (1991), o desenvolvimento de mecanismos de defesa é importante em uma experiência de rompimento. Para o autor, a falta de mecanismos

de defesa e de sublimação leva, ao contrário, à destruição do sujeito – no seu corpo ou na vida psíquica – e à destruição do objeto e do vínculo.

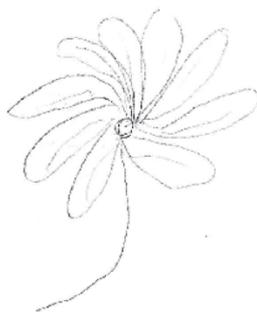
Nas figuras 4 e 5 tem-se ilustrado aquilo que o sujeito indicou como representações da reserva. A partir dessas produções, infere-se a percepção de afetos opostos àqueles sugeridos pelos títulos das mesmas, “Transformação” e “Brilho”, respectivamente. Observa-se, assim, que o processo de reserva proporciona a vivência de emoções antagônicas, revelando o mecanismo defensivo utilizado pelo profissional, na expressão de formações reativas.

Figura 04 – Transformação



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Figura 05 – Brilho



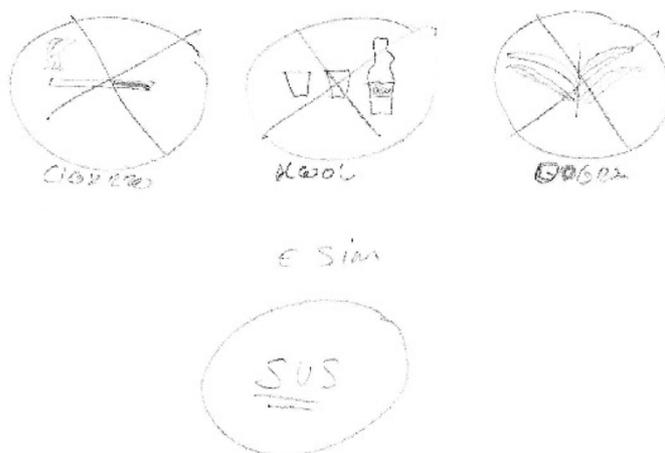
Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Outro aspecto que merece destaque nessas duas produções é o fato de o sujeito significar esse momento de sua vida sem a representação da linha de solo. Ou seja, a produção sugere que o brilho e a transformação da vivência da reserva são apresentados sem uma sustentação, baseados em uma realidade que o sujeito demonstra dificuldades em perceber e vivenciar.

Esses materiais registram a representação da discursividade da ativa sobre a reserva. Ao analisar os sentidos e significados que esses sujeitos atribuem à aposentadoria, apreende-se que eles representam aquilo que na Análise de Discurso se entende por deriva. Ou seja, esses profissionais sofrem com o afastamento institucional, como consequência do advento da aposentadoria, indicando dificuldades no processo de elaboração dessa perda.

A produção representada na figura 06 reforça esse aspecto. O tema apresentado faz alusão ao proibido, a questão da interdição, indicando que a angústia que permeia o processo de passagem para a reserva é também a da privação. O sujeito é privado daquilo que ele não pode mais vivenciar – ele não pode ficar mais na instituição – sendo colocado à margem de sua vida profissional e das demais vivências laborativas.

Figura 06 – Não às drogas e sim à saúde



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Em vez de uma compreensão mais positiva e que dê ao sujeito alternativas para vislumbrar possibilidades no horizonte da reserva, esse militar sofre, apresenta

saudade, podendo até mesmo caminhar para a patologia - na figura da dependência química (conforme ilustra a figura 6).

Assim, para aqueles que não é possível seguir o percurso idealizado, o qual é permeado por todo um processo de elaboração e superação do desligamento da corporação e da vida laborativa, surge um outro sentido, o esvaziamento, a deriva.

A deriva se caracteriza como o deslizamento do sentido outro nas diferentes posições do sujeito. Para Orlandi (1998), os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, na figura de jogos simbólicos dos quais não se detêm o controle e nos quais o equívoco – a ideologia e o inconsciente – está largamente presente.

Essas transferências não são meras interações, mas demonstram a alteridade constitutiva, a presença do outro no linguageiro discursivo. É nessa relação que há espaço para a ligação, para a identificação e para a transferência, denunciando a existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar (ORLANDI, 1998).

No caso dos policiais militares que enfrentam dificuldades em seu processo de passagem para a reserva, trata-se então de um não-sentido, vez que o sujeito não consegue representar um sentido para esse processo. Ao contrário, o sentido e os sujeitos não são os mesmos, eles escorregam, derivando para outros sentidos e para outras posições.

Assim o homem (se) significa. Sujeito à falha, ao jogo, ao acaso, e também à regra, ao saber, à necessidade (ORLANDI, 2015). E essa é a discursividade da ativa sobre a reserva remunerada.

#### 4.3 DISCURSIVIDADE DA PASSAGEM DA ATIVA PARA A RESERVA

Quadro 3 – Quadro Analítico da Discursividade da Ativa para a Reserva

<b>Conceito- Análise a priori</b>	<b>Recortes textuais</b>	<b>Paráfrases</b>
<b>Vínculo</b>	<p><i>Já vislumbro esse momento com a certeza do dever cumprido e... reiniciar (S1).</i></p> <p><i>Eu já penso de outra forma. Eu vou pra lá, vou cuidar do que é meu, das minhas coisas... a gente se distrai de tudo que é</i></p>	<p>A instituição teve um papel importante em minha vida.</p>

	<p><i>ruim. Então a gente tem que ter uma distração, não é só o trabalho (S3).</i></p> <p><i>Dever cumprido [...] e respeito, acima de tudo, de quem tá entrando até de quem já tá indo embora (S4).</i></p> <p><i>O que eu tenho como cidadão, foi através dos bons exemplos que eu tive dentro da instituição polícia militar (S6).</i></p>	Acho que fiz a minha parte.
<b>Conceito- Análise a priori</b>	<b>Recortes textuais</b>	<b>Paráfrases</b>
<b>Identificação</b>	<p><i>Agradável porque é... como você ter desenvolvido essa atividade, essa arte... ninguém deixa ela pelo simples fato de ir para a reserva (S1).</i></p> <p><i>Você já está na reserva, você quer ser militar... tu é civil (S2).</i></p> <p><i>Graças a Deus eu tenho bastantes elogios na minha ficha. Posso dizer que sou um bom policial, né? Porque cheguei até aqui (S3).</i></p> <p><i>O que eu quero é fazer isso aí... cuidar de uma propriedade minha que eu possa ter aquilo que eu gosto, né? (S3).</i></p> <p><i>Posso me juntar com meu irmão e ajudar ele, que ele tem uma oficina mecânica (S4).</i></p> <p><i>Apesar da minha idade, tenho 51 anos hoje, quero fazer uma... terminar uma faculdade, certo? (S2).</i></p>	<p>Continuo sendo o que sou.</p> <p>Posso ser outras coisas.</p>
<b>Conceito- Análise a priori</b>	<b>Recortes textuais</b>	<b>Paráfrases</b>
<b>Mecanismos de Defesa</b>	<p><i>Esquecer o mundo fora, o mundo Polícia Militar, esquecer (S2).</i></p> <p><i>A gente tem que tirar isso da mente. Viver uma outra vida. É tipo assim, um outro nascimento, né. Você sair daquele cotidiano do militarismo, para outra vida. Um outro nascimento aí (S5).</i></p> <p><i>Eu ainda, às vezes de folga, a gente sonha. Eu acho que o sonho vai vir com mais frequência. Provavelmente virá com mais frequência (S6).</i></p>	<p>Preciso pensar em outras coisas</p> <p>Entendo que tenho que me desligar</p>

Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Como já descrito anteriormente, a partir do que foi observado nas falas e nas produções dos policiais militares em processo de aposentadoria, notou-se o surgimento

de três discursividades acerca da reserva, indicando os sentidos e significados produzidos pelos sujeitos frente a este processo.

Observou-se que conforme o policial militar vai se aproximando do momento em que completa trinta anos de serviço – estando, assim, apto a se aposentar – seu discurso vai produzindo marcas. Esses registros sugerem um processo de transição entre a figura do profissional vinculado à instituição, em atividade e dotado das prerrogativas e de toda a simbologia inerentes à carreira policial militar, ao servidor aposentado, que agora pode se dedicar a outros fazeres, e desligar-se da corporação, uma vez que já cumpriu a sua missão.

Nessa perspectiva, na medida em que se avizinham ao cumprimento dos trinta anos de efetivo exercício, nota-se que, para a maioria dos sujeitos entrevistados, os militares que se encontram mais perto dessa circunstância são aqueles cujos planos para a reserva aparentam estar bem estruturados, com atividades extrainstitucionais planejadas, construídas de forma menos defensiva.

Assim, no discurso dos militares que contam com até um ano para ingressarem na reserva, é possível identificar de forma eminente a incorporação dos aspectos positivos da instituição somado ao (re)conhecimento que a atividade pôde lhe oferecer. Essa dinâmica proporciona a sensação do dever cumprido e parece possibilitar a consequente desobrigação com o vínculo institucional, conforme os discursos que se seguem: *O que eu tenho como cidadão, foi através dos bons exemplos que eu tive dentro da instituição polícia militar (S6). Dever cumprido [...] e respeito, acima de tudo, de quem tá entrando até de quem já tá indo embora (S4). Já vislumbro esse momento com a certeza do dever cumprido e... reiniciar (S1).*

Bowlby (1997) discorre a respeito da experiência de ruptura ao retratar o processo de formação e rompimento de vínculos, indicando que o comportamento de ligação caracteriza todos os seres humanos. A ansiedade gerada em torno de uma separação, afirma o autor, pode ser perfeitamente normal e saudável, produzindo diferentes intensidades. Aqueles que são capazes de avaliar as suas relações com figuras significativas enquanto bases seguras, caracterizando-se pela capacidade de se autonomizarem, são os indivíduos que desenvolveram um padrão de apego seguro.

A depender do modelo de apego desenvolvido com as figuras primordiais na vida do sujeito, haverá uma adaptabilidade na construção de sucessivos ciclos na vida. Este

processo terá influência direta na etapa de diferenciação feita entre os pares, levando-se em conta a esfera do trabalho e da carreira.

Nesse contexto, no caso dos policiais militares entrevistados, por meio do processo parafrástico, infere-se que esses sujeitos demonstram um processo psíquico de reconhecimento do papel que a instituição desempenhou em suas vidas, bem como de sua parcela de contribuição perante essa dinâmica. Essa compreensão parece ter sido fundamental para o processo de diferenciação (da instituição, da carreira, etc.) e exploração de outras possibilidades no momento de aposentadoria.

De outro lado, observa-se que o surgimento de um cenário externo àquele do ambiente de trabalho surge como forma de distração, ou seja, como algo que aparece para desviar a atenção ou mesmo o pensamento da atividade laboral. O trabalho aqui é o cerne de toda dedicação desse servidor, fonte de virtude, sendo a agenda pessoal entendida como uma forma de lazer, ou atividade que proporcione um afastamento daquele cotidiano pesado.

O discurso dos entrevistados permite fazer essa inferência: *eu vou cuidar do que é meu, das minhas coisas... a gente se distrai de tudo que é ruim. Então a gente tem que ter uma distração, não é só o trabalho (S3). A gente tem que tirar isso da mente. Viver uma outra vida. É tipo assim, um outro nascimento, né. Você sair daquele cotidiano do militarismo, para outra vida. Um outro nascimento aí... Procurar se ocupar (S5).*

Em um artigo publicado em 1916, Freud trata acerca da transitoriedade (FREUD, 1916). Nesse texto, o autor apresenta a perspectiva de dois amigos – um poeta e um amigo – que, após uma caminhada através dos campos, em um dia de verão, apesar de admirarem o cenário que os cercava, não conseguiam extrair a alegria disso. O que os perturbava era o pensamento de que toda aquela beleza estava fadada à extinção. Segundo Freud, aos olhos do poeta, tudo aquilo pareceu despojado de seu valor, por estar sujeito à transitoriedade.

Ainda que para o autor a noção da transitoriedade não conferisse a ideia de perda, muito pelo contrário, aumentaria o valor do objeto em questão, tal constatação não causou nenhuma impressão nos seus amigos. Esse episódio o levou a inferir que algum fator emocional se encontrava em ação, conferindo ao luto a causa da perturbação do discernimento dos amigos, levando-os antecipadamente a estragar seu gosto de apreciar a beleza à sua volta (FREUD, 1916).

Da mesma forma, observa-se que o processo de passagem para a reserva desperta nos militares sentimentos diversos frente à questão da transitoriedade, significada nessa obra pelo autor como sentimento de desamparo motivado pela experiência de perda (FREUD, 1916).

Vê-se, assim, como o ingresso na aposentadoria requer desses sujeitos a mobilização de importantes dinâmicas psíquicas. Igualmente ao tema da transitoriedade, esse processo mostra-se representado pela passagem, pela mudança, pela renovação, pela esperança e pela clara presença de temporalidade e finitude, demarcadas no sentimento de perdas, destruição e morte.

A partir dessa obra, Freud anuncia seus ensaios sobre o luto. Nesse contexto, entende-se que, assim como na vivência do luto, há um movimento natural de desinvestimento libidinal de objetos significativos para o sujeito, passando a realidade a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. Para o autor, o luto não patológico implicará num processo de reconstrução do modo de viver, com o encontro de novas fontes de satisfação libidinal (FREUD, 1917).

Verifica-se que os sujeitos em processo de aposentadoria encontram-se em elaboração desse momento. Gradativamente, há um deslocamento de libido direcionada até então ao objeto de trabalho para um outro objeto (outros afazeres, a família, as atividades de lazer). Além disso, a reação normal de desinvestimento é vivida com certa penosidade, já que se subentende que a mudança na posição libidinal demanda muito do sujeito, ainda que se tenha um substituto.

O luto não prevê uma cronologia exata, o que exige do sujeito que disponha de um novo modo de viver em conformidade com a ausência do objeto e a sua constante representação. No caso dos militares, essa fase acarreta o trabalho de luto de diversas perdas. Para além do vínculo com o trabalho, esse sujeito perde grande parte de seus laços sociais (que estão atrelados ao cotidiano do ambiente de trabalho), traz mudanças contundentes em sua identidade e assinala a perda da juventude, vez que a aposentadoria é determinada pela chegada aos trinta anos de exercício, mesmo que esse sujeito ainda disponha de vigor físico para continuar trabalhando.

Para Bowlby (1997), os vínculos afetivos e os estados subjetivos de forte emoção tendem a ocorrer juntos. Muitas das mais intensas emoções humanas surgem durante a formação, manutenção, rompimento e renovação de vínculos emocionais.

Em se tratando de policiais militares, essa ruptura pode ser vivenciada de forma mais conflituosa. Para além das questões já mencionadas, isto pode ocorrer em razão de se tratar de um profissional que se aposenta quando ainda se encontra no auge do seu vigor físico (por volta dos cinquenta anos de idade). A instituição, no entanto, não o vê da mesma forma, prevendo na normativa institucional o afastamento do trabalho para aqueles que completam trinta anos de serviço.

Dessa forma, o que se pode perceber são servidores que são compelidos a se aposentarem precocemente. Em virtude da legislação específica que os rege, são levados a encerrar as possibilidades para o exercício profissional enquanto policial, tendo em vista que, após se aposentarem, não poderão continuar exercendo esta atividade.

O Estatuto prevê algumas distinções claras para aquele servidor que segue para a reserva remunerada. Além de a carreira policial militar ser privativa daqueles que estão na ativa, há mudanças no que concerne ao uso de uniformes, a percepção da remuneração (com acentuada diminuição), e na diferenciação entre postos, já que em igualdade de posto ou graduação, os policiais militares da ativa têm precedência (AMAZONAS, 1975).

O discurso institucional demonstra, assim, um posicionamento ideológico de desvalorização acerca da reserva. Isso corrobora para intensificar a conotação social depreciativa desse processo bem como exercendo papel significativo sobre a percepção desses profissionais frente às emoções oriundas da passagem para a reserva.

Soares, Luna e Lima (2010) apontam para o sentimento de ambivalência com que os policiais enfrentam a aposentadoria. Os autores apresentam questionamentos trazidos pelos sujeitos em processo de afastamento que suscitam reflexões sobre a importância da identidade profissional para esta classe e geram dúvidas quanto à manutenção de seu compromisso social e juramento, aspectos que representaram o imaginário da profissão e que conduziram toda sua vida pessoal e profissional.

No caso dos militares, as dificuldades percebidas nesse processo geralmente são compreendidas de forma mais acentuada tendo em vista a relação que este servidor estabeleceu com seu papel profissional e seu tempo livre – em regra, escasso. Se para esse sujeito o trabalho é entendido como um dos meios mais importantes de constituição de sua identidade, então a aposentadoria poderá produzir uma

reorganização global da sua subjetividade, suscitando efeitos significativos em seu modo de vida.

Um discurso que registra essa problemática, demonstrando o movimento oscilatório do sujeito frente ao processo identificatório é o que se segue: *Você já está na reserva, você quer ser militar... tu é civil (S2)*.

Observa-se que, assim como no luto, essa dinâmica demandará que aos poucos esse servidor vá encontrando outras fontes de satisfação libidinal, para onde possa empregar suas energias, encerrando gradualmente os investimentos até então dirigidos ao mundo do trabalho, neste caso, à corporação policial militar.

Em se tratando dos policiais militares deste estudo, esse movimento de distanciamento sugere então que esse profissional se desligue gradualmente da imagem de sujeito trabalhador, protetor da sociedade, considerado muitas vezes como um super-herói. Esse desinvestimento, ao mesmo tempo em que importante, se faz necessário para que esse sujeito consiga se identificar com a ideia da aposentadoria, se ajustando aos novos papéis sociais que a reserva lhe impõe.

O processo parafrástico oriundo dos sentidos produzidos pelos sujeitos indica que esses militares, na medida em que se aproximam da reserva remunerada, percebem o encerramento do seu papel profissional de forma funcional. Ou seja, o advento da aposentadoria assinala para esses sujeitos o cumprimento de seu papel social, tendo realizado o que fora imposto pelo compromisso assumido, como afirma o entrevistado: *Graças a Deus eu tenho bastantes elogios na minha ficha. Posso dizer que sou um bom policial, né? Porque cheguei até aqui (S3)*.

Observa-se que o fato de o sujeito ter cumprido os trinta anos de efetivo exercício indica para o mesmo que além de ter desempenhado suas funções/obrigações sociais, encontra-se isento desses encargos, advindo uma sensação de orgulho pelo dever cumprido e de liberdade para focar-se no desempenho de outros papéis, representados parafrasticamente, na possibilidade de ser outras coisas.

Segundo Santos (1990), o modo pelo qual o sujeito viverá a sua aposentadoria é influenciado pela história de vida do sujeito, suas relações com a sociedade, sobretudo com o papel profissional e seu modo de enfrentar as perdas e de se adaptar às novas situações.

Alguns sujeitos apontam em seus discursos a possibilidade de manejarem essa circunstância de forma otimista, conforme registra a fala do policial que se segue: *Agradável porque é... como você ter desenvolvido essa atividade, essa arte... ninguém deixa ela pelo simples fato de ir para a reserva (S1).*

O discurso produzido pelo sujeito entrevistado remete-se à possibilidade de, durante o período de aposentadoria, poder se dedicar a uma atividade desenvolvida paralelamente ao longo do tempo da carreira policial militar.

Os enunciadores passam a vislumbrar a possibilidade de desenvolverem novas carreiras ou mesmo dar continuidade a um trabalho iniciado durante o tempo de serviço na instituição indicando que aos poucos esse servidor pode ir reconfigurando sua identidade profissional. A fala dos sujeitos ilustra essa colocação: *O que eu quero é fazer isso aí... cuidar de uma propriedade minha que eu possa ter aquilo que eu gosto, né? (S3). Posso me juntar com meu irmão e ajudar ele, que ele tem uma oficina mecânica (S4). Apesar da minha idade, tenho 51 anos hoje, quero fazer uma... terminar uma faculdade, certo? (S2).*

Em se tratando da constituição psíquica do eu, Hornstein (1989) assinala que esta se encontra subordinada aos objetos pela via da identificação, ressaltando que “a identidade não se constitui de uma vez, para sempre. Novas identificações continuam definindo, complexificando o eu ao qual o narcisismo aponta”.

Nesse sentido, infere-se que o militar passa por um processo de “desidentificação” com o sujeito da ativa, percebendo-se como portador de novas perspectivas – conseqüentemente, novas identificações. Essa dinâmica vai proporcionando a esse sujeito a possibilidade de desenvolver ligações libidinais com novos objetos, ensejando-lhe a manutenção do seu equilíbrio pulsional.

A fala dos entrevistados também indica para um importante processo psíquico que permite ao sujeito o redirecionamento de suas potencialidades, encontrando assim novas possibilidades criativas e produtoras de satisfação, qual seja, a sublimação.

Em *Mal-Estar na Civilização*, Freud (1930) aborda de forma ampla a respeito desta questão, apontando os elementos que organizam esse mecanismo. Para o autor, há uma mudança nos objetos ou nos alvos da pulsão e seus destinos, inclinando um afastamento do sexual. A pulsão seria então derivada para um novo alvo não sexual, ou em que visa objetos socialmente valorizados.

Em se tratando dos sujeitos deste estudo, observa-se que a manifestação da capacidade psíquica para buscar novas e fecundas formas de inserções na cultura, sinalizadas na figura da retomada dos estudos, na possibilidade de iniciar um novo trabalho ou no desenvolvimento de habilidades agrárias registram a impressão de um ato bem-sucedido, proposta do movimento sublimatório.

Considerada por muitos autores como a defesa mais bem-sucedida, observa-se que a sublimação decorre da adaptação lógica e ativa das pulsões que, após escolherem uma nova finalidade, passam a satisfazer-se tanto em proveito do aparelho psíquico quanto das normas que regem o contexto social (KUSNETZOFF, 1982).

De outro lado, a discursividade dos sujeitos deste estudo indica que, frente às dinâmicas que surgem em decorrência do processo de passagem para a reserva, alguns desses profissionais fazem uso de outros métodos de que se serve o ego para resolver os seus conflitos, na figura dos mecanismos de defesa.

Conforme exposto acima, o advento da aposentadoria suscita diferentes sentimentos nesse sujeito, a vivência desse processo vai registrando – para a maioria dos profissionais – a passagem por diferentes dinâmicas, até a chegada do momento de elaboração dessa mudança significativa de vida. Nessa circunstância, observou-se que anteriormente aos deslocamentos sublimatórios, os militares utilizaram-se de outros mecanismos psíquicos defensivos, como, por exemplo, o recalque, a racionalização, a formação reativa, dentre outros.

Kaës (2014) assinala o funcionamento das operações de defesa por meio do recalque:

o recalque efetua-se sob o efeito de duas exigências. Segundo a primeira, classicamente direcionada sob o ângulo estritamente intrapsíquico, o recalque está associado às experiências de desprazer ou de excesso de prazer, de transbordamento pulsional e de representações intoleráveis para o ego. É um mecanismo de defesa intrapsíquico: sua especificidade consiste na operação pela qual o sujeito reprime e mantém no inconsciente, representações vinculadas a pulsões inaceitáveis para sua integridade e constância (p. 44).

A fala dos entrevistados demonstra um importante trabalho psíquico que esses profissionais se veem compelidos a realizar para a manutenção de seu equilíbrio psíquico no período após a aposentadoria, empregando o mecanismo

supramencionado: *Esquecer o mundo fora, o mundo Polícia Militar, esquecer (S2). A gente tem que tirar isso da mente. Viver uma outra vida. É tipo assim, um outro nascimento, né. Você sair daquele cotidiano do militarismo, para outra vida. Um outro nascimento aí (S5).*

Infere-se que para esses sujeitos as representações relacionadas a qualquer vivência voltada para a instituição ou para a carreira policial militar deve ser suprimida, e que a vida fora do cotidiano laboral deve ser pautada por princípios distintos daqueles que regeram sua carreira profissional.

Segundo Kaës (2014), os conteúdos reprimidos regem-se pelos mecanismos dos processos primários (condensação, deslocamento, multiplicação de elemento idêntico, difração). Há uma constante busca destes em retornar à consciência, à ação ou formação de compromisso, o que vai manifestar-se para o sujeito na forma de sintomas, sonhos, etc.

O discurso produzido pelos enunciadores deste estudo evidencia esse processo, como demonstra a fala do entrevistado: *Eu ainda, às vezes de folga, a gente sonha. Eu acho que o sonho vai vir com mais frequência. Provavelmente virá com mais frequência (S6).*

O retorno à vida civil, conforme registra a fala dos sujeitos, é marcado por um recomeço, com uma concepção de vida muito distinta da biografia profissional. Nesse sentido, observa-se que para os policiais militares deste estudo há uma espécie de construção de dois mundos, e a passagem para a reserva apresenta essa cisão.

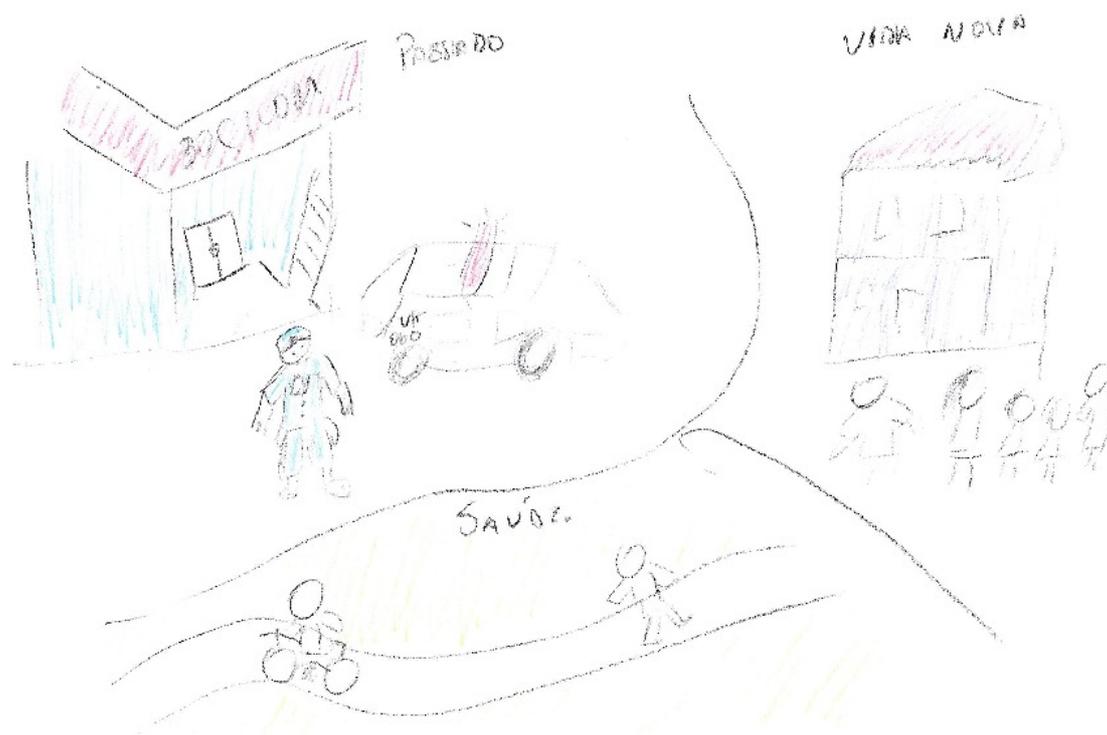
Ao retratar acerca do mecanismo da cisão, Melanie Klein (1946) pontua que nesse mecanismo os sentimentos amorosos se voltam para o objeto gratificador, ao passo que nos estados de frustração, o ódio e a ansiedade persecutória se ligam ao objeto frustrador. Esse seria o modo que o ego encontra para que sentimentos e fantasias sobre o estado do objeto interno fiquem isolados uns dos outros.

Ao utilizar esse mecanismo defensivo, os policiais militares encontram um caminho para lidarem com os impulsos sentidos como fonte de perigo dentro do próprio ego. Desta forma, amenizam os estados de frustração e ansiedade, despertados a partir do advento da aposentadoria e as possíveis mudanças que esse momento desperta.

A figura 7 demonstra claramente a utilização desse mecanismo, vez que o sujeito se utiliza de uma linha divisória para representar esse momento. No desenho, exhibe-se

o passado como voltado para o trabalho e para a instituição; o futuro é indicado como “vida nova”, aparentando maior proximidade dos familiares; e, na forma de uma terceira instância, a saúde surge como um aspecto que caminha à parte desses momentos de vida.

Figura 07 – Vida segura



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

A partir das produções realizadas pelos sujeitos, constata-se que há uma quebra, uma ruptura que deve ser realizada com a chegada da aposentadoria. Essa sensação de separação vem sendo expressa numa atitude básica de oposição, demonstrando a distinção que é feita pelos policiais militares deste estudo entre a vida laboral (militar) e a vida no meio civil.

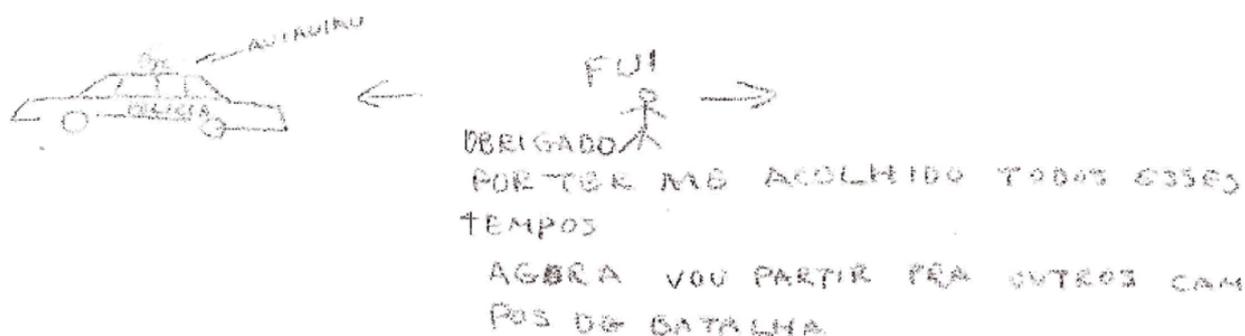
As representações construídas pelos sujeitos, no que se refere ao desenho da figura humana, apontam claramente para essa questão. Ao exibir a figura do profissional, no formato do sujeito do passado, o desenho é apresentado como mais complexo (e completo). Sua montagem apresenta mais detalhes, mais cores; é um

sujeito uniformizado, que ainda dispõe dos aparatos da profissão. Já as representações dos sujeitos que constam na vida nova e na saúde são elementos mais pobres e simples.

Essas construções expõem as defesas que esses profissionais ainda dispõem hoje (a presença do uniforme reforça isso) em contraposição às defesas que ele não terá quando se aposentar. Anteriormente dispunham de uniformes, armas, viaturas, ao passo que na aposentadoria não contarão com esse aparato, expondo o que irão perder a partir dessa mudança profissional.

A figura 8 também evidencia esse afastamento, mas expressa impulsos amorosos de reconhecimento e agradecimento à instituição e ao trabalho. A escolha dos enunciados postados na produção aponta para a reação do sujeito diante dessa nova fase de vida, sendo intitulada como “novos campos de batalha”. Ou seja, evoca a percepção de que possíveis conflitos podem surgir com o advento desta fase.

Figura 08 – Satisfeito por ter estado aqui



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Ficam registrados assim, a partir das produções realizadas pelos sujeitos, como a vivência da passagem para a reserva desperta uma diversidade de emoções. Para tanto, esses profissionais se veem sujeitos à utilização de recursos psíquicos – muitas vezes defensivos – como forma de atravessar as dificuldades oriundas desse processo.

## 4.4 DISCURSIVIDADE DA RESERVA

Quadro 4 – Quadro Analítico da Discursividade da Reserva

<b>Conceito- Análise a priori</b>	<b>Recortes textuais</b>	<b>Paráfrases</b>
<b>Vínculo</b>	<p><i>Eu deixo de ter o vínculo com a instituição, digamos assim... mas, conseqüentemente, há uma continuidade pós-vida para a reserva (S1).</i></p> <p><i>Tenho o serviço de música que eu não pude exercer, eu entendo, foi em função do meu emprego do serviço de policial militar e talvez agora coloque em prática, né (S6).</i></p> <p><i>Eu não vou mais querer cumprir um horário, né? (S3). Bem, continuar, né? Só que de forma, digamos, espontânea. É... criar já outro calendário de horários, enfim, essas coisas assim. Mudança de hábito (S6).</i></p> <p><i>É, assim, uma amplitude do tempo, né? Porque eu não vou ter cumprir mais esse horário (S4)</i></p>	<p>A vida continua</p> <p>Vou desenvolver outras atividades</p> <p>Vou tocar a minha vida</p>
<b>Conceito- Análise a priori</b>	<b>Recortes textuais</b>	<b>Paráfrases</b>
<b>Identificação</b>	<p><i>É uma grande vitória... sem nem um braço quebrado, sem nem um... né. Tudo inteirinho (S3).</i></p> <p><i>É uma vitória... então às vezes, faltando dias acontece alguma coisa, como uma reportagem... faltava um dia para ele ir pra reserva... aconteceu um tiro de uma AR15, que atravessou ele. Isso faz... você tem que rezar pra não acontecer isso com a gente, né (S5).</i></p> <p><i>Eu acho que em função de muitos colegas jovens que vi na frente aí, na minha frente que às vezes senta pra almoçar e enche a mão de remédio, e toma um monte e eu, graças a Deus, não passo por isso, não (S6).</i></p> <p><i>Trinta anos é uma jornada. Então se você vai estar vivo, se você vai pegar alguma moléstia, alguma coisa, ninguém sabe. Felizes daqueles que chegaram a trinta anos sã de saúde (S2).</i></p>	<p>Sobrevivi</p> <p>Consegui sair vivo</p> <p>Conquistei meu objetivo</p>
<b>Conceito- Análise a priori</b>	<b>Recortes textuais</b>	<b>Paráfrases</b>

<b>Mecanismos de Defesa</b>	<p><i>Eu deixo de ter o vínculo com a instituição, digamos assim... mas, conseqüentemente, há uma continuidade pós-vida para a reserva (S1).</i></p> <p><i>Tenho o serviço de música que eu não pude exercer, eu entendo, foi em função do meu emprego do serviço de policial militar e talvez agora coloque em prática, né (S6).</i></p>	<p>Aposentei-me</p> <p>Vou fazer o que desejo</p>
-----------------------------	---	---

Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Na medida em que foram desenvolvendo suas ideias acerca do momento da aposentadoria, notou-se na fala dos sujeitos entrevistados a elaboração de uma discursividade distinta daquela produzida enquanto ainda servidores voltados para o cotidiano do serviço, imersos na rotina da atividade policial militar. Esses registros apontaram para perspectivas diferentes com relação à aposentadoria, caracterizando o que se intitulou por discursividade da reserva.

Nesse contexto, pode-se constatar que, ainda que não se tenha observado a homogeneidade encontrada no discurso da ativa – o qual vislumbrou a Reserva Remunerada de forma negativa e, por vezes, pejorativa – passam a surgir evidências que conduzem a uma nova expectativa para essa fase, sugerindo um realinhamento de significados que tornem plausíveis e aceitáveis os diversos aspectos ligados a sua nova condição laboral.

Há uma discursividade com conotação negativa acerca da reserva oriunda não apenas da concepção institucional, a qual entende a aposentadoria como sinônimo de inatividade, mas também em virtude do papel atribuído ao trabalho na sociedade atual, entendido como o principal veículo de engate social e como importante instância que agrega valores ao sujeito (JERUSALINSKY, 2000).

Além de proporcionar ao sujeito a possibilidade de extrair o seu sustento, o trabalho é a atividade característica pela qual aqueles que o exercem inscrevem sua marca no mundo e se expressam a partir dele (RUFFINO, 2000). Dessa forma, constitui-se símbolo de autonomia e porta de entrada para a ascensão social.

Nessa perspectiva, a aposentadoria pode ser entendida como uma condição desqualificante para o sujeito, visto que muitas vezes surge acompanhada de aspectos

avaliados de forma negativa, como a incapacidade, a inutilidade, e até mesmo o próprio processo de envelhecimento.

Ideologicamente, observa-se que os sujeitos estão imersos em uma sociedade orientada por relações de produção capitalista, sendo os mesmos moldados a viverem nesse sistema. Uma vez que a aposentadoria remete à condição de ter que parar de trabalhar, é possível que represente uma perda de prestígio e, portanto, um afastamento do mundo social.

No caso dos policiais militares, por constituir-se de uma carreira com limitação de idade para o ingresso na corporação, geralmente o servidor entra para os quadros de pessoal da instituição ainda muito jovem. Ao completar os trinta anos de efetivo exercício, esse profissional não só está distante da faixa etária para ser considerado idoso (girando em torno dos 50 anos de idade), como dispõe plenamente de seu vigor físico e intelectual.

Essa circunstância pode originar sentimentos como culpa, insegurança, e contribuir para reforçar a sensação de inutilidade, tendo em vista que esse sujeito encontrar-se-á desvinculado da atividade profissional desde muito cedo e, portanto, sem produzir. As falas dos entrevistados reproduzem esse estado: *Eu vou estudar o quê? Né? Eu preciso me formar pra alguma coisa? Uma faculdade pra quê? (S3). Tu não pode ficar fechado, no interior da tua casa, ficar lá, só olhando pra tua esposa, ver os filhos chegar da aula, aquela coisa (S5).*

Em contrapartida, para a maior parte dos entrevistados, a ideia de ingressar na reserva soa conscientemente de forma muito positiva. No decorrer das entrevistas pode-se observar na fala dos sujeitos que a concepção favorável deste momento repercute no processo de desvinculação junto à instituição, como também na imagem do sujeito aposentado.

Os desafios enfrentados no cotidiano da profissão, os quais colocam em risco a integridade do profissional e ameaçam constantemente até mesmo a manutenção da vida fazem com que a reserva seja pensada como forma de prêmio, como uma vitória. A aposentadoria passa a ser vista nos termos de uma conquista para esses sujeitos, que em meio a tantos embates profissionais se mantiveram firmes e cumpriram com o juramento realizado no início da carreira.

As falas dos sujeitos ilustram claramente este cenário: *É uma grande vitória... sem nem um braço quebrado, sem nem um... né. Tudo inteirinho (S3). É uma vitória... então às vezes, faltando dias acontece alguma coisa, como uma reportagem... faltava um dia para ele ir pra reserva... aconteceu um tiro de uma AR15, que atravessou ele. Isso faz... você tem que rezar pra não acontecer isso com a gente, né (S5).*

Observa-se que a vivência das situações de risco é uma constante da atividade policial militar. Assim sendo, o profissional que alcança os trinta anos de serviço ileso passa a ser considerado como recompensado pelo advento da aposentadoria em função da devoção ao trabalho e à instituição.

Outro fator que corrobora para o estado de espírito propício no que concerne ao entendimento da aposentadoria é a possibilidade de esse sujeito dispor de um tempo para organizar a sua vida de forma livre, conforme suas vontades e anseios. Nesse sentido, deixam de incidir as relações pautadas pela hierarquia e disciplina, que tanto permearam a organização de seus horários e agenda.

Os profissionais apontam para essa mudança, indicando a repercussão que será promovida em suas vidas: *Eu não vou mais querer cumprir um horário, né? (S3). Bem, continuar, né? Só que de forma, digamos, espontânea. É... criar já outro calendário de horários, enfim, essas coisas assim. Mudança de hábito (S6). É, assim, uma amplitude do tempo, né? Porque eu não vou ter de cumprir mais esse horário (S4).*

No que se refere aos laços vinculares estabelecidos junto à instituição e à carreira policial, conforme pontuado acima, observa-se que a aproximação do momento da aposentadoria e a oportunidade de construir uma agenda pessoal de forma voluntária vão dando abertura para o movimento de desvinculação do sujeito, acenando para o aparecimento de outros vínculos e atividades. Os fragmentos discursivos que se seguem demonstram esse cenário: *Eu deixo de ter o vínculo com a instituição, digamos assim... mas, conseqüentemente, há uma continuidade pós-vida para a reserva (S1). Tenho o serviço de música que eu não pude exercer, eu entendo, foi em função do meu emprego do serviço de policial militar e talvez agora coloque em prática, né? (S6).*

Nessa perspectiva, Kaës (2014) aponta para o espaço de reconhecimento que é dado no prazer da invenção de novos espaços de vinculação, na emergência de novas formas de vínculos e de pensamento, no uso de novos depósitos e pela reconstituição dos panos de fundo psíquicos.

Infere-se, assim, a partir do processo parafrástico construído por meio da sequência discursiva, o trabalho de elaboração vivenciado por esses sujeitos. À medida que sinalizam para uma diversidade de investimentos psíquicos que vislumbram com a passagem para a reserva, esses profissionais indicam a continuidade de suas vidas, o desenvolvimentos de outras atividades, caminhando, portanto, para a manutenção de sua saúde psíquica.

Observa-se ainda que as modificações provocadas com a chegada desta nova etapa de vida vão conduzir a uma reconfiguração da condição existencial desses sujeitos, demandando a promoção de novos sentidos identificatórios, na forma de um processo singular de ressignificação.

No que concerne à representação da imagem do policial militar na aposentadoria, evidenciou-se, de uma forma geral, uma perspectiva satisfatória quanto à noção da Reserva Remunerada. A ideia de que esses profissionais cumpriram com o seu papel, seguindo a cabo o juramento realizado, proporciona para esses sujeitos a possibilidade de se aposentarem honradamente, como cumpridores de um importante papel social.

Assim, a reserva representa a vida, sobretudo, a sobrevivida, no sentido da possibilidade de sobreviver. As falas dos entrevistados demonstram com clareza essa concepção: *É uma grande vitória... sem nem um braço quebrado, sem nem um... né. Tudo inteirinho (S3). É uma vitória... então às vezes, faltando dias acontece alguma coisa, como uma reportagem... faltava um dia para ele ir pra reserva... aconteceu um tiro de uma AR15, que atravessou ele. Isso faz... você tem que rezar pra não acontecer isso com a gente, né (S5). Eu acho que em função de muitos colegas jovens que vi na frente aí, na minha frente que às vezes senta pra almoçar e enche a mão de remédio, e toma um monte e eu, graças a Deus, não passo por isso, não (S6). Trinta anos é uma jornada. Então se você vai estar vivo, se você vai pegar alguma moléstia, alguma coisa, ninguém sabe. Felizes daqueles que chegaram a trinta anos sã de saúde (S2).*

O que se pode compreender então é que, para a maioria dos policiais militares entrevistados, a aposentadoria é o atestado oficial de um grande mérito. Esse entendimento corrobora para a construção de uma unidade discursiva, tendo como produto a imagem de um sujeito livre, que pode gozar da aposentadoria de forma mais saudável.

No intuito de dar sentido a uma imposição externa – como no caso do luto – o sujeito vê-se obrigado a busca pela redenção, como em uma espécie de realinhamento psicológico para lidar com as tensões. Nessa direção, é possível que os sujeitos se utilizem do mecanismo da racionalização, como forma de encontrar uma explicação lógica e aceitável para enfrentar com certa positividade esse momento de vida.

Ao tratar a respeito das mudanças psicológicas referentes ao momento da aposentadoria, Santos (1990) postula que a inatividade pode ser sinônimo de vazio e ser, assim, representada pela ideia de morte. Por estar ligada a ideia da cessação da atividade principal do sujeito, a aposentadoria poderia ser confundida com o fim da vida, reforça a autora.

No caso dos sujeitos entrevistados, compreende-se que justamente pelo fato de as suas vidas profissionais representarem uma ameaça física e psicológica, submetendo-os constantemente ao risco da própria morte, a aposentadoria aqui assume valoração positiva.

Parafrasticamente, considera-se que os sentidos produzidos por esses profissionais produzem formulações daquilo que representa a elaboração da reserva: a sobrevivência, a conquista do objetivo.

A partir do momento em que a aposentadoria vai adquirindo essa conotação para o sujeito, passam a se manifestar de forma mais insidiosa, mecanismos psíquicos que sugerem alternativas saudáveis para facilitar a vivência da ruptura com o trabalho. Nesse sentido, observou-se o exercício da capacidade sublimatória dos sujeitos. Por meio desse mecanismo, o sujeito atravessa um processo de elaboração, garantindo a sua saúde psíquica.

Segundo Laplanche & Pontalis (2001), a elaboração é uma expressão que designa um “trabalho realizado pelo aparelho psíquico com o fim de dominar as excitações que chegam até ele e cuja acumulação corre o risco de ser patogênica”. Esse processo consistirá numa integração das excitações que chegam até o psiquismo com objetivo de estabelecer entre elas conexões associativas.

Apesar de os autores definirem esse processo como um mecanismo característico do tratamento analítico, observa-se que a elaboração se apresenta no cotidiano, como um “modo de funcionamento espontâneo do aparelho psíquico” (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001).

Entende-se que o estabelecimento de caminhos associativos surge como condição para a transformação da quantidade física (excitações) em qualidade psíquica, constituindo-se como uma importante via para a assimilação das situações conflitivas.

Melanie Klein (1946), ao assinalar acerca da posição depressiva, indica que há nesse período uma consistente introjeção do objeto bom, o que, por sua vez, será decisivo para a capacidade de amar e reparar. Observa-se aqui o impulso para reparar o objeto prepara o caminho para relações de objeto mais satisfatórias e para sublimações.

Nesse sentido, apreende-se que o processo de aposentadoria para os policiais militares constitui-se num cenário de possível exercício da função reparadora. Na medida em que esses sujeitos se encontram bem próximos do advento da reserva, aparentam internalizar a profissão e a instituição como objeto bom. Esse processo mostrou-se fundamental para a manutenção de sua saúde mental.

Os discursos produzidos pelos sujeitos demonstram não apenas a compreensão do desligamento institucional, como também a possibilidade de instituir novas e criativas possibilidades produtoras de satisfação, conforme se segue: *Eu deixo de ter o vínculo com a instituição, digamos assim... mas, conseqüentemente, há uma continuidade pós-vida para a reserva (S1). Tenho o serviço de música que eu não pude exercer, eu entendo, foi em função do meu emprego do serviço de policial militar e talvez agora coloque em prática, né (S6).*

Esse movimento refere-se à capacidade sublimatória do sujeito, indicando um processo de elaboração da situação vivenciada. As produções feitas pelos sujeitos evidenciam claramente esse processo, apontando para novas possibilidades de emprego da sua libido. As figuras 9 e 10 ilustram esse processo.

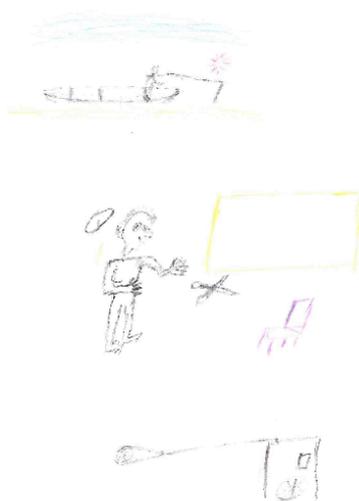
Figura 09 – Buscando felicidade



Fonte: Dados de pesquisa, 2016

Infere-se que a proximidade da reserva desperta para esses sujeitos a possibilidade de vislumbrar um recomeço. Esse reinício acena para novas formas de exercerem suas capacidades sublimatórias.

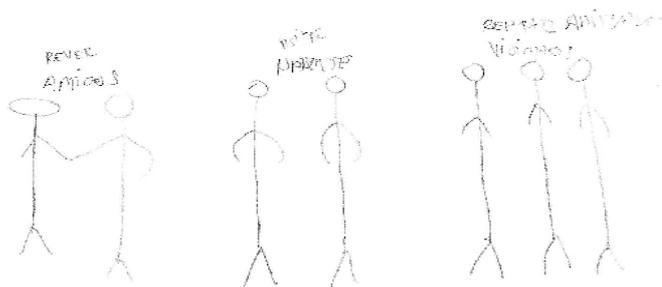
Figura 10 – Perseverança



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

Um outro aspecto muito comum nas produções dos sujeitos é a possibilidade de retomada dos laços familiares e demais relações sociais. Uma vez que a vida militar demandou certo afastamento desse servidor em relação à família e demais espaços de convívio, observa-se que a reserva se apresenta como possibilidade de reconquista dessas relações, facilitado pelo tempo livre proporcionado pela aposentadoria.

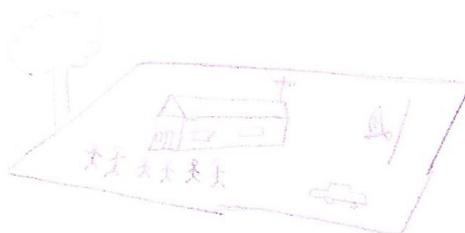
Figura 11 – Voltando a sociedade



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

As figuras 11 e 12 ilustram com robustez esse aspecto. Vale ressaltar que esse foi um ponto apresentado por todos os sujeitos entrevistados, apresentando-se a passagem para a reserva como uma oportunidade para maior envolvimento com a família.

Figura 12 – Retorno à família



Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

As produções demonstram uma atitude básica desses sujeitos de preocupação com os vínculos familiares e com pessoas significativas de suas vidas. Observa-se que há uma integração da dinâmica familiar à nova realidade de vida (aposentadoria), o que sugere o desejo desses profissionais em estabelecer como prioridade a unidade familiar, por vezes distanciada por conta do cotidiano da profissão.

Essas relações adquirem importância na medida em que esses servidores vão elaborando seu afastamento da vida laboral, indicando assim novos direcionamentos da energia libidinal. Esse cenário demonstra uma forma apropriada de enfrentamento e de elaboração das perdas, tendo como ponto de chegada o fortalecimento da capacidade sublimatória desses sujeitos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento em que se possibilitou um espaço de discussão e, sobretudo, de fala, ao policial militar em processo de reserva, obteve-se acesso aos diversos sentidos e significados que esse sujeito atribui a esta fase de sua vida. Inicialmente esse lugar configurou-se por meio de um programa institucional. Foi por meio desse estudo que se pôde ampliar a atenção para esse discurso, proporcionando uma escuta qualificada às percepções desse servidor.

A Análise de Discurso mostrou-se um campo bastante fértil para a realização deste intento, localizando esse sujeito na cadeia discursiva e alcançando suas falas dentre tantos dizeres. Nesse sentido, observou-se a impossibilidade de se isolar uma fala separadamente das demais. Pelo contrário, analisaram-se os discursos produzidos pelos sujeitos, identificando-se os sentidos construídos ideologicamente. Para isso, objetivando-se compreender qual a repercussão do advento da aposentadoria para essa classe profissional, foi realizada uma discussão transversal do conjunto de sujeitos. O trabalho teve o intuito de compreender quais as repercussões psíquicas que o processo de reserva acarreta para a subjetividade dos policiais militares, pondo em foco a investigação do vínculo e dos processos de identificação desses servidores no momento de sua passagem para a reserva. A teoria psicanalítica, utilizada como pano de fundo, valorizou a experiência subjetiva desses profissionais, atendo-se às suas singularidades frente à vivência da experiência humana.

É inegável que o afastamento das funções laborais causa um impacto significativo nos trabalhadores. Isso ocorre porque o trabalho desempenha um papel muito importante na constituição subjetiva e no processo identificatório, especialmente nos dias atuais. Assim sendo, o advento da aposentadoria influencia as relações profissionais e pessoais, a forma como se gerencia o tempo e a identidade de cada um.

A experiência do trabalho em meio militar, em virtude de suas exigências de dedicação e do submetimento às relações de hierarquia e disciplina, mostra que esse processo é vivenciado de maneira um pouco distinta do meio civil. Há uma intensidade maior no estabelecimento do vínculo junto à instituição e um peso significativo dos preceitos institucionais e da atividade no trajeto identificatório dos sujeitos ao longo da carreira.

A passagem para a reserva apresenta-se como um processo de mudança desses referenciais. O vínculo que o servidor mantém com o trabalho e com a instituição muda consideravelmente. Com o advento da aposentadoria, o profissional começa a vislumbrar que cumpriu com o juramento realizado no início da carreira, o que consentirá com o seu distanciamento de forma digna. Na medida em que vai assimilando essas transformações, o sujeito passa a se voltar a outros afazeres, encontrando outros objetos para investimento libidinal.

No que concerne aos processos identificatórios, observou-se ao longo do exercício profissional a construção de uma imagem de protetor da sociedade, sendo valorizados os aspectos da honradez e da moralidade, característicos da carreira policial militar. A entrada na reserva possibilita que esse sujeito reafirme seu compromisso social, vez que assinala o cumprimento de seu dever, por ter prestado, ao longo carreira, um serviço de excelência à sociedade.

Para essa classe profissional, a aposentadoria mostrou-se de forma positiva, ganhando *status* de prêmio, qualidade atribuída para aqueles que alcançaram o final da carreira. Isso ocorre devido aos riscos a que esses militares são submetidos diariamente, fruto do exercício profissional. Ou seja, feliz daquele policial militar que pode se aposentar com a saúde conservada, tendo cumprido seu papel.

Entretanto, esses processos ocorreram não sem a experimentação de conflitos e dificuldades. Nesse sentido, por meio da metodologia empregada foi possível observar o surgimento de diversos mecanismos psíquicos que esses sujeitos fizeram uso ao longo desse processo, muitos desses em caráter defensivo.

No intuito de identificar quais os mecanismos de defesa que os policiais militares fizeram uso durante essa etapa de transição, objetivo secundário deste estudo, constatou-se a utilização de defesas como: a negação, a formação reativa, o recalque, a racionalização e a cisão. Diante das exigências da administração da conflitiva, esses profissionais lançaram mão desses recursos como forma de reduzir a tensão psíquica interna.

Esse processo persistiu até o momento em que foi possível vislumbrar formas mais saudáveis para o emprego de sua libido. Isso se deu à medida que se aproximavam do momento de passagem para a reserva, oportunidade em que, a partir de uma

perspectiva favorável da aposentadoria, os profissionais colocaram em prática suas capacidades sublimatórias.

Conforme indicam Camargo *apud* Turato (2010), a fala é um ato criativo. Entende-se que a proposta desse estudo proporcionou a esses sujeitos que exercitassem o ato de falar – por vezes estrangulado no campo institucional. O autor assinala que falar sobre a própria vida pode levar o entrevistado a reorganizá-la, fazendo com que o mesmo repense os eventos da vida, dando-lhe sentido.

Ao explorar o percurso profissional dos sujeitos, abordando aspectos concernentes desde seu ingresso na carreira até o momento de entrada para a reserva, dá-se ao sujeito a possibilidade de poder repensar acerca seu papel profissional e o lugar atribuído ao (não) trabalho. A utilização dos instrumentos para a coleta de dados, a entrevista e, posteriormente, o Procedimento de Desenhos-Estória, foram pensados no intuito de proporcionar a esses sujeitos que se apresentem de forma menos defensiva, contribuindo para o seu processo de elaboração do afastamento laboral.

No que diz respeito ao aspecto organizacional, enfatiza-se o papel do psicólogo, em especial o institucional (assumido pela pesquisadora em questão), que seria o de facilitar o processo de transição para a reserva desses sujeitos. Observou-se a importância dessas questões serem trabalhadas desde a ativa, a partir da perspectiva do programa institucional, repensando-se em novas linhas de atuação, e também por meio de uma intervenção cada vez mais precoce junto aos militares, favorecendo o trabalho psíquico singular frente a esse processo.

No tocante às contribuições da pesquisa ao Programa de Preparação para a Reserva - PPR, entende-se que esse estudo apontou para algumas implicações possíveis para as próximas edições do trabalho. Em primeiro lugar, sugere-se que a apresentação dos resultados da pesquisa pode auxiliar o processo de elaboração dos profissionais frente ao contexto da aposentadoria. Ao perceber a forma como diferentes colegas de profissão vêm lidando com esse processo, o sujeito pode vislumbrar cenários mais positivos e entender melhor os processos psíquicos pelos quais vem atravessando.

Além disso, a ampliação de oportunidades para a fala é de grande valor para os profissionais que estão imersos a esse processo. Nesse sentido, o aumento dos espaços de discussão e de produção dos policiais militares no programa (no momento das oficinas, por exemplo) é um aspecto que pode contribuir fundamentalmente para o

exercício da capacidade sublimatória desses sujeitos, mostrando-lhes assim estratégias defensivas mais saudáveis para vivenciar esse momento de transição.

Para aqueles que encontraram dificuldades em encontrar um sentido para esse momento, exemplificado ao longo do estudo pela deriva, surge um espaço para a realização de um trabalho psicológico de suporte. É na deriva que o profissional da Psicologia deve estabelecer possibilidades de tratamento para aqueles que encontraram na patologia destino para o seu sofrimento psíquico.

Esse estudo aponta também para a importância de se olhar de forma crítica a toda a normativa e cultura institucional. Ambos têm grande responsabilidade na construção de uma imagem acerca da Reserva Remunerada. A partir das influências percebidas pelo militar advindas dos preceitos institucionais, observa-se que uma concepção mais favorável acerca da “Inatividade” poderia contribuir significativamente para esse processo.

A pesquisa possibilitou lançar luz a um universo pouco estudado. Contribuiu também para consolidar o lugar da Psicologia nesse tipo de instituição. Os sentidos que se produziram com esses resultados foram relevantes para o universo das Ciências Humanas Contudo, sabemos que não encerram as possibilidades de leituras e análises.

Conforme afirma Orlandi (2015), todo enunciado é sempre suscetível de ser/tornar-se outro. O objeto permanece para novas abordagens, não se esgotando em uma única descrição. Assim compreende a Análise do Discurso. Assim se dá o fazer psicológico.

## 6 REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. J.J. Moura Ramos. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1974.

AMAZONAS (ESTADO). Lei nº 1.154/75, de 09 de dezembro de 1975. **Estatuto dos Policiais Militares do Amazonas**. Manaus, AM. 1975.

BERTONCINI, E. M. O. L. **Trabalho, identidade e aposentadoria precoce: notas teóricas sobre o sofrimento do trabalhador**. Revista de Psicologia da UNESP, 1(1), 2002.

BION, W. R. **Atenção e interpretação**. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

BOWLBY, J. (1988). **A secure base, clinical applications of attachment theory**. London: Tavistok, 1992.

\_\_\_\_\_, J. **Apego e perda**. Volume 1. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

\_\_\_\_\_, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF. 2012.

CAPUTO, V. **Vivências e contingências da pré-aposentadoria**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

CARLOS, S.A., JACQUES, M.G.C., LARRATEA, S.V., HEREDIA, O.C. **Identidade, aposentadoria e terceira idade**. Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento, Porto Alegre, v. 1, p. 77-88, 1999.

CORREA, O. B. R. (Org.). A instituição família na tecelagem vincular. In: **Vínculos e instituições**. Uma escuta psicanalítica. São Paulo: Escuta, 2002.

COSTA, A. M. M. Deslocamentos das referências: o trabalho do apelo. In: APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo** (pp. 151-156). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

- CRUZ, M. A. **O mal-estar na aposentadoria**. 2013. 76 fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade) – Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2013.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Entering the Field of Qualitative Research. In: **Strategies of Qualitative Inquiry**. California, US: Sage Publications, 1998.
- DIAS, M.G.L.V. **Identificação e Enlaçamento Social**: a importância do fator libidinal. São Paulo, Escuta, 2009.
- ENRIQUEZ, E. O Trabalho da Morte nas Instituições. In: KAES, R.; BLEGER, J.; ENRIQUEZ, E.; FORNARI, F.; FUSTIER, P.; ROUSSILLON, R. (orgs). **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1991.
- FELIPPE, L. R. H., SANDMANN, H. M.; FERNANDEZ, S.; MERHY, M. E.; BULGACOV, Y. L. M. **Programa de preparação para a aposentadoria**: uma política de desenvolvimento humano. InterAÇÃO, Curitiba, v.3, jan./dez. 1999.
- FENICHEL, O. **Teoria Psicanalítica das Neuroses**. Fundamentos e bases da doutrina psicanalítica. São Paulo, Editora Atheneu, 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FORNARI, F. Por uma Psicanálise das instituições. In: KAES, R.; BLEGER, J.; ENRIQUEZ, E.; FORNARI, F.; FUSTIER, P.; ROUSSILLON, R. (orgs). **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1991.
- FREUD, A. (1946). **O ego e os mecanismos de defesa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FREUD, S. (1893). **Estudos sobre a histeria**. In: EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. II. p. 37-316.
- \_\_\_\_\_, S. (1900). **A Interpretação dos Sonhos**. In: EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. IV-V.
- \_\_\_\_\_, S. (1913). **Totem e tabu**. In: EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIII, p.11-162.
- \_\_\_\_\_, S. (1914). **Sobre o Narcisismo: uma introdução**. In: EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV, p.75-113.
- \_\_\_\_\_, S. (1916). **Sobre a transitoriedade**. In: EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV, p.313-319.

\_\_\_\_\_, S. (1917). **Luto e melancolia**. In: EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV, p.243-263.

\_\_\_\_\_, S. (1921). **Psicologia das Massas e a Análise do Ego**. In: EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVIII, p. 77-154.

\_\_\_\_\_, S. (1930). **O Mal-Estar na Civilização**. In: EDIÇÃO standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI, p. 65-148.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002.

HINSHELWOOD, R. D. (1991). **Dicionário do pensamento kleiniano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

HORNSTEIN, L. **Introdução à Psicanálise**. São Paulo: Editora Escuta, 1989.

JERUSALINSKY, A. Prefácio. In: APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo** (pp. 09-10). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

JORGE, M. A. C. **Lacan, o grande freudiano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_, M. A. C. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

KAËS, R.; BLEGER, J.; ENRIQUEZ, E.; FORNARI, F.; FUSTIER, P.; ROUSSILLON, R. (orgs). **A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo; 1991.

KAËS, R. **Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

\_\_\_\_\_, R. **As Alianças Inconscientes**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

KEGLER, P. **A travessia do si mesmo na passagem para a reserva: enlaces entre trabalho e narcisismo**. 2011. 96 fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Faculdade de Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KEGLER, P.; MACEDO, M. M. K. **Trabalho e aposentadoria militar: singularidades de uma travessia psíquica**. Psico-USF, Bragança Paulista, v. 20, n. 1, p. 25-28, 2015.

KLEIN, M. Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos. Obras Completas de Melanie Klein: Volume I. **Amor, culpa e reparação e outros trabalhos** (1935). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_, M. O desmame. Obras Completas de Melanie Klein: Volume I. **Amor culpa e reparação e outros trabalhos** (1936). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_, M. O luto e suas relações com os estados maníacos-depressivos. Obras Completas de Melanie Klein: Volume I. **Amor culpa e reparação e outros trabalhos** (1940). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_, M. Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. Obras Completas de Melanie Klein: Volume III. **Inveja e Gratidão e outros trabalhos** (1946). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

\_\_\_\_\_, M. Sobre o desenvolvimento do funcionamento mental. Obras Completas de Melanie Klein: Volume III. **Inveja e Gratidão e outros trabalhos** (1958). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KUSNETZOFF, J. C. **Introdução à Psicopatologia Psicanalítica**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

LACAN, J. (1961-1962) **A Identificação**: seminário 1961-1962. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2011.

LAPLANCHE, J. PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEÃO, M.; GIGLIO, J. **Psicodinâmica da mulher trabalhadora de meia-idade em fase de pré-aposentadoria**. Psico-USF, vol.7, n.2, p. 185-194, jul./dez, 2002.

LIMA, P. M. R. **Tempus fugit... carpe diem**: poiesis, velhice e psicanálise. 2013. 254 fl. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura), Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LIMA, P.; VIANA, T. C.; LIMA, S. C. **Estética e poética da velhice em narrativas autobiográficas**: um estudo à luz da psicanálise. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 58-78, 2015.

MARTINS, P. C. R.; RECH, J. C. **A Qualidade de Vida dos Aposentados e o Imaginário Coletivo**: um Estudo Psicanalítico. Nativa-Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso, v. 5, n. 1, 2016.

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. (orgs) **Missão investigar**: entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MONTEIRO SILVA, J., FONTENELE, L. **Considerações sobre a trajetória do modelo de defesa em Freud e sua retomada por Lacan.** In: aSEPHallus, v. III, n. 15, p. 13, 2013.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. **Introdução à Linguística 2.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, R. A. **Do vínculo às relações sociais:** Aspectos psicodinâmicos. Análise psicológica, v. 18, n. 2, p. 157-170, 2000.

ORLANDI, E. P. **Paráfrase e Polissemia –** A fluidez nos limites do simbólico. Rua, nº 04, vol. 1, p.9-19, 1998.

\_\_\_\_\_, E. P. **Análise do Discurso:** princípios e procedimentos. 12ª Ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, E.P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) **Discurso e textualidade.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, M. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PEDROSSIAN, D.R. S. **O mecanismo da identificação:** uma análise a partir da teoria freudiana e da teoria crítica da sociedade. Revista Inter Ação, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 417-442, dez. 2008.

PETOT, J. M. (1982). **Melanie Klein II – o ego e o bom objeto.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo.** 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

REY, F. L. G. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia:** caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ROUDINESCO, E. PLON, M. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

RUFFINO, R. Do trabalho psíquico ao trabalho social. In: APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo** (pp. 178-204). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

SANTOS, M. F. S. **Identidade e aposentadoria.** São Paulo: EPU, 1990.

SCHMIDT, D. B.; MAGNABOSCO-MARTINS, C. R. **Aposentar-se de que? Percepções de trabalhadores próximos da aposentadoria.** ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v. 1, n. 1, p. 55-70, 2011.

SELIG, G. A.; VALORE, L. A. **Imagens da aposentadoria no discurso de pré – aposentados:** subsídios para orientação profissional. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 13, n.1, p. 73 – 87, 2010.

SILVA, M. E. L. **Investigação e psicanálise.** São Paulo: Papirus, 1993.

SIQUEIRA, E. S. E. **A depressão e o desejo em psicanálise.** Estudos e Pesquisa em Psicologia, 7(1), 71-80, 2007.

SOARES, D.H.; LUNA, I.N.; LIMA, M.B. **A arte de aposentar-se:** programa de preparação para aposentadoria com policiais federais. Est Interd Envelhec, 2010; 15(2): 293-313.

SOUZA, S. A. F. **Conhecendo a Análise de Discurso.** Linguagem, Sociedade e Ideologia. Manaus: Editora Valer, 2006.

\_\_\_\_\_, S. A. F. **Análise do Discurso.** Procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014.

TRINCA, W. (org.) **Formas de investigação clínica em psicologia.** São Paulo: Vetor, 1997.

\_\_\_\_\_, W. **Formas compreensivas de investigação psicológica:** procedimento de desenhos-estórias e procedimentos de desenhos de família com estórias. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2013.

\_\_\_\_\_, W. **Procedimento de desenhos-estórias:** formas derivadas, desenvolvimentos e expansões. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2013.

TURATO, E. R. **Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa:** construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VALENTE, H.S. **Conceitos fundamentais de psicopatologia freudiana.** 2013. 90 fl. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, 2013.

VICTORA, C.G., KNAUTH, D.R., HASSEN, M.N.A. **Pesquisa qualitativa em saúde:** uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ZIMERMAN, D. E. **Bion: da teoria à prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

\_\_\_\_\_, D. E. **Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_, D. E. **Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento e reconhecimento na psicanálise e em nossas vidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WINNICOTT, D. W. (1965). The development of the capacity for concern. In D. W. Winnicott (Ed.), **The maturational processes and the facilitating environment** (pp. 73-82). New York: International Universities Press.

**APÊNDICE****I – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIDIRIGIDA****Entrevista nº:** \_\_\_\_\_**Local:** \_\_\_\_\_**Cidade e data:** \_\_\_\_\_**Início:** \_\_\_\_\_ **Término:** \_\_\_\_\_**Duração em min:** \_\_\_\_\_**DADOS PESSOAIS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO****1) Iniciais:** \_\_\_\_\_**2) Sexo:** ( ) M ( ) F**3) Data de nascimento:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_**4) Estado Civil:** ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Divorciado ( ) Outros**5) Cargo:** \_\_\_\_\_**6) Tempo de serviço:** \_\_\_\_\_**7) Grau de escolaridade:** \_\_\_\_\_**8) Religião:** \_\_\_\_\_

1. Do seu ponto de vista, como surgiu a ideia de entrar para uma instituição policial militar?
2. Poderia me contar o que significou para a sua vida o trabalho policial militar?
3. A seu ver, o que lhe representa a passagem para a Reserva?
4. Como você entende que ficará a sua vida após a Reserva Remunerada?

## II – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) Senhor (a),

Eu, Flávia Campos Lucena Dias, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela UFAM, orientada pela Profa. Dra. Denise Machado Duran Gutierrez, docente da UFAM, Faculdade de Psicologia, estou desenvolvendo uma pesquisa cujo título é “Enlaces e desenlaces identificatórios do policial militar em processo de Reserva”, realizada na Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM.

A pesquisa tem como objetivo averiguar vivências referentes ao momento da passagem para a reserva do policial militar. Neste sentido, a sua participação é muito importante, pois a pesquisa visa à compreensão dos processos intrapsíquicos que são subjacentes à entrada na aposentadoria.

Serão utilizados como instrumentos a técnica da entrevista semidirigida e o procedimento de Desenhos-Estória com Tema, o qual consiste na elaboração de cinco desenhos com relação à palavra Reserva.

Todas as informações serão gravadas e/ou registradas. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com a de outros militares, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes. Os dados serão utilizados para fins exclusivamente de pesquisa.

Saliento ainda que a qualquer momento o voluntário poderá desistir de participar da pesquisa, sem qualquer implicação ou prejuízo. E, ainda, disponibilizar-me-ei para procura de atendimento psicológico caso a pesquisa mobilize-o a ponto de acreditar que você precise de ajuda.

Informo que o Sr (a) tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, a qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas.

Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Assim sendo, eu concordo em participar do projeto, sem receber remuneração por isso. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada.

\_\_\_\_\_  
Flávia Campos Lucena Dias  
Pesquisadora principal  
e-mail: flaviadias\_@hotmail.com  
Celular: (92) 98112-2466

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura

## ANEXOS

## I – ANUÊNCIA INSTITUCIONAL



## CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro, para os devidos fins, que autorizo a pesquisadora Flávia Campos Lucena Dias a desenvolver o seu projeto de pesquisa intitulado: ENLAÇES E DESENLAÇES IDENTIFICATÓRIOS DO POLICIAL MILITAR EM PROCESSO DE RESERVA, orientado pela Profa. Dra. Denise Machado Duran Gutierrez, docente da UFAM, Faculdade de Psicologia, que tem como objetivo: investigar os vínculos e os processos de identificação do policial militar da PMAM no momento de sua passagem para a reserva, a partir da interpretação psicanalítica dos discursos e do procedimento de Desenhos-Estoria.

Manaus, em 11 / 08 / 2015.



Cel QOPM Domingos Sávio de Souza  
Chefe do Estado Maior Geral / PMAM

## II – PARECER DO CEP



PODER EXECUTIVO  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM

## PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas **aprovou**, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº 50061415.0.0000.5020, intitulado: “**ENLACES E DESENLACES IDENTIFICATÓRIOS DO POLICIAL MILITAR EM PROCESSO DE RESERVA**”, tendo como Pesquisadora Responsável Flávia Campos Lucena Dias.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 21 de outubro de 2015.

*Eliana Maria Pereira da Fonseca*  
 Profª. MSc. Eliana Maria Pereira da Fonseca

Coordenadora CEP/UFAM  
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

.....  
 Profª Eliana Maria Pereira da Fonseca  
 Coordenadora CEP/UFAM

---

Escola de Enfermagem de Manaus – EEM/UFAM

Rua Teresina, 4950 – Adrianópolis – CEP: 69057-070 – Manaus-AM – Fone: (92) 3305-5130 – E-mail: cep@ufam.edu.br